História: Espaços, poder, cultura e sociedade 2

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Ano 2021

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

2

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

História: espaços, poder, cultura e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-621-5
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.215211811

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

Ano 2021

APRESENTAÇÃO

O trabalho de pesquisa em história e ciências humanas busca, de maneira geral avançar, de maneira constante e perene sobre o entendimento das pessoas, suas vidas, aspirações, anseios e comunidades. Ao longos dos anos, a produção de conhecimento na área tem aprofundado seu entendimento das diferentes tramas e possibilidades que movimentam a sociedade, sua formação, desenvolvimento, seus conflitos e crises. Assim, algumas categorias, como o entendimento do espaço como uma unidade explicativa e organizacional da sociedade aparece com mais frequência, na tentativa de entender o impacto que os grupos sociais sofrem na construção espacial de suas identidades.

Da mesma maneira, a noção de poder está bastante presente. A historiografia se estrutura, classicamente, acompanhando as estâncias de poder formais, governantes e reis. Entretanto, hoje podemos observar esse conceito e suas possibilidades de maneira mais complexa, entendendo o poder, também como unidade explicativa, como construção social, em suas diferentes facetas e manifestações.

De fato, é no reconhecimento das pluralidades que mais se tem avançado, ultimamente, pluralidade essa que se revela, tanto na sociedade globalizada, com sua velocidade de produção e circulação de informações quanto às possibilidades da construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, ampliam -se consideravelmente as perspectivas de diálogo entre História com diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de olhares que se apresentam para a sociedade nos dias de hoje, em seus espaços de cultura e poder, e em todos os caminhos que se possam avançar na construção dos saberes, é um dos grandes objetivos das ciências humanas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ARTE CEMITERIAL: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BAURU

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão 23/08/2021

Jéssica Chabaribery Ferreira
UNISAGRADO
Bauru-SP
http://lattes.cnpq.br/0618546782544293

Fábio Paride Pallotta
Mestre professor UNISAGRADO
Bauru-sp
http://lattes.cnpq.br/8903076321344738

RESUMO: O presente projeto apresenta os resultados finais da pesquisa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – intitulado *A arte cemiterial: Patrimônio Cultural Material de Bauru* , iniciado no mês de Agosto do ano de 2019 e está vinculada ao Centro de Ciências Humanas da Unisagrado Bauru/SP. As atividades foram desenvolvidas pelo orientador e uma orientanda. A princípio nossos estudos deram-se através de reunioes semanais realizadas todas as Quintas-feiras no piso superior da biblioteca do UNISAGRADO e de visitas tecnicas aos cemitérios de cidade, como o Cemitério de Saudade; Jardim Redentor; Cristo Rei; São Benedito e também o Instituto Lauro de Souza Lima, também conhecido como antigo sanatório Aimoré, porém no primeiro semestre do ano de 2020, ocorreu a Pandemia do COVID19, que nos forçou à continuar as reunioês e encontros de maneira remota, através de vários aplicativos como o Discord, que facilitou nossa comunicação de forma online. Durante o processo buscou-se compreender o assunto principal que se destina à ressaltar a importancia das visitas de campo no ambito da pesquisa, além de cumprir o objetivo principal do projeto que tem como propósito analisar a importancia das práticas e representações artisticas contidas no Cemitérios da cidade de Bauru-sp, ao decorrer do século XX, buscou-se também demonstrar as diferentes práticas artisticas presentes e expressar as diferenças entre as relações sociais através do patrimônio cultural material; podemos perceber como a arte tumular está fortemente vinculada as questoes socioeconomicas e regiosas dos familiares responsaveis pelas lápides; por ser um espaço destinado a tratar hanseniase, que no século anterior era visto com Lepra e os enfermos eram residentes do intituto para receber devidamente os tratamentos, porém eram socialmente vistos como à margens; pessoas não dignas de estarem inseridas socialmente e este feito encontra-se presente de forma visual ao observar as lápides do local.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Cemiterial; Patrimônio Cultural; Cidade de Bauru.

THE ART OF THE CEMETERY: MATERIAL CULTURAL HERITAGE OF BAURU

ABSTRACT: This project presents the final results of the research for the Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) entitled “The Art of the Cemetery: Material Cultural Heritage of Bauru”, started in August 2019 and is linked to the Center

for the Humanities of Unisagrado Bauru / SP. The activities were developed by a research advisor and a researcher. At first, our studies took place through weekly meetings held every Thursday on the top floor of the UNISAGRADO library and through field trips to the cemeteries of the city such as Cemitério de Saudade; Jardim Redentor; Cristo Rei; São Benedito and also the Institute of Lauro de Souza Lima, formerly known as the Aimoré Sanatorium. However, starting in the first half of 2020, the COVID-19 pandemic forced us to continue our meetings remotely, using various digital applications such as Discord servers, which facilitated our online communication. During the process, we sought to understand the main subject that is intended to emphasize the importance of field trips within the scope of the research, in addition to fulfilling the main objective of the project, which aims to analyze the importance of the practices and artistic representations in the cemeteries of the city of Bauru-SP throughout the 20th century. We also sought to demonstrate the different artistic practices and highlight the differences between social relations through material cultural heritage; we were able to observe how the art of the tombs is strongly linked to the socioeconomic and religious issues of the family members taking care of the tombstones. The institute was used to treat Hansen's disease associated with Leprosy in the previous century and the patients were supposed to receive proper treatments. However, in practice, they were marginalized as people not worthy of being accepted by the society and this feat is visually present when observing the tombstones of the place. Most of the tombs are worn out over time and abandoned.
KEYWORDS: Cemetery Art. Cultural Heritage; City of Bauru.

Dentro das discussões e reuniões sobre a Arte Tumular foi possível compreender melhor a importância de conhecer a história da cidade não apenas de Bauru, mas de todas as cidades e cemitérios, desconstruindo pensamentos positivistas condizentes a uma história que só deve ser contada e lembrada aos grandes nomes e grandes acontecimentos; porém é notório que a história mais conhecida é de grande importância, mas é necessário abrir novos espaços de visibilidade para a história regional, a história dos "esquecidos"; dos menos conhecidos e é através do Patrimônio Cultural que podemos estudar-los e de certa forma, tornar-los mais visíveis. Dentro do projeto de Iniciação Científica desenvolvido, tivemos programado visitas técnicas que infelizmente por questoes relacionadas ao COVID19, nos foi barrado; porém há leituras que nortearam as interpretações sobre essa arte, que por muito tempo não teve sua merecida representação.

Desse modo, também compreendemos a importância da História Pública, ou seja, tornar o estudo um assunto de fácil compreensão; no contexto da pesquisa e no campo para entender a relevância do estudo para a cidade de Bauru, olhando de uma maneira "micro" para ela, desse modo, entendendo a partir das leituras certas caraterísticas de cada cemitério, como a questão das classes sociais em cada cemitério e como cada um lidava e atualmente também lida com esse tópico, podemos notar que a maioria das famílias mais avantajadas socialmente, prezar por uma boa manutenção do sepulcro de seus parentes, enquanto as famílias menos avantajadas possuem outras necessidades.

Dentro do projeto foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica contando também com

visitas técnicas, para conhecer na prática sobre a arte tumular na cidade de Bauru. Serão desenvolvidas futuras visitas técnicas em cemitérios da cidade, aliando-as com fontes bibliográficas já pesquisadas para amparar nossa pesquisa de forma eficiente.

Na obra " O que é Patrimônio Cultural Imaterial ?" de Pedro Paulo A. Funari e Sandra C. A. Pelegrini, trata-se sobre a descrição do Patrimônio e tem-se a conclusão de que provindo do Latim patrimônio, representado como "aquilo que o pai deixa para o filho", este termo refere-se ás ideias de herança e pode também ser visto como técnicas; práticas; expressões; artefatos; lugares culturais, são descritos como integrantes das diversas categorias de patrimônios.

Mesmo com todo encorajamento pertinente aos estudos de artes patrimoniais fúnebres, sejam elas materiais ou imateriais, ainda há enormes dificuldades na busca de aprofundamento sobre o assunto, tendo como exemplo, minguas de fontes, falta de publico interessado, já que se trata de um tema pouco salientado atualmente, o obstáculo é ainda maior.

O CEMITÉRIO DA SAUDADE, – BAURU/SP

O cemitério da Saudade, situado na Vila Flores, mais precisamente localizado na Rua Hermínio Pinto 2-1, foi titulado um dos cemitérios mais antigos da cidade, escolhido pela equipe como uma das primeiras visita a fim de compreender e analisar sua riquesa de artes tumular, com o objetivo de reconhecer o lugar e um levantamento de dados prévios que nortearam o olhar dos momentos conseguintes da pesquisa. Em um primeiro olhar, analisamos que o cemitério possui um modelo comum e "tradicional" de organização, sendo compostas por um duas partes, sendo divididas por uma escada; também conta com um velório municipal, lá podemos notar muito bem como o avnaço da sociedade tambe´m influencia no cemitério, uma vez que os tumlos mais antigos são compostos por simbolos e obras de artes, enquanto os túmulos maiss atuais, encontram-se " engavetado" ou seja, organizados de manera vertical, fugindo na maneira usual e otimizando espaço.

O frontispício do Cemitério da Saudade, criado mo início da década de 1930, representa o estilo eclético que teve forte influencia na republica do café com leite e ainda está presente não somente no cemitério, mas também muitas fachadas de casas no centro de Bauru. A fachada foi tombada no fia 06 de Maio do ano de 2012, isto significa que grandes alterações não poderão mais ser realizadas e assim, parte da história do local será protegida. Ela contém simbolos simples que representam a passagem do mundo dos vivos para o mundo dos mortos, como por exemplo, uma mulher, provavelmente representada por Maria, junto seus anjos que apontam para cima, representando que todos ali sepultados encontrariam – se no céu e em um lugar de harmonia e paz. Ou também a Guirlanda de flores que representa o triunfo da vida sobre a morte; a cruz que cada ser humano precisa carregar; a ressurreição e salvação eterna.

Ao decorrer da década de 1910, assim como a ferrovia que se instalava na época,

Bauru também intalava-se em novos terrenos, demonstrando um grande crescimento populacionala e urbano, a cidade que antes tinha um cemitério, segundo Nava (20110), o Cemitério do Distrito de Paz de Bauru, localizado entre os municipios de Bauru e Pederrneiras, proximo ao córregos do Arroz, mantinham-se em funcionamento desde 1870, de acordo com antigos moradores da região, contruido para o sepultamento dos sertanejos, povos indígenas da região e também escravos, quando um "segundo" cemitério foi constrído e hoje trata-se do cemitério da saudade. Segundo a história relatada pelos moradores locais, o terrreno do cemitério foi doado pelo Holeiro João Henrique Dix, que desde a transferencia da terra, encontrava-see ansaioso para a inauguração do cemitério e logo após o local ficar pronto, suicidou-se, por motivos familiares ou não e acabou se tornando o primeiro sepultado no local. No Nucleo de pequisa em História, pertencente à UNISAGRADO, tem o livro de registros de sepulturas do cemitério da saudade, e La podemos comprovar que ele se matou com um triro no coração no dia 26 de Julho do ano de 1908.

Há também no cemitério da saudade outras figuras públicas que contribuiram para a história da cidade, como os jazidos de Azarias e Araújo Leite; e o memorial dedicado aos combatentes da revolução de 32, como por exemplo o Tenente General Nicola Rosica, que em sua sepultura registra: "assassinado barbaramente por comunistas", demonstrando inclusive o viés ideológico que a cidade acolheu na época. Na época, muitas cidades do interior Paulista, que possuiam combatentes no movimento, fizeram questão de homenagear seus soldados e representantes; Bauru e especificamente o cemitério da Saudade, não fizeram diferente e ao decorrer da caminhada, é possível enxergar simbolos e jazidos que representam esse período.

O CEMITÉRIO SÃO BENEDITO – BAURU – SP

Localizado na vila independência, o cemitério são Benedito fundou-se no ano de 1949, sendo consequentemente o segundo cemitério mais antigo da cidade de Bauru, segundo Ricardo Santana, houve uma contabilização dos túmulos em Novembro de 2011, em que o cemitério possuia por volta de 2.500 tumulos e certa de 13.800 pessoas sepultadas no local; com relação à sua estrutura física, o mesmo não possue capacidade de amplificação, pois poussui casas na visinhança. O cemitério possui uma subdivisão vista comumente em outros cemitérios, organizados por quadras e ruas, diferente do cemitério da Saudade, no São Bendito não é possivel encontrar túmulos verticals, apenas na maneira tradicional e horizontal.

Mesmo sendo considerado o segundo cemitério mais longinco da cidade, este não apresenta grandes representações artísticas, onde foi possivel notar novamente a arte cemiterial; neste por sua vez, não tão abarrotado de informações, contendo túmulos mais simples e um pouco denegridos com o tempo, porém há semelhanças em sua estrutura tumular, pois ao lado direito de quem entra, encontram-se mais obras e maior conservação,

enquanto o lado “de baixo”, a parte esquerda torna-se mais vunerável e com menor indício de preopucação estética, como notado também no cemitério presente no antigo Sanatónrio, atual Instituto Lauro de Souza Lima.

Durante a Revolução constitucionalista de 1932, também conhecida como Guerra Paulista, muitas cidades do Interior Paulista enviaram seus soldados para participar efetivamente das batalhas, assim diante de grandes perdas, muitos cemitérios reservaram um espaço para vangloriar e tornar viva a memória destes combatentes, os cemitérios da Cidade de Bauru não foram diferentes, criando então um túmulo que usou como arte a Bandeira do estado de São Paulo e uma inscrição sobre tal acontecimneto e até a atualidade encontra-se presente, resaltando assim a ideia de que o Cemitério também é um espaço para os “vivos”, é um espaço de histórias; memórias e aprendizado.

O CEMITÉRIO JARDIM REDENTOR – BAURU – SP

Nomeado pelo nome do bairro em que foi construído, o Cemitério jardim Redentor, foi fundado no dia 30 de Novembro do ano de 1972, encontra-se habituado na sexta quadra sa Avenida Hélio Pólice; neste período a cidade já encontrava-sem em grande expansão e para atender a demanda dos bairros ali visinhos como: Hipódromo; Samta Terezinha; Geisel; Redentor; Cardia; Júlio Nobrega entre outros que compoe a região, fundou-se então o cemitério Jardim Redentor, optando ainda por algumas sepulturas em chão, pouco usual atualmente. Ao iniciarmos as visita tecnica fomos notificados por um funcionário do Cemitério que não seria permitido fotografa-lo sem uma nota de licença da EMDURB, assim analisamento sem forografias, entramos em contato com a EMDURB e logo após a licença, voltamos fotografar.

Michelangelo Giampaoli em seus artigos e estudos sobre arte cemiterial, trata bem sobre as representações dos simbulos presentes nos túmulos, como por exemplo a Guirlanda de Flores que representa o trunfo da vida sobre a morte; ou a imagem de Jesus apontando para o alto, indicando qual caminho o defunto ali enterrado iráseguir; e no cemitério redentor é possivel perceber varios destes túmulos, como por exemplo o jazidodos combatentes Bauruenses que presenciaram e participaram da Força Expedicionárai Brasileira (FEB) ao decorrer da Segunda Grande Guerra Mundial, conhecido popularmente como “Pracinhas”. Nesta obra, encontra-se um mapa do Brasil, gravado em seu decorrer o nome das batalhas participadas por nossos combatentes nacionais, além de conter o símbolo da Cobra, retratando de forma sutil o popular ditado Brasileiro “A cobra vai fumar”, em que termos populares diz que algo é dificil de acontecer, logo haverá problemas, termo que deu-se graças a FEB, que achava inviavel o Brasil participar da Segunda Guerra, assim é “mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil participar da Guerra”, após a guerra acontecer e muitos soldados Brasileiros não retornarem, a cobra fumando um cachimbo tornou-se o simbolo ofiail da Força Expedicionária Brasileira que perdurou até a atualidade, assim demonstra

como a simbologia também faz parte dos estudos e aprendizados da História.

OUTRO CEMITÉRIOS ANALISADOS – BAURU – SP

Após a fundação do cemitério da Saudade podemos analisar o decorrer da de Bauru e sua expansão e influencia regional, logo após foram fundados novas necropoles bauruenses, como o Cemitério Municipal São Benedito; Jardim Redentor; Jardim do Ypê; o cemitério Cristo Rei, também inaugurado no dia 02 de Março de 2004 o Memorial Bauru, um cemitério vertical, mais parecido externamente com um prédio residencial, porém com "gavetões" que hospeda os defundo ali sepultados, este por sua vez retrata bem a praticidade da vida moderna, onde não haá tempo nem espaço para velar a morte como antigamente; e por fim o cemitério Jardim dos Lírios, que infelizmente não pudemos visitar devido a crise do covid-19. Cada um destes retratam a história não somente de Bauru, mas também de seus espaços habitacionais e como cada região de Bauru evoluiiu por sua vez.

Outro cemitério de grande importancia histórica é o antigo sanatório, atual Lauro de Souza Lima, pois retrata como o Distrito de paz do espirito santo (Pré território Bauruense) lidou com a Lepra, antiga Hanseniase. Os três cemitérios detalhados em tópicos anteriomente possuem maior quantidade de arte cemiterial, com grandes variações de simbolos, já os outros cemitérios, que possuem menor quantidade de obras de arte, serviram como objeto de studo também, uma vez que pudemos perceber e refinar o olhar sob aqueles lá sepultados.

A CRISE DO COVID-19

Ao decorrer da História, foi possível analisar como o ser humano é um ser mutável, adepto à novas adaptações, primeiro o fogo; depois a roda; a partilha e atualmente nos readequamos à uma "vida mascarada" devido a pandemia do COVID 19. Tornou-se dificultoso descobrir se o mal do século é realmente o coronavirus ou o pensamento humano, que mesmo com tantas dificuldades vem-se demonstrando mais egocêntrico, lidando com a banalização da vida, autodestruindo sua própria espécie quando se cerca de ignorância; impaciência e envolto a um sistema de massificação das coisas, desde o modo de produção até a individualidade do ser e dos sonhos; desprezando a cultura do outro e não reafirmando a responsabilidade social, o fato de pensar no coletivo, compreender a diversidade que a vida possui, livres de preconceitos e de atitudes que retrocedem a evolução social que alguns grupos conquistaram, como mulheres, negros e lgbtq+.

O vírus em geral, foi descoberto no ano de 1886, por Adolf Mayer, um estudioso da época que percebeu a diferença no tamanho e na propagação relacionado à uma bactéria, que também possuem variadas formas vistas ao microscópio. Na presente pandemia temos a família SARS-COV2, conhecido popularmente por Coronavirus, também propagados no ano de 1934; 1960 e 2002, porém com dimensões menores; além do impasse físico

que o vírus é causador, também há contravenções sociais, pois cada variação do vírus possui hospedeiros diferentes, como por exemplo os morcegos e os Pangolins, animais que possuem escamas com propriedades afrodisíacas e assim, além de uma adversidade envolvendo a saúde, encontra-se também um problema Xenofóbico, pois há culturas Ocidentais que na maioria das vezes não respeitam e muito menos aceitam o modo de vida Oriental, assim através do estudo cemiterial, podemos perceber como a sociedade Bauruense e em geral, lidam com a morte

GLOSSÁRIO DA SIMBOLOGIA TUMULAR

Segundo o pesquisador Doutor Michelangelo Giampaoli, Mestre em Ciências Antropológicas e também estudioso das relações do Homem e da Morte a apartir do espaço Funebre, foi elaborado este glossário que explica de maneira susinta a “simbologia da Morte”, encontrada não somente nos cemitérios de Bauru, mas em todo o estado de São Paulo e além. Assim cada escultura transmite uma mensagem que a familia do ali sepultado pretende eternizar. Ao decorrer da pesquisa notou-se também que depois da décade de 1950/1960 as pessoas buscaram outras formas de status sociais como grandes casas, casos e atualmente também a tecnologia, com postagens nas redes sociais com grandes viagens e grandes bens, o que também influenciou na arte tumular, pois depois deste período, houve uma enorme diminuição do investimento em grandes obras nos cemitérios.

Mulher Velada: Esposa que chora pela falta do Marido
Chama acesa/Tochas: Imortalidae, uma luz mesmo ao final da vida
Crisântemo: Nós florescemos e morremos como as flores
Anjos : Orienta o caminho até o céu.
Simbologia Cristã/ Santos: Pessoa tinha muita devoção.
Criança/ Anjinho: Morte prematura
Papoula: O esquecimento da dor.
Oferendas: Patrimônio Imaterial/ respeito/ admiração
Portas: Passagem da vida para a morte
Fotografias: Alternativa mais econômica para as famílias que não podem pagar por esculturas.
Rosa: Pessoa que teve um caminho espinhoso traçado durante a vida.
Urna Funerária: Separação do corpo e do espírito.
Coração: Saudades, amor.
XP: Símbolo de Cristo em Grego
Escada: Representa a vida com altos e baixos que o morto teve.
Imagem que aponta: Local que o morto irá.
Jesus pensando: Refletindo sobre a vida do falecido, se vai perdoa-lo não.
Coluna Partida: Ultimo membro da família a ser enterrado.
Livro aberto: Livro da vida, aberto a Deus.
Ampulheta: A passagem do tempo, um aviso aos vivos.
Caveira: Todos passarão pela morte
Cobra ou outros símbolos: ligados à profissão
Galo: Espanta a escuridão.
Pata de animal: O morto sustentava a família.
Cruz de Madeira na Terra: Marcação de lugar
Borboletas: Ressurreição.
Bigorna: Famílias ligadas a Indústria.
Guirlanda: riunfo da vida sobre a morte

Ao estudar o decorrer da História, é possivel enchergar como cada civilização e cada cultura tratam à morte de uma maneira unica, em alguns lugares a morte é vista como uma libertação e para outros é lembrada saudosamente, em sua simbologia também há muitos significados, desde as piramides do Egito, até o mais simples azulejo que compoe um tumulo contemporaneo, estas demontram intonação, vontades, sonhos deixados para traz e afins. Visto a riquesa de informações contidas nos cemiterios Bauruenses, a presente pesquisa foi pautada em ressaltar a simbologia dos tumulos e demonstrar que o cemitério também é um lugar de estudo e aprendizado.

O compilado de cemitérios compoe a história da cidade e demonstra todo seu desenvolvimento, uma vez que algumas cidades de porte pequenos interioranas possuem apenas um cemitério, Bauru por sua vez é composto por 7 cemitérios, deles 4 Municipais e 3 Privados, todos recheados de história e arte cemiterial. Desdee modo, ao decorrer da pesquisa foi utilizados metodos de estudos convencionais, como livros e artigos cientificos, mas também metodos não tão tradicionais, como as visitas tecnicas realizadas antes da pandemia do Coronavirus; tambeém com o auxilio do Nucleo de Pesquisa em História (NUPHIS), localizado e disposto pelo Centro Universitário do Sagrado Coração (UNISAGRADO), também foi possível ter acesso a fotos e documentos como o primeiro registro de mortes do Cemitério da Saudade, o que auxiliou muito a pesquisa.

A validade deste estudo e deste material se da ao compreender que o espaço do cemitério, além de abrigar os mortos sepultados, serve também para um ambiente de estudo, não somente academico, mas também de compreensão pessoal, novas formas de enchergar a vida; o mundo e consequentemente, compreender melhor a História, regional e geral

REFERÊNCIAS

ARIES, P. História da morte no Ocidente. Saraiva, 2012. Acessado em 02 de fevereiro de 2019. https://www.skoob.com.br/livro/pdf/historia-da-morte-no-ocidente/livro:41824/edicao:325343

__________ARIES, P. O homem diante da morte. Editora UNESP, 1982. https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/historia/o-homem-diante-da-morte-42691670

CARTA DE VENEZA http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acessado em 13 de setembro de 2020.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Editora Unesp, SP. 2001.

DEBRAY. R. Vida e Morte da imagem: Uma história do olhar no Ocidente. Gallimard,1992.

COMUNALE, Viviane. A utilização das imagens sagradas e profanas dentro dos cemitérios. **XXVII Simpósio Nacional de História** , ANPUH, p. 1-9, 13 jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso em: 22 jul. 2020.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. QUEBEC, 2008. Acessado em 09 de fevereiro de 2019. https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT

DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, M. C. L. O PATRIMÔNIO EM PROCESSO: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC I Iphan, 2005.

FUNARI. P. P, PELEGRINI. S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. ZAHAR,2006.

__________ FUNARI. P.P. O que é Patrimônio cultural imaterial. Brasiliense, 2008.

GHIRARDELLO, N. *Aspectos do direcionamento urbano na cidade de Bauru*. Dissertação de Mestrado. São Carlos. USP. Escola de Engenharia de São Carlos. Departamento de Arquitetura e Planejamento, 1992.

__________________A Beira da linha – Formações Urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Unesp Editora. 2020.

__________________A formação dos patrimônio religiosos no processo de expansão urbana paulista. São Paulo: Unesp Editora. 2010.

HISTÓRIA – CURSO DE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA PÚBLICA (29-12-2010). http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=282. Acessado em 13 de setembro de 2020.

MARQUES, Jairo. Antigo Leprosário é tombado pelo Patrimônio histórico de Bauru. São Paulo, 2014. Acessado em. https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1469625-antigo-leprosario-e-tombado-pelo-patrimonio-historico-em-bauru.shtml

KUHL. BEATRIZ. M. Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua preservação. Ateliê Editorial,1998. Acessado em 13 de fevereiro de 2019. https://www.academia.edu/11931134/Arquitetura_do_Ferro_e_Arquitetura_Ferrovi%C3%A1ria_em_S%C3%A3o_Paulo_Reflex%C3%B5es_sobre_a_sua_Preserva%C3%A7%C3%A3o

__________KUHL, B. M. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro. Segunda edição. 2009.

__________ KUHL, B. M. Produção acadêmica na Universidade de São Paulo. Acessado em 13 de fevereiro de 2019. https://usp-br.academia.edu/BeatrizMugayarKuhl

ORSI, R.A, Org. O espaço urbano produzido: atores e desafios, planos e perspectivas. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2018.

PALLOTTA, F. P. A *FERROVIA E O AUTOMÓVELS: ÍCONES DA MODERNIDADE NA CIDADE DE BAURU (1917-1939)* Assis: Unesp, 2008. Dissertação de Mestrado – Departamento de História Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP.

REAP, J. K. Conservação do Patrimônio cultural: um panorama internacional. In: *Introdução a História Pública.* São Paulo: Letra e voz. 2011.

SANTANA, C. B. *PARA ALÉM DOS MUROS. POR UMA COMUNICAÇÃO DIALÓGICA ENTRE MUSEUS E O ENTORNO.* Brodowsky (SP): ACAM Portinari: Secretaria de Estado da cultura de São Paulo, 2011 (Coleção Museu Aberto).

SITE DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS. Acessado em 03 de fevereiro de 2019. http://cemiteriomunicipal.com.br/index.php?busca=cemiterio

SOARES, Sandra. Onde estão enterradas nossas celebridades. São Paulo. 2009. Acessado em 27 de janeiro de 2019. https://vejasp.abril.com.br/cidades/onde-estao-enterradas-nossas-celebridades/

SOBREIRA, M. R. N. Santos Populares de Bauru: Mito ou Realidade?. Edição um. Bauru-São Paulo. Avalon, 2006.

VICE. **Catalogando a simbologia da morte nos cemitérios de São Paulo**. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/vv4834/cemiterios-sao-paulo-simbologia-morte. Acesso em: 15 set. 2020.

CAPÍTULO 2

CONSTRUÇÃO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ENTIDADE INTERNACIONAL - CONTUA

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/08/2021

Rogério Fagundes Marzola
Mestre em Educação e Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília- UnB – Departamento de Saúde Coletiva
ORCID 0000-0002-7925-5131

Maria do Socorro Oliveira Marzola
Mestra em Educação e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília- UnB – Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Estudos Latino Americanos
ORCID 0000-0003-1508-4094

RESUMO: Esse artigo pretente visitar os caminhos percorridos na construção da FASUBRA em 1978, e os que foram trilhados por representantes de Federações de Trabalhadores em Universidades na construção da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Universidades das Américas – CONTUA em 2009. Sob o jugo dos governos totalitários na maioria dos países da América do Sul nos anos 1970 e 1980, com prisões mortes e milhares de desaparecidos, fatores que dificultaram a organização dos trabalhadores; com a derrocada desses governos, proporcionou-se a reorganização das entidades sindicais, os trabalhadores em universidades públicas iniciam aproximação com as entidades irmãs com o objetivo de construir organismos que representassem os trabalhadores/as em universidades públicas da América Latina. Foram realizados vários encontros que proporcionaram a consolidação da carta de princípios para a fundação da CONTUA, com principal lema: Em defesa da educação pública, como um direito humano fundamental e um instrumento de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores em Universidades; Sindicatos; América Latina; FASUBRA; CONTUA.

CONSTRUCTION OF THE FEDERATION OF TRADE UNIONS OF WORKERS IN PUBLIC UNIVERSITIES IN BRAZIL AND THE ARTICULATION FOR THE CONSTRUCTION OF THE INTERNATIONAL ENTITY - CONTUA

ABSTRACT: This article intends to visit the paths walked in the construction of FASUBRA in 1978, and those walked by representatives of Federations of University Workers in the construction of the Confederation of University Workers of the Americas - CONTUA in 2009. Under the yoke of totalitarian governments in most South American countries in the 1970s and 1980s, with imprisonments, deaths and thousands of disappeared people, factors that hindered the organization of workers. With the fall of these governments, the reorganization of the unions took place and the workers in public universities began to approach their sister organizations with the objective of building organizations that would represent the workers in public universities in Latin America. Several meetings were held, which led to the consolidation of the letter of

principles for the foundation of CONTUA, with the main motto: In defense of public education as a fundamental human right and an instrument of social transformation.
KEYWORDS: University workers; labor unions; Latin America; FASUBRA; CONTUA.

1 I INTRODUÇÃO

O trabalho, como atividade essencial a vida do homem, possibilita sua plena realização, sua humanização. A exploração da atividade humana como expressão de uma relação social fundamentada na propriedade privada, na produção de mercadorias para o mercado, na distinção entre proprietários e não proprietários determina o processo inverso, induzindo um processo de estranhamento, como defende Ricardo Antunes, apoiando-se em Marx:

> O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no elo pelo trabalho é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana. Na formulação contida nos Manuscritos, "... o trabalhador decai a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria', torna-se 'um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual" (ANTUNES, 2006,p.126)

O tema proposto para esse artigo é o movimento dos trabalhadores técnicos administrativos em educação das Universidades públicas na América Latina, a partir de meados dos anos 1970 na construção de organizações sindicais que fossem instrumento de resistência contra o regime ditatorial instalado na região e que se mostraram essenciais na redemocratização desses países dos anos 1990 em diante.

Nessa perspectiva percorreremos os caminhos para a construção da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA em 1978 no Brasil e as articulações para a construção da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Universidades das Américas – CONTUA em 2009, entidade capaz de unificar as lutas por democratização nas universidades públicas das Américas.

A intenção foi verificar quais instrumentos foram utilizados até a construção de uma entidade sindical que representasse os anseios por democracia e representatividade nas instâncias das instituições, assim como quais estratégias foram utilizadas na construção da identidade de classe dos trabalhadores em Educação.

> ...A universidade é uma instituição destinada a manter e reproduzir a classe dominante, com uma estrutura burocrática e antidemocrática (escolha de reitores, diretores de unidades sem a participação da comunidade universitária, regulamentos ultrapassados, etc)
>
> ...Essa estrutura fechada começa a sofrer mudanças com a mobilização cada

> vez maior da comunidade universitária onde se destacam a organização dos funcionários que começam a tomar consciência do seu valor e a exigir sua efetiva participação...
>
> ...Essa democratização da universidade, fruto da luta conjunta dos funcionários, estudantes e docentes é um poderoso meio de que dispomos para impedir a privatização das universidades autárquicas que vem se dando pela crescente implantação das fundações no interior dessas instituições que, em nome da autonomia financeira, buscam recursos junto ás empresas e passam a influir na estrutura administrativa e pedagógica da universidade. Com a participação nos vários órgãos à comunidade universitária poderá também provocar uma mudança na universidade para que sirva aos interesses da população, mantendo o ensino público e gratuito...
>
> ...Por isso defendemos o direito de participação paritária dos funcionários em todos os órgãos, bem como o direito , desde que reconhecido pela comunidade universitária, de exercer cargos de direção em quaisquer níveis...
>
> ...A luta pela mudança da universidade precisa envolver todos os seguimentos que a compõem. Daí, a necessidade de aproximação entre as entidades dos funcionários , estudantes e professores que devem avaliar as ameaças que pesam sobre a universidade e estabeler formas conjuntas de intervenção e de combate às investidas do MEC, fazendo uma avaliação do ensino, dos currículos para que se chegue a ter uma universidade a serviço das classes populares.(FASUBRA, 1984. p. 4)

No Brasil ainda sob o jugo militar, a Fasubra nasceu com cunho assistencialista e que por vezes falava linguagem distinta de seus representados. Só após o I Congresso da FASUBRA (Confasubra) em 1984, alinhado ao processo de redemocratização do país, fim da ditadura, a lei da anistia e o processo das diretas, passou a ter papel mais democrático e reivindicativo e as lutas se concretizaram: Regime Jurídico Único, Processo Constituinte, processos de construção da LDB cidadã, foram alguns momentos que cunharam a Federação voltada para a defesa da universidade pública, democrática, gratuita, autónoma, cidadã, crítica e referenciada socialmente.

Os governos totalitários na maioria dos países da América do Sul entre os anos 1970 e 1980, com prisões mortes e milhares de desaparecidos, foram fatores impeditivos para a organização dos trabalhadores em universidades. Com o processo de derrocada desses governos, proporcionou-se a reorganização sindical, e nesse contexto os trabalhadores em universidades públicas se organizam sindicalmente e iniciam aproximação com as entidades irmãs com o objetivo de construir organismos que representassem os trabalhadores/as em universidades públicas da América Latina.

As Federações e sindicatos de trabalhadores em universidades da América Latina uniram-se para a construção de um instrumento que pudesse agregar essas representações. Foram realizadas vários encontros: Buenos Aires em 2005 e 2007, 2007 na Costa Rica com a Internacional de Serviços Públicos – ISP, que significou o pontapé inicial para a Construção da CONTUA em 2009. Nesses encontros participaram os representantes da Costa Rica, STUNAM (México), Panamá, Republica Dominicana, Nicarágua, Guatemala,

APUBA (Argentina), AFUR e UTHC(Uruguai), e da ANTUE (Chile), a FASUBRA(Brasil), FENTUP(Peru), e foi consolidada a carta de princípios para a fundação da CONTUA, com principal lema: Em defesa da educação pública, como um direito humano fundamental e um instrumento de transformação social.

2 | CONSTRUINDO A IDENTIDADE DE CLASSE

Os trabalhadores e as trabalhadoras das instituições universitárias, emergem do papel secundário que lhes fora destinado por uma estrutura hierárquica onde se refletiam as relações de poder tão bem definidas por Karl Marx, para o qual "a historia de todas as sociedades que existiram até hoje é a historia da luta de classes" (MARX, 2005). E em razão dela, a sociedade se divide em detentores e não detentores dos meios de produção. As relações de produção regulam tanto a distribuição dos meios de produção e dos produtos quanto à apropriação dessa distribuição e do trabalho, elas expressam as formas sociais de organização voltadas para a produção. O resultado dessas relações é a divisão no interior da sociedade. Assim também entende Alves (2003) lembrando que:

> Durante os primórdios da década de 1870, os sindicatos consolidaram-se enquanto instituições legalmente reconhecidas pelo Estado burguês (e pelos capitalistas), que passaram a reconhecê-las, inclusive, como um meio de racionalizar a luta de classes. (...) Daí em diante os sindicatos passaram a ser aceitos como instituições permanentes e não mais como elementos nocivos do cenário industrial.

O sindicalismo na América latina acompanhou o movimento internacional do sindicalismo revolucionário ao sindicalismo burocratizado. Seu nascedouro foi o anarquismo e o comunismo dos anos 1920, assumiu nos anos 1930 a 1950 um perfil neo-corporativo e entre os anos 1960 e 1980 em muitos países latinos americanos assumiu traços corporativistas fascistas, com a imposição de interventores em razão das ditaduras instaladas nesses países (VIDANGOS, 2007). Esta situação começou a ser modificada na década de 1980 com a luta pela redemocratização na América Latina, em que os sindicatos foram peça importante, inclusive com a organização dos sindicatos em Centrais Sindicais a exemplo da CUT e a fundação do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

São por meio da organização dos intelectuais orgânicos aos partidos operários que se intensificaram as escolas de formação com o objetivo de prepará-los para enfrentar o capital, assim entendia Lênin e é ratificado por Rosso: "o leninismo entendia que os intelectuais formulariam o projeto e transmitiriam para a classe trabalhadora, dentro de uma concepção verticalizada da relação entre direção do movimento, intelectuais e classe (ROSSO, 2011, p. 26)". Esse engajamento foi primordial para a organização dos trabalhadores e a formação dos sindicatos no serviço público, assim como para as lutas que teriam pela frente, a exemplo do movimento constituinte e das Diretas Já.

3 | CONSTRUINDO A FASUBRA

Nesse cenário os/as trabalhadores/as em universidades entendendo que a contestação pura e simples não seria o suficiente para mudar o status quo de instituições carregadas de valores que não eram os seus, se unem, definem seus objetivos, criam seus projetos, pensam as instituições e qual o seu papel nelas. Determinam os seus próprios instrumentos de luta. Fruto dessas lutas é que o sindicalismo, como hoje o conhecemos, é demonstração da luta de classes do capitalismo e:

> Essa luta existe ainda que os apologistas do capital afirmem o contrário. Subsistirá enquanto a redução dos salários for meio mais seguro e mais fácil de aumentar o lucro e, ainda mais, enquanto durar o sistema de trabalho assalariado. Só a existência dos sindicatos já é prova suficiente disto; se não lutassem contra as arbitrariedades do capital, para que serviriam? (MARX, ENGELS,1980).

Segundo Fonseca (1996), as primeiras iniciativas para criar uma organização nacional com o objetivo de promover contato com as diversas associações de servidores das Instituições Federais de educação Superior - IFES deram-se em meados dos anos 1970.

A Federação das Associações de Trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras (FASUBRA) nasce em plena ditadura militar, em 19 de dezembro de 1978, em João Pessoa, representando os (as) Servidores Técnico-Administrativos(as) das Universidades Brasileiras. Seu marco de atuação era inicialmente assistencialista, não possuindo, naquele momento, um perfil de ação sindical. Naquela época os Trabalhadores (as) do serviço público não tinham direito a organização sindical. O (a) Técnico-Administrativo (a) não tinha ainda uma consciência de classe e de identidade profissional, era considerado um mero coadjuvante do Docente.

De acordo com Alves esse fenômeno não é exclusivo de trabalhadores em universidades, pois é nesse período que há a expansão dos sindicatos com a formação das oposições sindicais e o início da organização dos servidores públicos. "Mais uma vez, os indicadores sociais de tais mudanças significativas do sindicalismo no Brasil seriam o surgimento de novos sindicatos e, no setor público, de centenas de associações de caráter sindical (ALVES, 2005, p. 281)".

Essas associações que a princípio não possuíam caráter sindical e sim assistencialistas, de acordo com Fonseca(1996) estavam distantes dos anseios dos trabalhadores das IFES, e consequentemente a direção nacional da Fasubra se preocupava com reivindicações assistencialistas e na maioria das vezes ignorava os anseios por mudanças de cunho democrático nas Instituições de Ensino superior.

> As reivindicações trabalhistas, duramente reprimidas durante o período da ditadura militar, com a maioria dos sindicatos nas mãos, de se não de aliados diretos, de aliados coniventes, os pelegos, do regime que ruía, e aqueles que não estavam diretamente nestas mãos, sem espaço de interlocução com

> suas categorias profissionais dada a estrutura sindical daquele momento. (FERNANDES, 2009, p.34)

Essa apatia das direções proporciona o surgimento de uma corrente opositora e seus integrantes por suas práticas são identificados como os portadores de uma nova formulação a respeito do papel que deveria desempenhar a Federação.

> Suas proposições, sempre de conteúdo crítico e inovador, apresentadas nos Encontros Nacionais da Fasubra e nas reuniões periódicas de seu conselho de representantes, produziram efeito tensionador em meio ao marasmo dominante e geraram rupturas importantes que se avolumariam com o tempo no nível das ações e do funcionamento da Federação. (FONSECA, 1996, p. 95)

A despeito da proibição legal para a criação de sindicatos de servidores públicos, docentes e técnicos iniciaram ações para organizar seus seguimentos, mesmo que de forma incipiente, partindo de associações e que foram aos poucos diante das lutas que se apresentaram, tomando força e caráter de sindicatos.

Em 1982 os servidores técnicos das universidades já se organizavam politicamente mesmo contra a legislação que os proibia de ter sindicalização. Neste ano são realizados dois encontros o VII Encontro Nacional em Santa Maria - RS com o objetivo de organizar a intervenção nas diversas universidades entra em pauta a discussão dos pontos: Reestruturação dos estatutos das Universidades visando definir mecanismos de implantação da representação dos (das) Servidores nos colegiados superiores; Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito; Condições de Trabalho para o conjunto da Categoria é nesse encontro que surge pela primeira vez o debate sobre reivindicações salariais no âmbito da Federação. (FASUBRA, 2007). .

Na década de 1980 os trabalhadores estão em plena efervescência na luta pela abertura política, a Fasubra e o movimento docente organizado pelo ANDES[1], também se juntam aos movimentos de trabalhadores que almejam o término do regime militar e uma nova forma de organização da sociedade brasileira.

> Esgotado o modelo econômico, começa uma crise em que o movimento operário e demais assalariados iniciam um processo mais organizado de luta, ainda sob a vigência do Ato Institucional nº 5. É nesse período que nasce um movimento sindical renovado e com novas perspectivas em direção a um sindicalismo livre e autônomo. Organiza-se a luta por democracia política e econômica, cresce o movimento por anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento docente nasce no mesmo período e participa ativamente de todas essas lutas: da luta pela anistia, da luta pelas eleições diretas, da fundação da CUT, e da luta pela superação da burocracia e do corporativismo sindical. Além disso, e por isto mesmo, reforça a existência de um novo interlocutor na vida brasileira, fundamentalmente necessário para o avanço da democracia: o trabalhador organizado. (BALDIJÃO, 1991, p.7).

A organização dos técnicos administrativos visa superar o grave quadro de

1 O movimento docente funda em 1978 a Associação Nacional dos Docentes em Educação Superior -ANDES.

achatamento das remunerações dos trabalhadores em universidades. Nos encontros da categoria em 1982 foi aprovado um calendário de assembleias nas Associações de base cujos resultados foram apreciados pelo Conselho de Representantes reunidos no mês de outubro em Natal. Neste encontro é aprovada a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial, formada por representantes das diversas associações, assim como a pauta de reivindicações a ser entregue ao Ministério da Educação em 20 de outubro.

O Ministério da Educação adota uma conduta protelatória, os representantes da FASUBRA e de dezesseis Associações, reunidos em Minas Gerais, em 25 de novembro, aprovaram a "Declaração de Belo Horizonte" – o primeiro documento de orientação política de alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação. Neste documento é orientada uma paralisação de 24 horas. O primeiro movimento reivindicatório dos servidores universitários é completamente derrotado em suas pretensões trabalhistas, mas sai vitorioso por conseguir agrupar diversas lideranças que emergiram nas IFES engajadas na luta salarial.

> Assim, animados pelo crescente processo de retomada dos espaços sociais de manifestação das aspirações democráticas e populares, silenciadas manu militari pelo regime, agora em decomposição, e, ao mesmo tempo, inconformados com o profundo fosso que separava largamente as direções de suas entidades do quadro de mudanças que se agitava ao redor, os funcionários, inicialmente através de poucas lideranças mais atuantes, principiam a construção do processo que, em sintonia com o desenrolar da crise da sociedade, vai resultar em profunda alteração da qualidade de sua auto-organização como coletivo de trabalhadores e produzir impactos importantes sobre uma estrutura universitária igualmente sacudida por entropia. (FONSECA, 1996, p. 94)

E assim foi-se ampliando e consolidando em definitivo o campo que transformaria o caráter das Entidades de representação dos funcionários Técnico-Administrativos das IFES.

Em janeiro de 1984 é realizado o primeiro Congresso Nacional da FASUBRA - I CONFASUBRA, em Natal-RN, o qual se constitui em um marco histórico nesta Federação.

Diante do imobilismo da direção um grupo de servidores lança uma carta Plataforma em que expõem quais deveriam ser as reais funções da FASUBRA, a natureza da crise universitária e a conjuntura política do país.

> Nossa entidade nacional, por sua estrutura antidemocrática, nunca teve participação das bases em eventos, inclusive sendo este o primeiro Congresso com representantes de base.
>
> ...Sua diretoria até agora sempre esteve com uma posição contrária aos interesses de nossa classe, evitando sempre de se posicionar politicamente nas audiências com o MEC e com o governo e nos eventos que o Presidente desde esse presente...
>
> ...Nas duas greves que as IES participaram ficou evidente que a atual diretoria da FASUBRA, está mais comprometida com o governo que conosco que

somos a razão de sua existência...

...Na greve dos Servidores Públicos Federais a diretoria da FASUBRA apesar de seu Conselho de Representantes ter tirado o indicativo de greve ás Assembleias das filiadas, não assumiu em momento algum, o indicativo, não esteve presente no Comando de greve em Brasília...

...A diretoria também esteve ausente aos dois eventos mais importantes da classe trabalhadora desde 1964, o CONCLAT de agosto em São Bernardo que fundou a CUT e ao CONCLAT em novembro na Praia Grande. Embora muitas entidades filiadas estivesse presentes, nosso dirigente máximo não compareceu nem enviou qualquer documento, alheando-se de tudo isto...

...A FASUBRA foi até hoje uma entidade que não cumpriu com sua carta de princípios e frustrou os servidores. É, pois, hora de mudar, romper com a antidemocracia e ter uma alternativa de luta, e essa alternativa é a nossa: ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA .(FASUBRA, 1984. p. 8)

A partir desse Congresso a Federação passou a ser representada por uma Direção que assegurava a diversidade regional e política do conjunto da Categoria, passando a ter uma atuação classista. Foi neste período que a luta dos Trabalhadores (as) encampou bandeiras como a democracia nas Universidades; a afirmação da identidade para os (as) Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos (as); a luta por melhores salários e por condições de trabalho e a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa mesma década os servidores das Universidades, em sintonia com os avanços da Classe Trabalhadora, juntamente com a representação da nova direção, assumem posição diferenciada, impondo uma mudança de rumo à defesa dos seus direitos, rompendo com as ligações umbilicais estabelecidas entre sua direção e as direções das instituições controladas pelo governo.

Com os avanços obtidos pela classe trabalhadora na construção da Carta Constitucional de 1988, os servidores públicos passam a ter o direito de organização sindical, e a maioria das associações de trabalhadores (as) nas Universidades, que já possuíam na prática caráter sindical, passam a mudar seus estatutos para se transformarem objetivamente em sindicatos filiados à Fasubra.

4 | CONSTRUINDO A CONTUA

As ditaduras que se estabeleceram na maioria dos países Latino Americano impossibilitaram que sindicatos de trabalhadores em universidades pudessem estabelecer estratégias conjuntas de luta e de solidariedade de classe.

Nas universidades públicas sob controle dos militares, se convivia com mortes ou desaparecimentos, e perseguições de dirigentes sindicais e estudantis. A comunidade universitária se via distante de representação nos órgãos de direção das instituições de ensino superior, e tal situação levou a que a comunidade universitária construísse nas universidades novos espaços de resistência e solidariedade entre seus integrantes.

As lutas que vieram nos anos seguintes, culminando na derrocada dos regimes militares, propiciaram que o movimento sindical e particularmente os trabalhadores em universidades reconstruíssem suas entidades e buscassem o reconhecimento como sujeitos sociais. Sob um marco da democracia e do estado de direito, foi possível aos sindicatos de trabalhadores de ensino superior iniciarem uma política de reconhecimento e a possibilidade de ter uma política conjunta.

Os primeiros contatos entre as entidades sindicais da América do Sul foram possíveis a partir de eventos internacionais. Em 2005 delegações da Asociacion del Personal de La Universidade de Buenos Aires – APUBA, e da Asociacion Nacional de Trabajadores de las Universidades Estatales – ANTUE/Chile participaram do congresso do Centro Latino Americano de administração para o desenvolvimento – CLAD. Neste congresso iniciaram as articulações para organizar o primeiro encontro de trabalhadores em universidades.

A necessidade de organizar os trabalhadores técnicos em universidades foi colocada na ordem do dia, pois os problemas da educação pública, em que pese às particularidades de cada país tem um inimigo comum: as políticas neoliberais definidas em uma agenda internacional globalizada, o que necessita de novos patamares na organização e ação sindical.

O primeiro encontro foi realizado em Buenos Aires em outubro de 2005 e contou com sindicatos de trabalhadores em universidades da Argentina - APUBA, Chile- ANTUE e Uruguai – AFFUR e UTHC. Nesse encontro foram traçadas as estratégias para organizar os trabalhadores em universidades públicas Latino Americana além de compartilhar suas experiências e problemas comuns.

O segundo encontro foi realizado em fevereiro de 2007 também em Buenos Aires, e estavam presentes representantes da Argentina-APUBA, Brasil-FASUBRA, Chile-ANTUE, Peru-FENTUP, e do Uruguai estiveram presentes a AFFUR representando as universidades estatais e a UTHC representando os trabalhadores de hospitais universitários. Neste encontro foram debatidos temas tais como: organização sindical dos trabalhadores em Universidades; contexto político dos trabalhadores latino Americanos; situação nacional; Universidade e Estado na América Latina; Universidade pública e projeto nacional; relação de trabalho; negociação coletiva; estabilidade no trabalho; autonomia universitária, e participação nos órgão colegiados das instituições de ensino superior.

Destas discussões resultou a Declaração do segundo encontro que teve como principais reivindicações:

- Os trabalhadores universitários Latino Americanos reivindicam como direito humano fundamental o acesso a educação em todos os níveis;
- As universidades públicas devem ser acessíveis para todos, independentemente de seu nível de ingresso e de toda outra consideração (raça, gênero, idade, orientação sexual, política, religiosa ou geográfica) e portanto devem eliminar todas as barreiras de acessibilidade existente;

- As universidades devem ser de acesso gratuito e financiado pelo Estado.

De acordo com Marcelo Di Stefano, os principais pilares da educação superior defendida pela CONTUA é a educação pública financiada pelo Estado, em contraposição à lógica de mercado.

> Sostuvimos entonces, y lo reafirmamos ahora, que la Educación Superior entendida como "Bien Público" en la Declaración final de la CMES debe ser integrada y complementada por los conceptos de gratuidad, igualdad de oportunidades en el acceso, financiada por el Estado, de excelencia para todos y todas, respetuosa de las diversidades, profundamente democrática y participativa, en un modelo donde el conocimiento se produce y desarrolla socialmente.
>
> Las discusiones de hace 10 años se mantienen vigentes y el enfrentamiento de las posiciones también. Creemos que debemos seguir sustentando la posición de establecer que la educación superior es un bien público y social, no una mera mercancía. Establecer que el acceso universal a la educación superior es un derecho humano fundamental, y por tanto, los Estados deben garantizar el ejercicio de ese derecho a todos y todas.(STEFANO, 2018, p. 79)

A partir desse encontro foram se estreitando os laços entre as organizações de trabalhadores em universidades, o que proporcionou a participação das Federações e Sindicatos em diversos outros encontros e congressos em que eram convidados, com o objetivo de estreitar as relações. Estes encontros aconteceram no Panamá, Peru, Uruguai, Paraguai, Cuba, Brasil, México e Costa Rica.

Em 2009 acontece o congresso de fundação da CONTUA, na Cidade do Panamá, objetivando organizar os trabalhadores técnicos em universidades públicas na América Latina e Caribe, como também manter relações com organizações de trabalhadores, seja na área de educação, seja em organizações de serviços públicos como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, Internacional do Serviço Público - ISP e a Confederação de Educadores Americanos - CEA.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações de trabalhadores em universidades, seja a FASUBRA no Brasil, sejam as diversas federações e sindicatos da América Latina e Caribe, compreenderam que era necessário juntar forças para enfrentar o inimigo comum; o neoliberalismo que objetiva transformar a educação em mais um item do catálogo de mercadorias para ser oferecida ao mercado mundial. Essa organização não veio como uma concessão do Estado, mas como reflexo da organização e luta da categoria, que assumiu seu protagonismo no ambiente do ensino superior. Há um longo caminho por ser percorrido, e muitos obstáculos a serem ultrapassados, mas a carta de princípios e seu principal lema já são um começo.

A universidade pública e o melhor lugar do mundo, para fazer do mundo um lugar melhor.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.. **Limites do sindicalismo** - Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru. 2003. Disponível em: http://www.giovannialves.org/LS.pdf. Acesso em: 11.05.2014.

___. **O novo e precário mundo do trabalho. Restruturação produtiva e crise do sindicalismo.** 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho.** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006, p. 126.

BALDIJÃO, C. E. M. **Os desafios do Movimento docente nos dez anos da ANDES-Sindicato Nacional**. In: Universidade e Sociedade, v. I n. 1 fev.1991. p. 7-11,

CONTUA. **Proceso de Construccion de la Confederacion de los Trabajadores y las Trabajadoras de las Universidades de las Americas.** 2010 Disponível em: http://www.facultar.org.ar/ai/cuadernillo-contua-final.pdf. Acesso em 03 agosto 2021

DI STEFANO, M. **La Confederación de los Trabajadores de las Universidades de las Américas -CONTUA-** rumbo a la CRES 2018. Caracas, Venezuela. In: Educación Superior y Sociedad número 28 IESALC UNESCO. 2018. p.65-84. Disponível em: https://www.iesalc.unesco.org/ess/index.php/ess3/article/view/84/81. Acesso em 03 agosto 2021

FASUBRA, **Alternativa Democrática.** RN: Mimiografado, 1984

___.**Memorial 30 anos. Linha do tempo**. Brasília: Fasubra Sindical, 2010.

FERNANDES, L. F. V. **As reformas sindical e trabalhista na sociedade brasileira neoliberal:** ampliando a escuridão "câmara escura". Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009.

FONSECA, J. E. do N. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**, trad. de José Paulo Netto, São Paulo: Global, 2005

MARX, K.; ENGELS, F. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1980.

___.**O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROSSO, S. D.. **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas** Brasília: Paralelo 15, 2011.

VIDANGOS, E. C.. **Transformação das relações de trabalho e sindicalismo no Brasil e no Peru: 1990 – 2000**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: 2007. 403f.

CAPÍTULO 3

ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NO SANTUÁRIO DE APARECIDA: NOTAS PARA UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO E DO TURISMO RELIGIOSO

Data de aceite: 01/11/2021

Ana Maria Cardachevski
http://lattes.cnpq.br/8600886189743590
https://orcid.org/0000-0002-0080-9331

RESUMO: O estudo tem como aspectos centrais na análise do espaço urbano e suas relações com o turismo religioso no contexto do Santuário de Aparecida, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, parte de sua história e as motivações que transformaram sua geografia a partir de um conjunto de intervenções que acompanham, as *hierópolis* de modo geral, mas particularmente amparadas pelas relações de interesse urbano do capital. Assim, são destacadas as características usuais na organização espacial e na morfologia das cidades-santuário que reiteram os elementos do espaço e tempo sagrados no protagonismo de formas espaciais, entre outros agentes além dos visitantes, como são a Igreja e o Estado. O Município ocupa uma área de 121,076 km², sendo que 5,7 km² estão em perímetro urbano, e sua população está estimada em 36 157 habitantes. Segundo dados do Santuário, recebe anualmente nove milhões de visitantes, configurando-se como o maior centro de peregrinação católica da América Latina. As origens do município supõem uma fé constituída no encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Rio Paraíba do Sul, em 1717.

PALAVRAS-CHAVE: História, vilas e cidades, geografia religiosa, turismo, espaço urbano.

BETWEEN HISTORY AND GEOGRAPHY IN THE SANCTUARY OF APARECIDA: NOTES FOR A READING OF URBAN SPACE AND TOURISM RELIGIOUS

ABSTRACT: The study has as central aspects in the analysis of urban space and its relations with religious tourism in the context of the Sanctuary of Aparecida, in Vale do Paraíba, State of São Paulo, part of its history and the motivations that transformed its geography from a set of interventions that accompany the hieropolis in general, but particularly supported by the urban interest relations of the capital. Thus, the usual characteristics in the spatial organization and morphology of the sanctuary cities are highlighted, which reiterate the elements of sacred space and time in the protagonism of spatial forms, among other agents besides visitors, such as the Church and the State. The Municipality occupies an area of 121,076 km², 5.7 km² of which are in urban perimeter, and its population is estimated at 36,157 inhabitants. According to data from the Sanctuary, it receives nine million visitors annually, making it the largest Catholic pilgrimage center in Latin America. The origins of the municipality suppose a faith constituted in the encounter of the image of Nossa Senhora da Conceição Aparecida in Rio Paraíba do Sul, in 1717.

KEYWORDS: History, towns and cities, religious geography, tourism, urban space.

INTRODUÇÃO

Até que o tempo (social) e o espaço (social) pudessem deixar o campo da cultura

como fatos para ingressar socialmente como “produtos”, transcorreria um longo percurso de questionamentos e reflexões, muitas dessas atualizadas até os dias correntes, pelos fenômenos da globalização. Sem representar propriamente objetos que permitam analogias singelas com outros, consumidos e trocados, esses “produtos” que expressam um conjunto de relações, primam pela especial capacidade de intervir na vida cotidiana, no setor produtivo, seja organizando o trabalho, os fluxos, os transportes, a circulação de matérias primas, a rede de distribuição de produtos, os bens e serviços numa interação dialógica entre muitos integrantes.

Mas a tese central de Henri Lefébvre na introdução de *A produção do espaço*, escrito na década de 1980 é que o modo de produção capitalista, tanto produz o espaço quanto certas relações sociais e assim também o tempo. O modo produtivo se vale do espaço e o espaço reage a isso configurando-se, mas sem que haja uma correspondência previamente conhecida de tais engendramentos, sendo possível uma miríade de resultados advindos das diferentes interações entre relações sociais e relações espaço-temporais.

Também não significa dizer, assim como o faz Lefebvre (2000) que o modo de produção capitalista possua uma intencionalidade que tenha orientado sua “extensão espacial” com vistas a ocupar o planeta inteiro, embora a racionalidade parcial para o uso e o fluxo sobre os espaços tenha se reproduzido como vertente tecnológica em diversos contextos sociais em época recente, tendo como exemplo ilustrativo disso, as ferrovias e rodovias, fundamentais no avanço do capitalismo industrial e para a organização do espaço local, regional e nacional e na escala urbana, influenciando os transportes de pessoas e as configurações das cidades e territórios. Mas ainda que o conhecimento sobre o espaço, em função da perspectiva do modo de produção capitalista possa parecer “absoluto”, recaem sobre tal análise diferentes disciplinas especializadas, entre a sociologia, a geografia, o urbanismo, a demografia, a história (sendo reducionista) permitindo ao fenômeno urbano enfoques analíticos distintos sem que tais recortes possam, se unidos, garantir o conhecimento totalizante da matéria ou realidade. É o próprio Lefebvre (1999; 52) que afirmaria textualmente ser “possível que a partir da teoria das interações hierarquizadas (homeostases) sejam definidas algumas realidades urbanas, substituindo assim, o velho organicismo e seu finalismo ingênuo por conceitos mais racionais”. De todo modo, e em acordo com o próprio teórico é prudente, na pesquisa aqui indicada, que a analítica sobre o fenômeno urbano da pequena cidade de Aparecida, hoje sede da região no Vale do Paraíba, siga as recomendações para observar e refletir sobre seus aspectos considerando as propriedades formais do espaço “antes de estudar as contradições do espaço e seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético”, como discorrer-se-á a seguir.

ESPAÇO, ECONOMIA E SOCIEDADE

Embora o espaço seja compreendido como espaço social em equivalência com a

prática social, pode ser concebido de maneira relacional e não como ponto de partida (o espaço absoluto) nem como ponto de chegada (produto social) (Lefébvre 2000, 78). O espaço para Lefébvre é o lugar em que se processam as relações sociais de produção. Para Milton Santos, cuja obra e principalmente a concepção de espaço social está sob influência *lefebvriana*, tal acepção segue segundo o conceito de formação sócio-espacial (apud Castro et al, 2012) pressupondo que uma sociedade só se torna tangível por meio do espaço e esse só passa a ser patente por meio da sociedade; com isso não seria possível conceber uma respectiva formação sócio econômica sem recorrer à materialidade espacial, até porque - modo de produção, espaço e formação-sócio-econômica são correlatos. O espaço social, ainda segundo Santos (2002; 54) assim como a realidade social devem ser definidos teórica e metodologicamente segundo os conceitos gerais de *forma, estrutura e função*, podendo-se associar a ideia de *processo,* diante do conceito abrangente de tempo e continuidade.

Uma vez que a sociedade se define pelo espaço, de maneira geral, e o espaço corresponde à produção desdobrada da história dos processos produtivos desenvolvidos no espaço pela sociedade, é necessário entender como determinadas localidades, cidades, territórios apresentam o "resultado cumulativo dos tempos". Essa acumulação, chamada por Santos (2008, 68) como *paisagem,* é resultado de inúmeras adaptações, velocidades e direções locais e regionais que aconteceram no passado e reverberam até o presente. O entendimento das mudanças na organização espacial urbana, no caso aqui em questão, depende de determinada interpretação do processo, considerando e combinando as interações entre forma, função e estrutura ao longo do tempo. Mas considera-se notar, como fazem os autores (Santos, 2002; Lefébvre, 2000) que não se deve analisar separadamente os conceitos, porque a exemplo, a análise apenas da *forma* levará a uma leitura esvaziada e empiricista e, de modo semelhante importa entender que

> " as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. Ao separar-se a estrutura e função chega-se a um estruturalismo ahistórico e formal ou a um funcionalismo prisioneiro do caráter conservador de toda instituição, com o que se abandona o problema da transformação." (Santos, 2002; 55)

Dito isso, ainda, vale reiterar como o faz Santos (2008; 71) que apesar de apresentarem-se separados, *forma, estrutura e função*, além de *processo,* devem estar sempre correlacionados, pois separados apresentam realidades parcelares e somente articulados suscitam uma base teórica e a possibilidade de discussão dos fenômenos espaciais através do tempo, como o caso do Santuário de Aparecida. Ainda é possível "reduzir cada um dos conceitos até designar uma forma significante, uma estrutura dominante ou uma função prevalente. No entanto, só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade" (ibidem). Nessa direção, segue a comunicação da pesquisa em tela.

ESPAÇO E CULTURA: O SIMBOLISMO RELIGIOSO

Os fatores culturais podem ser tão expressivos como a técnica, o clima e o relevo na estruturação dos espaços. De acordo com o contexto cultural e sua relação com o religioso ou "sagrado"[1] pode compreender-se muitas vezes, a origem dos núcleos e espaços urbanos. Quanto à origem das cidades há duas linhas de argumentação sendo a primeira aquela que credita aos antigos santuários as origens das cidades destacando a força religiosa como ativo e, a segunda, que atribui às transformações econômicas e técnicas a base da configuração das cidades. Quando se reúnem o "sagrado e o urbano" é o santuário, ou o templo, que figura como responsável pela dinâmica central e como princípio de ordenação primordial. A origem dos antigos templos e a vida cívica lá contida são expressão de que tais núcleos de povoamento exerciam atração pelo estímulo espiritual de convivência e compartilhamento das práticas morais, valores e princípios de fé. Como áreas de "atração ocasional de homens a esses centros, não motivada por necessidade de residência fixa e sim pelo estímulo espiritual, o que continua sendo um dos critérios essenciais definidores da cidade-santuário". (Rosendahl, 2008, 67-79).

Diferentes núcleos com espaços "sagrados" para os quais confluíram eventos religiosos ocasionais ou permanentes estão na origem de diferentes cidades, inclusive Aparecida entre outras, como: Roma, Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela, Meca, Jerusalém, Pequim, tendo sido as cidades-santuário de peregrinação como Lourdes e Santiago de Compostela, as que desenvolveram funções urbanas, sobretudo Santiago, cujas rotas de peregrinação existiram em todos os países europeus, inclusive no leste, voltadas à peregrinação; práticas posteriormente adotadas na América latina e em especial em algumas hierópolis brasileiras. No estudo genealógico das antigas cidades, dentre elementos culturais, os ritos religiosos foram ampliados e fortalecidos com a expansão da cidade, sendo que a grande diferença estaria na convergência das funções, antes espalhadas e descoordenadas para a concentração numa determinada área.

Os demais aspectos destacados tanto da função religiosa das antigas cidades-santuário, quanto da organização espacial, resumidamente apontam para a importância dos fluxos de devoção como modeladores do território, sendo os locais "sagrados" originalmente distantes ou em zonas rurais, fenômeno observado no contexto latino-americano e reiterado em Aparecida, cujo centro original de devoção estava situado numa região distante, mas pertencente à vila de Guarantiguetá, centro urbano e administrativo do Vale do Paraíba, a

---

1 O sentido de "sagrado" empregado está coerente com o apontado por Mircea Eliade (1992) e Peter Berger, sendo "apreendido como algo que salta para fora das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas." (Berger, 1985:39). A palavra hierofania vem de duas palavras gregas: "hierós" (santo, sagrado) e "fanein" (manifestar). Hierofania, assim é empregada por Eliade para toda e qualquer manifestação do sagrado, sendo hierópolis o local marcado pela manifestação do sagrado, denominação empregada por Zeny Rosendahl (2009). Murilo Marx referindo-se aos lugares sagrados e profanos das cidades brasileiras, toma por referência os espaços definidos pelas normas canônicas, definição que "implicava uma série de exigências e de prerrogativas especiais, que importaram não apenas à Igreja, a cujos ritos atendiam, como também ao Estado, que se respaldara na religião católica apostólica romana" (2003; .110).

região mais próspera do planalto paulista durante o século XVIII, como lembra Caio Prado Jr. (1984). Além disso, podem ser verificadas a criação de outras categorias sociais, que fixam suas residências nas proximidades dos templos, formadas por sacerdotes e aqueles que passam a empregar novas formas de comércio e subsistência, não necessariamente vinculadas ao trabalho no campo.

Ao lidar com a complexidade da existência das cidades modernas, Rosendahl (2008, 67-79) lembra a importância da divisão territorial do trabalho como expressão de determinadas especialidades citadinas. Cidades-portuárias, cidades-industriais, cidades-administrativas, cidades-universitárias e cidades-religiosas entre outras, denotam atividades múltiplas e atividades específicas, cada qual com padrões próprios de localização. Entre essas, as cidades-religiosas possuem uma dinâmica na qual a ordem espiritual é predominante, com práticas cotidianas de visitas, orações e cultos. Com relação aos agentes dessas cidades-santuário, além dos visitantes, peregrinos, turistas religiosos, há os que integram sua população de habitantes, no caso de Aparecida, estando divididos por uma maioria que integra como funcionários de governo, o Estado, e os que estão à serviço da Igreja (César et al, 2015).

O SANTUÁRIO DE APARECIDA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A história da devoção remete ao ano de 1717, quando três pescadores (João Alves, Domingos Garcia e Felipe Pedroso) encarregados de conseguir peixe para o evento da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, oferecido para recepcionar Dom Pedro de Almeida e Portugal, o Conde de Assumar, então governador da Capitania de Minas e São Paulo, depois de várias tentativas frustradas acabam recolhendo na rede, uma imagem em barro cozido, primeiro só o corpo e na outra tentativa, a cabeça. Depois do fato surpreendente viria o milagre dos peixes, com redes fartas o que levou os pescadores a noticiarem a novidade, tornando-se responsáveis pela imagem. Durante aproximadamente quinze anos a imagem foi mantida em casa dos pescadores e só depois foi configurado um altar singelo às margens do Rio Paraíba do sul, no local conhecido como Porto Itaguaçu e posteriormente uma capela, na qual teria ocorrido o milagre das velas, que se acenderam e apagaram algumas vezes sem intervenção humana e sob o testemunho dos crentes que para lá se dirigiam com frequência. Como estava no caminho das tropas que adentravam o território pela estrada real cuja articulação com o sistema de circulação (Bonfim et al, 2010) do Vale levava ao Rio de Janeiro e Minas; a fama da Santa propagou-se tanto, que o vigário de Guaratinguetá pediu autorização ao bispo do Rio de Janeiro para oficialização do culto, decidindo-se pela construção de uma nova capela em 1745 no Morro dos Coqueiros, local em que posteriormente, em 1834, teve início a construção de um novo templo concluído em 1888, sendo elevado à Basílica Menor, em 29 de abril de 1908.

Durante o período colonial e imperial, ainda que a Igreja estivesse representada

pelo clero, segundo posições e funções de vigário e bispo, é a expressão dos leigos que garantiria a fé na América portuguesa como lembrado por Azzi (1983), Hoonaert (1978), Wernet (1987). Depois das ruas, as capelas e igrejas eram espaços privilegiados de encontros e atividades, mas as devoções particulares também eram alimentadas no interior das casas com pequenos ritos de novenas e rezas, costumes voltados às imagens, oratórios e rosários. Aliás, as devoções particulares parecem ter tido mais força pela simples fé, do que pela ordenação inteligente da doutrina católica, como se veria no período de romanização, a partir do fim do século XIX.

A igreja configurou-se como local para as práticas comunitárias e como expressão máxima da vida e do além-morte. Materialmente, com seus edifícios espalhados por todas as cidades, e como lugar do sagrado e da ordenação da existência, os templos carregavam o imperativo de seus significados lembrados diariamente e marcando o cotidiano social de todos, com o reverberar de seus sinos no alto das torres, dominando os lugares. Imagens essas, como lembra Murilo Marx (2003, 111-112) marcadas pela capela, paróquia ou matriz, sendo que

> "cada uma e todas em conjunto, desenharam mais do que qualquer autoridade civil ou militar os contornos de nossa paisagem urbana.(...) as normas eclesiásticas, destiladas do concílio de Trento, orientaram a implantação de templos e casas religiosas."

As igrejas como *locus* de devoção ao sagrado e como chancela aos espaços das hierofanias, fortaleceram os cultos populares que em determinados contextos levaram às cidades-santuário ou hierópolis. No cenário da economia voltada à religiosidade, as festas, procissões e ritos domésticos, com novenas e orações comunitárias em prol de alguma graça, engendravam a motivação social de núcleos inteiros, freguesias e vilas como lembra Nelson Omegna (1971). O calendário oficial de comemoração aos padroeiros era vastíssimo e uma das primeiras medidas tomadas pela República foi a de abolir e até proibir tais festividades. Nesse período, com o fim do padroado régio e a romanização das práticas católicas, sob influência do ultramontanismo, diversas medidas advindas do Vaticano teriam o papel de modelar as práticas leigas, fortalecendo a doutrina católica e o papel centralizador do sacerdote. Com os princípios de laicização presentes na reforma liberal que revolucionou o mundo no século XIX a Igreja Católica alteraria suas diretrizes por pressão dos novos estados nacionais criados, aproximando as novas bases de evangelização das recentes repúblicas latino-americanas. As congregações religiosas cuja vinda ao Brasil foi ininterrupta durante mais de 80 anos desde o fim dos oitocentos, operariam grandes mudanças socioculturais. Para administrar o Santuário de Aparecida, a convite do Bispo de São Paulo, viria a Congregação do Santíssimo Redentor, os Redentoristas, cuja atuação fundamental ocorre entre 1890 e 1920, na missão de servir ao projeto romanizador do catolicismo brasileiro; uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades impossíveis em solo europeu, pelas políticas de Estado que restringiam a

atuação missionária aos países de origem das congregações, ainda que em solo germânico tivessem se notabilizado por ações junto às manifestações religiosas de grandes grupos. O contato com o catolicismo praticado no Brasil permitiu uma nova atuação da Congregação, sobretudo em Aparecida, com as romarias programadas entre 1900 e 1950, acolhendo novas práticas de fé num movimento de "internalização e externalização" adaptando os modelos de prática religiosa – sacramental e devocional – para um diálogo possível, quase subversivo da rigidez ultramontana, como defendido por José Leandro Peters (2009).

AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS E O TURISMO RELIGIOSO

Com a queda na produção cafeeira do Vale do Paraíba, diante da ascensão do oeste paulista, emergem os ideais de emancipação do distrito de Aparecida, criado pela Lei Provincial nº 19, em março de 1842, para garantir a especificidade religiosa na produção de seu espaço e das relações comerciais disso decorrentes. Então, em 17 de dezembro de 1928, a Vila formada ao redor da Capela do Morro dos Coqueiros torna-se município, emancipando-se de Guaratinguetá, pela Lei nº 2.312. No ano de 1893 a comunidade religiosa de Aparecida é desvinculada de Guaratinguetá passando a responder diretamente à capital do Estado de São Paulo. A Diocese de São Paulo foi elevada à categoria de Arquidiocese em 07 de junho de 1908 por decreto do Papa Pio X. Em 19 de abril de 1958, a Bula *"Sacrorum Antistitum"* comunicava que o Papa Pio XII criava a Arquidiocese de Aparecida, separando-a da Arquidiocese de São Paulo e da Diocese de Taubaté. A Arquidiocese de Aparecida passou, então, a abranger os municípios de Aparecida, Guaratinguetá, Potim, Roseira e Lagoinha.

Quando em 1929 Nossa Senhora foi proclamada Rainha do Brasil e no Estado Novo passou a ser sua Padroeira Oficial, por determinação do Papa Pio XI, o Santuário ganhou reforço institucional e político, passando a ser a capital religiosa do país. Nesse momento o desenvolvimento de um projeto para a nova Basílica é desenvolvido pelo arquiteto Benedito Calixto Neto e na década de 1940 aprovado pelo Vaticano. A pedra fundamental do novo templo mariano foi colocada em 1945, mas as obras só tiveram início, propriamente, em 1955. Entre os anos 1928 e 1951 há uma reorganização sócio espacial no Vale do Paraíba, até então servido exclusivamente com o caminho colonial, a navegação e desde o final do século XIX, com a ferrovia. Com as rodovias São Paulo-Rio(1928) e posteriormente com a Rodovia Presidente Dutra (1951) viabilizar-se-ia- o modal rodoviário para automóveis, caminhões e principalmente o ônibus, transporte que marcará o trânsito dos devotos e visitantes até a atualidade, ampliando a densidade e as facilidades para o turismo religioso.

Em 1951 é inaugurada a veiculação comunicativa da Rádio Aparecida, que passou a garantir as mensagens do Santuário para os diferentes pontos do país, atraindo o fluxo permanente de devotos. Nesses desdobramentos que culminam com a conclusão da Basílica, um conjunto arquitetônico em forma de cruz de Santo André, declarada

oficialmente, em 1984, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Basílica de Aparecida Santuário Nacional, o turismo seguiria um percurso ascendente. Da década de 1980 em diante e, tendo recebido a visita dos três últimos Papas, o turismo religioso, seguindo estratégias de planejamento para ampliação do atendimento, como veremos a seguir, transformar-se-ia numa política, como demonstrado nos dados do Santuário indicados pelo fluxo anual de fiéis de 1980 à 2008, em que há um crescimento intensificado ao final de cada década, conforme gráfico 1:

Ao avaliar o desenvolvimento da infra-estrutura de atendimento do Santuário, desde a consagração da Basílica nova pelo Papa João Paulo II, Moreno (2009, p.45) descreve que o projeto extrapolou a edificação do templo, demandando desde a origem serviços de assistência social e de saúde, tanto que houve aprovação do governo do Estado e da Prefeitura nesse atendimento, contemplando a instalação de uma delegacia especial, um posto de atendimento médico e sanitário e um posto de puericultura e apoio aos pais. Tratava-se dos anos 1940 e, até a indicação do eminente engenheiro e urbanista Prestes Maia fora sugerida para a melhoria adicional nos fluxos. À época, embora todas as benfeitorias estivessem vinculadas à recepção dos devotos, não configuravam ainda, além da oferta da hospedagem ou do comércio de artigos religiosos, práticas ou planejamento para o turismo. As visitas estavam definidas majoritariamente como permanências de um dia, cuja rede de atividades comerciais tinha natureza muito restrita.

A inauguração da Basílica nova trouxe outra dinâmica para o turismo e para a vida do Município. Durante muitas décadas, o "turismo" como motivação e atratividade para os visitantes foi discriminado pela administração religiosa do Santuário, privilegiando-se a resposta e o acolhimento da fé e da devoção. No entanto, preocupada em recuperar a perda de fiéis, a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) formulou uma nova pastoral com a finalidade de gerenciar o turismo. Assim foi criada, em

2005, a Pastoral do Turismo que tem incentivado o segmento da atividade religiosa no país, como expresso na entrevista concedida (Moreno, 2009; 100) pelo Reitor do Santuário, Pe. Darci Nicolini em 2009:

> "Afirma que há alguns anos atrás seria politicamente incorreto um padre falar sobre turismo religioso, mas a realidade hoje é outra e novos elementos foram somados a essa questão. Cita por exemplo, que os meios de comunicação utilizados pelo Santuário atingem e atraem um público diversificado e que é necessária uma nova linguagem para atingir a todos. Enfatiza " nós queremos ter a linguagem própria para o turista, para aquele que vem ao Santuário. (...) O Santuário, além de considerar o turismo como atividade econômica que traz benefícios à comunidade, entende que turismo é também construção da cidadania e investir na pessoa é obrigação da Igreja, é evangelizar"

Quanto às consequências do impacto causado pelo aumento da atividade turística no município, o Reitor do Santuário o considera positivo e cita, na entrevista, as primeiras reações negativas dos comerciantes, depois apaziguadas pelo aumento da demanda turística, quando da implantação do Centro de Apoio ao Romeiro, mantido e explorado pelo complexo religioso, que conta com aproximadamente quatrocentas pequenas lojas, entre serviços médicos, de viagem, odontológicos, espaços de alimentação, sanitários e vestiários. Vale lembrar que o Centro de Atendimento ao Romeiro foi empreendido pelo Santuário e inaugurado no ano de 1998 e está localizado no pátio do estacionamento. Já a Cidade do Romeiro, localizado à 700 metros da Basílica, um investimento parcialmente financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) com valor próximo a sessenta milhões de reais em 2012, reúne os espaços de hospedagem, alimentação, parque com área verde e entretenimento para as crianças. Além de atender aos visitantes, a infra-estrutura de hotelaria também responde às convenções realizadas pela CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil).

O turismo religioso é uma categoria do setor comercial do turismo, que se manifesta como visto, no espaço e pelo espaço. Esse segmento pode ser pensado como multifacetado porque ele não é apenas religioso, mas também territorial, econômico e sociocultural. Embora o segmento populacional seja fundamental para a compreensão do fenômeno, pois turismo e populações estão correlacionados, não figurou como possibilidade analítica na comunicação.

Do ponto de vista do planejamento turístico, as estratégias adotadas pelo Santuário em concordância com a Igreja e com a Municipalidade estão adequados como postula Boullón (2005; 30) lembrando que quando o conjunto de necessidades do turista ou devoto, no âmbito de sua viagem como "transporte, hospedagem, alimentação, visitas ao lugar, diversões, passeios, esportes ou compras" estão reunidas num mesmo local, isso gera maior satisfação e facilidades. No caso do Santuário isso se tornou progressivamente uma realidade, conforme

> " as concentrações de serviços turísticos variam desde pequenos agrupamentos (unidades turísticas) até outras muito mais importantes:

os centros turísticos. Um centro turístico é uma cidade caracterizada pela aglomeração, dentro de seu território, de todos os serviços que um viajante exige durante o tempo que permanece nela" (Boullón, 2005; 30)

Ao mesmo tempo que houve uma oferta de serviços de apoio cada vez maior para o turista viajante, também novos atrativos turísticos foram somados aos itinerários, ultrapassando vinte pontos turísticos, e garantindo uma estada maior das famílias na Cidade. Logo, essa valorização das áreas próximas ao Santuário contribuiu na transformação do tipo de uso dos imóveis na área central, para um uso comercial ou para empreendimentos de hotelaria e comércio de artigos religiosos como demonstrado pela atualidade de imóveis à venda ou para locação e ainda pelas novas 107 edificações verticais para esse fim (Barbosa et al, 2015). A comercialização do espaço nas imediações da Basílica, combinada com a ação da Igreja reiteram a dinâmica do espaço turístico religioso configurando um desenvolvimento urbano particular, com apoio governamental. O fato do Município não possuir legislação específica com critérios de uso e ocupação do solo compatível com o processo de adensamento e urbanização impede uma fiscalização das edificações e padrões adotados, inclusive para os serviços de hospedagem, qualidade sanitária e de combate à incêndios (Barbosa et al, 2015; 2483). A Lei Orgânica do Município (05/04/1990) a qual compete legislar sobre todos os assuntos de interesse municipal inclusive sobre ordenamento territorial e ao qual está vinculado o Plano Diretor de 2006[2], com base nos critérios sugeridos pelo Estatuto da Cidade, parecem tanto uma quanto a outra Lei, insuficientes para uma interpretação técnica necessária à mediação dos conflitos de interesses gerados pelos novos arranjos urbanos especulativos.

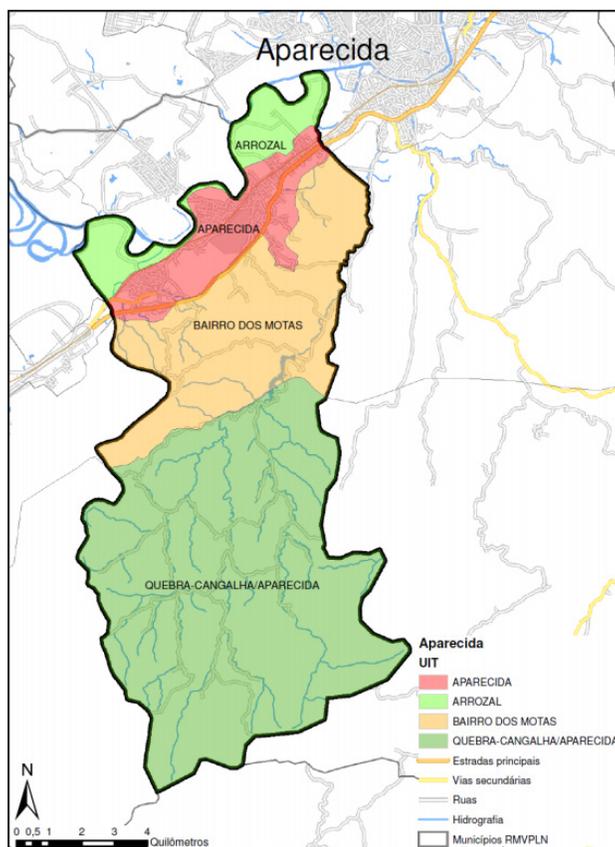
De outro modo, prevendo um deslocamento habitacional sugerido pelos novos usos na área central, pode ser consequente prever diante de exemplos ocorridos em cidades médias e mesmo pequenas no interior do Estado de São Paulo (Sposito et al, 2019)[3] e na região metropolitana de Londrina, no Paraná, que a criação de condomínios fechados, não necessariamente de alto padrão, mas de casas individuais com alguma praça de serviços; revela-se uma tendência na dinâmica de privatização do território, com o auto-isolamento ou a segregação espacial alterando as antigas definições de centro-periferia, mesmo em localidades com menos de cem mil habitantes[4]. Vale destacar que tal interpretação se associa à informação de que foram feitos investimentos mais recentes na zona de expansão urbana de Aparecida, tendo sido aprovados projetos e construídas unidades verticais de habitação, nos últimos sete anos, em bairros com população de baixa renda e pouca infra-estrutura de serviços públicos, como falta de arruamento, transporte deficitário, esgoto e rede elétrica precários, fatos que dificultaram o interesse e a venda dos imóveis, segundo

2 A revisão do Plano Diretor foi iniciada em 2019 e teve audiências públicas realizadas com apoio da empresa Vallenge Engenharia, de Taubaté.

3 Título da pesquisa publicada: Consumo, Crédito e Direito à Cidade.

4 Segundo dados do Secovi Paraná, além de Cambé e Arapongas, com pouco mais de cem mil habitantes, os municípios de Ibiporã, Rolândia e Juntas com números próximos aos cinquenta mil habitantes, todos localizados na RM de Londrina, reúnem mais de treze empreendimentos de condomínios fechados desde 2015.

relato (Barbosa et al, 2015; 2487).

Por fim, de acordo com o Relatório de caracterização das unidades de informação territorial - UITs produzidas pela Universidade do Vale do Paraíba, o aumento da atividade turística em Aparecida tem demandado maior esgotamento sanitário o que acabou gerando pressão para um sistema de tratamento criado com aporte do governo do Estado em 2013. O abastecimento de água é feito pelo SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Aparecida, uma autarquia municipal que opera desde 1970 de maneira independente da SABESP e sobre a qual não foi possível estabelecer comparações, por enquanto. O Município ocupa uma área de 121,076 km², sendo que 5,7 km² estão em perímetro urbano, e sua população está estimada em 36 157 habitantes com densidade de 289,76 hab./km². A maior parte da população vive em área urbana, com uma taxa de urbanização de 98,55%. Com base no Censo IBGE 2010 há um decréscimo da população em área rural e um aumento em área urbana, confirmando o perfil demográfico de outras cidades paulistas.

Mapa das Unidades de Informações Territorializadas do Município de Aparecida

REFERÊNCIAS

Livros

Azzi, R.(1983**)** **A vida religiosa no Brasil – Enfoques Históricos**, Edições Paulinas, São Paulo.

Berger, P.; (1985) **O Dossel Sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião**. Edições Paulinas, São Paulo, SP.

Bomfim, P.A.A.; Souza Neto, M. F.; (orgs), 2010, **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil.** Annablume/GEOPO –USP – Laboratório de Geografia Política, São Paulo, SP.

Boullón, R. C., (2005) **Os Municípios Turísticos**. EDUSC, Bauru, SP.

Carlos, A.; Souza, M.; Sposito, M. E. B. (orgs), 2016, **A produção do espaço urbano**. Editora Contexto, São Paulo, SP.

Castro, I., E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (orgs), 2012, **Geografia: Conceitos e Temas**, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. RJ.

Eliade, M.;(1992) **O Sagrado e o Profano**, Ed. Martins Fontes, São Paulo, SP.

Hoornaert, E**.(** 1978) **Formação do Catolicismo Brasileiro-1500-1800**, Vozes, Petrópolis,RJ,

Lefébvre, H.; (2008) **A Revolução Urbana**, Editora UFMG, Belo Horizonte, MG (2000) **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão eletrônica, 2006. Do original *La production de l'espace.* 4ª ed., Editions Anthropos, 2000, Paris, FR.

Marx, M.(2003) **Nosso chão – do sagrado ao profano**. 2ª edição, EDUSP. São Paulo, SP.

Omegna, N.(1971) **A Cidade Colonial**, 2ª ed., Editora de Brasília, Brasília, DF.

Prado Jr. C.(1984) **Histórica Econômica do Brasil**, 30ª edição, Brasiliense, 1984, São Paulo, SP.

Santos, M.;(2014) **Espaço e Método**, EDUSP, 2014, São Paulo, SP. (2002) **Pensando o espaço do homem**, EDUSP, 2002, São Paulo, SP.

Sposito, M. E. B.; Catelan, M. J. V.; Furini, L. A.; Magrini, M. A. O.; Catalão, I.; Goes, E. M.; (2019) **Consumo, Crédito e Direito à Cidade**, Ed. Appris, Curitiba, PR.

Rosendahl, Z.;(2009) **Hierópolis: O Sagrado e o Urbano**, 2ª ed., Ed. UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

Wernet, A. **(**1987) **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de Dom Antonio Joaquim de Mello (1851 – 1861**), Ed Ática, São Paulo

Documentos e Jornais

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO – ESTÂNCIA TURÍSTICO-RELIGIOSA DE APARECIDA-SP https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/consolidadas/lei-organica-do-municipio-de-aparecida

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO – ESTÂNCIA TURÍSTICO-RELIGIOSA DE APARECIDA-SP- LEI DE N.º 3401/A/2006, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006 https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/leis/3401-a-2006

CENTRO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL- UNIVAP HTTPS://WWW.UNIVAP.BR/UNIVERSIDADE/INSTITUTO-DE-PESQUISA/-GRUPOS-DE-PESQUISAS.HTML HTTPS://WWW1.UNIVAP.BR/OBSERVATORIORMVALE/APARECIDA.PDF

HTTPS://WWW.A12.COM/SANTUARIO/SANTUARIO-EM-NUMEROS

HTTP://G1.GLOBO.COM/SAO-PAULO/NOTICIA/2010/12/SANTUARIO-DE-APARECIDA-BATE-RECORDE-DE-PUBLICO-EM-2010.HTML#

HTTP://WWW.SECOVIPR.COM.BR/CRESCE-PROCURA-POR-CONDOMINIOS-FECHADOS-NAS-CIDADES-PEQUENAS-104-4762.SHTML

Revistas

Barbosa, I. F.; Gomes, M., A., S.; (2015) **Anais do XI – ENANPEGE**- A diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação ISSN2175 8875 **O processo de produção histórica do espaço urbano em Aparecida (SP) e o papel da Igreja Católica**, (pp 2477 – 2489)

César, P.A.B.; Vianna, A. A.; (2015) Aparecida: a formação socioespacial do atrativo religioso. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.149-166, ago. 2015.

Editora Santuário(2018) -**Revista de visitação**. ISBN 978-85-369-0552-5. 1ª impressão. Aparecida, SP.

Rosendahl, Z.;(2008) O Sagrado e o Urbano: Gênese e função das Cidades. **Espaço e Cultura**, Edição Comemorativa,1993 – 2008, Rio de Janeiro, UERJ, n.48, p.67 – 79, 2008 – eletrônico

TESES

Moreno, J. C.; (2009)**A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do turismo religioso.** ECA USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) Ciências da Comunicação, doutorado. São Paulo, SP.

Peters, J.L.;(2017) **Entre a Exteriorização e a Internalização da Fé: Os Redentoristas e a Reforma Católica no Brasil (1890 – 1920)**. UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) História, doutorado. Juiz de Fora, MG.

CAPÍTULO 4

JOAQUIM SALDANHA MARINHO E O PROJETO DE BRASIL MODERNO

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 05/08/2021

Renata Ribeiro Francisco
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH)
São Paulo – São Paulo
http://lattes.cnpq.br/9741218885274888
http://orcid.org/0000-0002-9021-6600

RESUMO: O presente capítulo analisa a trajetória intelectual de Joaquim Saldanha Marinho e os projetos propostas pelo político na segunda metade do século XIX. Figura de ampla visibilidade, Saldanha Marinho protagonizou processos sociais e políticos importantes no Brasil Império, liderou campanhas do período: pelo abolicionismo, pelo republicanismo e estado laico. Paralelamente, Saldanha Marinho foi liderança maçônica e uma das importantes vozes a defender e protagonizar a luta pela educação laica e gratuita. Ao longo desse capítulo percorremos as experiências sociais e processos históricos vividos por Joaquim Saldanha Marinho. Por meio da trajetória de um indivíduo é possível reconstruir e refletir questões mais amplas, concernentes às relações de formação intelectual, bem como táticas de socialização.

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo; republicanismo; maçonaria; trajetória

JOAQUIM SALDANHA MARINHO AND THE MODERN BRAZIL PROJECT

ABSTRACT: This chapter analyzes the intellectual trajectory of Joaquim Saldanha Marinho and the projects proposed by the politician in the second half of the 19th century. A figure of wide visibility, Saldanha Marinho was the protagonist of important social and political processes in Brazilian Empire, he led campaigns of the period: for abolicionism, republicanism and the secular state. At the same time, Saldanha Marinho was a Masonic leader and one of the important voices defending and leading the fight for free and secular education. Throughout this chapter, we cover the social experiences and historical processes lived by Joaquim Saldanha Marinho. Through the trajectory of an individual, it is possible to reconstruct and reflect on broader issues concerning the relationships of intellectual formation, as well as socialization tactics.

KEYWORDS: Abolicionism; republicanism; mansory; trajectory.

1 I INTRODUÇÃO

Saldanha Marinho, como muitos outros intelectuais negros da cena política da segunda metade do século XIX, esteve atento as principais mudanças sociais e políticas. Atuando em sociedades, associações e partidos, repercutiu na imprensa os basilares temas em destaque, como as reformas sociais e educacionais que estavam em disputa naquele contexto. A

criação do Oriente dos Beneditinos[1] refletia a conformação de uma agenda política de seu idealizador Saldanha Marinho, maçom republicano e abolicionista. Conforme Alexandre Barata, "a maçonaria, embora fosse uma sociedade iniciática, portanto de caráter fechado e muitas vezes secreta, desde o início procurou construir um discurso para além do espaço maçônico"[2].

A agenda política maçônica proposta por Joaquim Saldanha Marinho convergia com as práticas executadas no interior de sua obediência para a conjuntura política e as transformações que determinaram a constituição de uma nova ordem, que influenciou diretamente as atividades maçônicas na cidade de São Paulo.

No ano de 1868, com a queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góis e a ascensão dos conservadores ao poder, sob a chefia de Visconde de Itaboraí, criou-se uma profunda crise de legitimidade da monarquia, abrindo, consequentemente, espaço para novos diálogos políticos e sociais fora do Parlamento[3].

No ano seguinte surgiriam por todo o país movimentações antimonárquicas, como a formação de clubes radicais que exigiam mudanças importantes: amplas reformas eleitorais descentralizadas, liberdade religiosa, ensino laico, extinção do poder moderador e a substituição do trabalho escravo pelo livre. Tratava-se de questões levantadas por um grupo de liberais radicais que havia saído do Partido Liberal com o propósito de articularem a criação do Partido Republicano. Saldanha Marinho foi um dos principais articuladores do Partido Republicano, ao lado de outros maçons como Quintino Bocaíuva, Luiz Gama, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Bernardino de Campos.

Saldanha Marinho, assim como muitos outros políticos do século XIX, exerceu diversas atividades simultaneamente. Advogado de formação, o maçom enveredou pelos caminhos da imprensa, exerceu a função de redator chefe e de co-proprietário do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1860. Fundou o jornal *A República*, em 1870, folha em que pôde encampar uma agenda política em defesa da República, do Estado laico e da instrução pública. Em 1870, o grão-mestre do Grande Oriente dos Beneditinos elaborou o *Manifesto Republicano*, ao lado de Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça e outros. Em 1873, após a Convenção de Itu, surgiu o Partido Republicano Paulista. Essa ampla plataforma política orientou os trabalhos de todas as lojas maçônicas vinculadas ao Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, que, após o breve período de unificação, sofreu uma nova cisão ainda em 1872, adotando, a partir de então, o nome de Grande Oriente Unido do Supremo Conselho.

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em 4 de maio de 1816, em Pernambuco. Filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e de dona Ágata, Joaquim

1 Oriente dos Beneditinos é a nomenclatura atribuída a organização mais elevada da organização maçônica. O Oriente é responsável por criar as regras de funcionamento de cada loja maçônica ligada à sua ordem.
2 BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, São Paulo, 2002, p. 110.
3 ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas***:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Saldanha Marinho mudou-se para o Rio de Janeiro em 1860, onde instalou seu escritório de advocacia.

Desde 1869, a ordem de Saldanha Marinho “dirigiu uma energética campanha educacional”[4], incentivando a criação de estabelecimentos de ensino por todo o país via lojas maçônicas[5]. O objetivo de Saldanha Marinho era promover a educação laica. O líder maçônico compreendia que o domínio católico sobre o ensino poderia ser uma barreira ao ingresso de imigrantes europeus protestantes no país. Por essa razão, impulsionou as lojas a encamparem projetos educacionais, visando a criação de escolas populares não religiosas. No ano de 1876, Saldanha Marinho determinou que todas as lojas maçônicas vinculadas à sua obediência isentassem das taxas e das mensalidades os iniciados que exercessem a atividade docente, mas não possuíssem recursos econômicos para arcar com tais despesas; com isso, a ordem pretendia atrair profissionais que pudessem atender seus projetos educacionais[6].

O maçom havia criado várias frentes de combate à Igreja católica. Sob o pseudônimo de Ganganelli, publicou um conjunto de artigos críticos contra a Igreja católica, entre eles o texto “A Igreja e o Estado”, estampado no *Jornal do Comércio.* A essa última pauta, Saldanha Marinho dedicou-se com afinco, tornando-se por isso um dos principais porta-vozes do anticlericalismo no país[7].

O Brasil como país oficialmente católico não permitia que outros cultos religiosos fossem manifestados publicamente. O protestantismo só podia ser praticado pelos estrangeiros em âmbito privado, em língua estrangeira[8]. A luta pela consagração de um Estado laico tinha relação direta com a questão servil e a política imigrantista.

2 | A QUESTÃO IMIGRANTISTA

Saldanha Marinho, assim como uma parcela significativa de imigrantistas, apostava na medida como forma de modernizar o país. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, o pensamento dos imigrantistas seguia na seguinte direção:

> O negro precisava de liberdade para se educar e também para que o país como um todo pudesse se elevar moralmente. Porém, só a emancipação do negro não bastava. Era neste ponto que surgia a necessidade de um órgão de propaganda da imigração europeia, voltado exclusivamente para a sua promoção. Trabalhando permanentemente com estes três temas – liberdade, trabalho e nacionalidade, os imigrantistas reunidos em torno da Sociedade Promotora da Imigração deixavam claro que o trabalho digno ou a

4 VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria, e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. p.153.

5 Nesse mesmo ano, a Loja América fundou uma escola noturna dedicada aos trabalhadores da cidade.

6 RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo**: a Maçonaria e o Partido Republicanos. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011, p. 56.

7 VIEIRA, David Gueiros, **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**., op.cit p. 287-288.

8 Idem., p.123.

> mentalidade positiva do trabalho só poderia se consubstanciar em liberdade. Porém, liberdade e trabalho submetiam-se ao tema maior da nacionalidade, e a ênfase constante era no sentido de que o governo não descuidasse da formação de um povo inteligente e ativo, com base na imigração maciça de europeus e na concessão de direitos que lhes permitissem reconhecer o Brasil como a sua pátria[9].

Entre os diversos direitos que deveriam ser assegurados aos trabalhadores imigrantes estava o direito de culto, uma vez que muitos deles eram europeus e praticavam o protestantismo. Portanto, para Saldanha Marinho, fundador da ordem do Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, a liberdade religiosa seria fator determinante para estimular a vinda de imigrantes. O abolicionista, em particular, tinha predileção pela imigração proveniente dos Estados Unidos e de europeus de partes específicas da Europa, como Suíça, Alemanha, Inglaterra e Irlanda[10]. O maçom acreditava que os valores culturais desses povos e o modelo republicano de governo pudessem ser difundidos pelos imigrantes. Assim como outros imigrantistas, Saldanha inspirou-se nos exemplos de imigração adotados em países como Estados Unidos e Argentina. Muitos imigrantes, entretanto, acabaram privilegiando os Estados Unidos e as repúblicas do Prata, porque temiam não terem suas crenças respeitadas pelo Estado brasileiro[11].

Os imigrantistas encontraram certa resistência entre os próprios deputados, que, ideologicamente, não estavam alinhados aos projetos que previam a vinda de imigrantes, especialmente na década de 1870. Alguns parlamentares temiam que os estrangeiros não se adaptassem às condições de trabalho do Brasil. Algumas nacionalidades eram vistas como insubordináveis e responsáveis por revoltas no campo, um pensamento nascido de algumas experiências mal-sucedidas realizadas em fazendas da província de São Paulo, como a registrada no município de Amparo[12]. Mas se havia, por um lado, uma resistência quanto aos trabalhadores imigrantes, por outro, temia-se ainda mais os trabalhadores nacionais em sua maioria forros, mestiços e negros nascidos livres vistos como indisciplinados e vadios. Conforme Azevedo, para explicar o imperativo da imigração, os políticos favoráveis à iniciativa recorriam ao argumento da falta de braços, ignorando assim a mão de obra nacional que permanentemente era vista “como uma última e desprezível cartada, caso o grande lance da imigração não fosse alcançado”[13]. Sobre a imigração, disse Saldanha Marinho:

> O que resta da escravidão vai desaparecer mais cedo do que calculam os que iludiram a questão com o simples nascimento livre. Os que foram escravos, ou os que restam escravos no país, nem são suficientes e nem se acham nas condições de bem se prestarem ao que se necessita de braços vigorosos e inteligentes. Admitir, portanto, homens livres, e conosco interessá-los, é o que

9 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.87.

10 FONTOURA, Ubaldino do Amaral. **Saldanha Marinho**., op.cit. p.13.

11 Idem., p.176.

12 AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**., op.cit., p. 107.

13 Idem., p.116.

> devemos fazer para o desenvolvimento industrial e agrícola, e por conseguinte para a não decadência do Brasil. Isto já não pode, não deve ser adiado. O adiamento nesta matéria é a morte. Mas como pode a imigração ser animada; como pode ela desenvolver-se e realizar-se entre nós?[14].

Saldanha Marinho, embora fosse "homem de cor", partilhava das mesmas ideias dos demais imigrantistas, que acreditavam nas limitações dos descendentes de escravos, bem como dos estrangeiros de origem asiática e africana[15]. Muitos desses políticos foram ideologicamente influenciados pelas teorias racialistas poligenistas introduzidas no Brasil na segunda metade do século XIX[16].

Dentre as teorias cientificistas poligenistas correntes no Brasil e em outras nações da América no final do século XIX, encontravam-se o evolucionismo social, que postulava a ideia de que havia desigualdade e hierarquia entre os homens, e o darwinismo social, que pregava a divisão da humanidade em espécies, em raças[17]. Essas correntes de pensamento[18], amplamente difundidas no país por instituições como o Museu Paulista e o Museu Nacional rejeitavam profundamente a população negra e mestiça.

O propósito dessas teorias era confirmar a superioridade dos europeus em relação aos povos africanos. De acordo com essas correntes de pensamento, os mestiços eram uma população ainda mais degenerada porque eram frutos da junção de duas raças distintas. Assim, à inferioridade da população negra e mestiça, fundamentada na ciência, somava-se ainda a degradação social decorrente da submissão da população composta por escravizados, libertos e ingênuos[19].

Os ingênuos, perante as leis do Império, não possuíam os mesmos direitos que os libertos não podiam, por exemplo, frequentar instituições de ensino. Célia Maria Marinho de Azevedo lembra que, para alguns positivistas e imigrantistas, "a instituição escravista garantia o lugar social do negro na esfera dos dominados"[20]. Esse pensamento, transposto para a realidade social brasileira, transformaria o tema racial numa questão política primordial a ser debatida no contexto da substituição do trabalho servil para o livre.

3 | A ORDEM MAÇÔNICA DE SALDANHA MARINHO

Se, por um lado, Saldanha Marinho se opunha à vinda de imigrantes africanos e acreditava na inferioridade de negros e mestiços, por outro, permitiria que libertos

14 FONTOURA, Ubaldino do Amaral. **Saldanha Marinho**., op.cit., p.174.

15 Idem., p.174.

16 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.55.

17 Idem., p.81.

18 Essas correntes de pensamentos haviam sido forjadas no século XVIII, mas difundidas efetivamente, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. ***O espetáculo das raças***., op.cit., p. 55.

19 Conforme Lilia Schwarcz, quando as ideias racialistas chegaram ao Brasil, na segunda metade do século XIX, elas já estavam ultrapassadas, uma vez que tais pensamentos viviam "um claro processo de descrédito, o que em si já indicava uma apropriação tardia" pelos políticos e intelectuais brasileiros. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**., op.cit., p. 55.

20 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de Azevedo. **Onda negra medo branco**., op.cit. p. 69.

ingressassem em sua ordem, contrariando, desse modo, as próprias determinações maçônicas que não aceitavam em sua organização a iniciação de indivíduos que não tivessem nascido livres. Como se vê, a plataforma política de Saldanha Marinho conflitava em alguns aspectos com seus desejos maçônicos.

Sua vontade de pôr fim à escravidão era, no entanto, um tema explorado em seus discursos dentro e fora do círculo maçônico. Em uma de suas falas, proferida em sua obediência, em 16 de maio de 1865, Saldanha Marinho, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, declarou que a emancipação dos escravos seria fruto da ação maçônica[21]. Mas, quando aludia à maçonaria, Saldanha Marinho evidentemente se referia a sua própria obediência, a qual acreditava ser a legítima, mesmo quando reconhecia a conquista do oriente rival, na sanção da Lei do Ventre Livre.

No jornal que representava a sua obediência, Saldanha Marinho deixava explícita a rivalidade com a ordem do Grande Oriente do Brasil, ao Vale do Lavradio. Na ocasião em que Visconde de Rio Branco foi homenageado por ter sido o responsável pela sanção da Lei do Ventre Livre, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* publicou o seguinte artigo:

> Confessamos antes de tudo que temos mais prazer em louvar do que em censurar. É assim que todas as vezes que conhecemos atos maçônicos dignos de elogios apressamo-nos em assiná-los, sem havermo-no preocupado de saber se os autores destes atos eram ou não regulares. A opinião do ***Monde Maçonique*** acerca de questões de regularidade de potências maçônicas, é bastante conhecida para que tenhamos a necessidade de insistir sobre este ponto. Felicitamos, pois calorosamente o grão-mestre Visconde do Rio Branco por sua iniciativa para a abolição gradual da escravidão. Teríamos certamente preferido, com todos os espíritos generosos, a abolição imediata e total. Aprovamos, no entanto a medida parcial, em atenção a certas necessidades sociais, que não nos é permitido aqui desenvolver. Quando o grão-mestre dos Beneditinos, o irmão Saldanha Marinho, tomou a defesa do grande orador do Lavradio violentamente atacado, aplaudimos este ato de confraternidade maçônica, no qual pressagiamos a união que deveria se operar alguns meses mais tarde entre os dois centros. Nós não fizemos mais do que assinalar os factos notáveis, lembrando-nos sempre que os maçons deviam ser julgados por seus atos e não por sua origem; nem mesmo conservamos rancor ao Grande Oriente do Lavradio pelos ataques violentos e irrefletidos que ele tinha publicado contra a maçonaria francesa, à qual nos honramos de pertencer. Não procuramos senão o que podia realçar a nossa ordem ou servir de ensino a nossos irmãos[22].

O tema da escravidão acendia a rivalidade entre as obediências. A sanção da Lei do Ventre Livre assinada por Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, do Vale do Lavradio, em 1871, serviu como fagulha do conflito entre as ordens, uma vez que Saldanha Marinho vinha movendo esforços para que a extinção da escravidão fosse mérito de sua

---

21 CASTELLANI, José; CARVALHO, William Almeida de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil.*, op.cit. p. 119.
22 *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil.* Jornal Oficial da Maçonaria Brazileira. 2º ano. nº7-9. Julho a Setembro, 1873.

obediência.

4 | AÇÕES ANTIESCRAVISTAS

Desde a fundação do Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, Saldanha teve como grande desafio resguardar uma agenda que contemplasse, ao mesmo tempo, uma plataforma antiescravista e que também defendesse a liberdade de culto, a educação laica e o regime republicano. Para tanto, o grão-mestre adotou algumas estratégias, atuando simultaneamente no Parlamento, na imprensa, no Partido Republicano e na maçonaria[23]. Em 1880, o jornal *Gazeta da Tarde*, de José Ferreira de Menezes, questionou o modo como os parlamentares reagiam perante o discurso proferido por Saldanha Marinho em defesa da abolição.

> O grande patriota Conselheiro Saldanha Marinho levantou ontem na Câmara dos deputados um brado ingente a favor da abolição. A resposta que obteve da câmara liberal, e do liberal governo que nos felicita, foi o imediato encerramento da discussão. Não é característico este fato? O senado emenda profundamente à proposição da Câmara quer na parte da despesa, quer na da receita, e a Câmara vota tudo isso em silêncio. Nem a voz de Saldanha Marinho a desperta do seu topor![24].

As posições do abolicionista foram radicalizadas com o tempo. Em 1885, ano em que foi aprovado a Lei Saraiva Cotegipe, mais conhecida como a Lei dos Sexagenários, o maçom reeditou o folheto, que havia publicado em 1869, intitulado *O rei e o Partido liberal,* incluindo nele o tema da substituição do trabalho servil[25]. Para ele, havia descaso do poder judiciário que não cumpria com sua responsabilidade, permitindo que muitos africanos desembarcados no país, após a sanção da lei de 1831, acabassem mantidos na condição de escravizados.

> Os inventários, as partilhas, as praças públicas, as doações, as permutas, as compras e vendas, e Hipotecas, que por aí formigam, e que se referem, e em grande quantidade, a africanos tem se feito sem reparo. Nenhum juiz, salvas raras excepções, ou tribunal, tem procurado saber se esses africanos chegaram ao Brasil de 1831 em diante. Se cumprissem o seu dever conheceriam que a maior parte desses infelizes está nas condições legais de ser declarada livre ipso jure, e que tem direito a salários além das comunicações penais a que os respectivos intitulados donos estão sujeitos, salvo provada boa fé, o que não é fácil (...)"[26].

Embora Saldanha Marinho cobrasse das autoridades respeito à lei de 1831, o maçom, ao lado de Luiz Gama, engrossava o coro daqueles que defendiam a abolição imediata, postulando que "o único caminho a seguir nas condições gravíssimas em que

---

23 FONTOURA, Ubaldino do Amaral. **Saldanha Marinho**., op.cit.

24 *Gazeta da Tarde*, 14 de outubro de 1880.

25 MARINHO, Joaquim Saldanha. **A monarchia ou a política do rei**. Rio de Janeiro: Typographia. De G. Leuzinger & Filhos, 1885, p.144.

26 Idem., p.138.

se acha o paiz, [era] a adopção de uma lei que sem rodeios, sem disfarces, [dissesse] em respeito a verdade e ao direito – fica extinta a escravidão no Brazil"[27].

Em abril de 1884, um ano da publicação da reedição do manifesto *O rei e o Partido liberal*, o maçom integrou o grupo de advogados residentes na cidade do Rio de Janeiro que articulou a criação do *Clube dos Advogados Contra a Escravidão*. O documento, de autoria de Araripe Júnior, propunha ações mais efetivas a fim de assegurar o cumprimento das leis de 1831 e de 1871. Os advogados Liberato Barroso, Silveira da Motta, Ubaldino do Amaral, João Marques, Catta Preta, Valentim Magalhães, Carlos Perdigão, Bittencourt Sampaio, Adolfo de Barros, João Pedro Belfort Vieira e Ciro de Azevedo que também assinaram o manifesto declararam recusar "o patrocínio de quaesquer causas que directa ou indirectamente sejam contrárias a libertação dos escravos"[28].

Essas iniciativas direcionaram as ações mais efetivas de Saldanha Marinho em relação ao tema da escravidão. Com escritório na Rua do Rosário, nº 41, na Corte, o grão-mestre e fundador do Grande Oriente do Brasil, do vale dos Beneditinos, atendeu importantes causas como anunciava, em 1869, o jornal *O'Ypiranga*: "Encarrega-se de recursos ao Conselho do Estado, apelações, crimes cíveis, de causas comerciais, civis, eclesiásticas e de negócios"[29]. Dois casos em particular, defendidos por Saldanha Marinho, ajudam a compreender a sua atuação antiescravista. O primeiro se refere a uma ação de liberdade movida pelo advogado em favor da escravizada Generosa, e o segundo a uma ação perpetrada em defesa do padeiro abolicionista João de Mattos.

Em 1880, a cativa, de nome Generosa procurou pelos serviços de Saldanha Marinho, na Corte, sob a alegação de ser ela africana livre, de nação Benguela, que havia desembarcado no Brasil depois de 1831. Conforme a Lei anti-tráfico de 7 de novembro de 1831, todo africano que chegasse no país depois dessa data e, cumprisse os 14 anos de prestação de serviços ao Império seria considerado livre. Generosa pediu a proteção do abolicionista, que logo requereu providências às autoridades competentes na Corte. Contudo, ao tomar conhecimento do trâmite, e correndo o risco de perder sua propriedade, o suposto proprietário de Generosa encontrou uma solução rápida para evitar o processo, negociou a venda da cativa a um comprador de outra província antes que o processo fosse concluído e se comprovasse que a escravizada era de fato livre[30]. Embora Saldanha Marinho não tivesse conseguido garantir a liberdade de Generosa, sua atuação jurídica no caso endossa a sua preocupação em fazer com que a Lei de 1831 fosse efetivamente respeitada[31], fazendo valer as suas convicções antiescravistas.

---

27 Ibidem., p.144.

28 MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão negra no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2003. p. 102; MORAES, Evaristo. **A campanha abolicionista**: 1879-1888. 2ª Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

29 *O Ypiranga* de 14 de maio de 1869.

30 MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. 2ª Edição. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2008, p. 152.

31 A luta por liberdade de Generosa não havia acabado, após sua venda a um proprietário da província de São Paulo, em Campinas. A cativa construiria novos laços de solidariedade, buscando um novo curador para encampar sua batalha. Foi assim que Generosa acabou sob a tutela de Luiz Gama. O abolicionista solicitou que a cativa não fosse

O segundo episódio ilustrativo nessa direção foi o caso do padeiro João Mattos, ação perpetrada por Saldanha Marinho em 1885[32]. O réu em questão era dono de uma extensa ficha criminal, em que lhe pesavam acusações de falsificação de cartas de alforria e de facilitação da fuga de escravizados[33]. Adotando sempre a mesma estratégia, João de Mattos peregrinou por várias cidades, acumulando crimes contra a propriedade escrava. Primeiro passou por São Bernardo, onde organizou um levante e foi preso, escapando na sequência, rumo à cidade de Santos. Nela, Mattos colaborou com a fuga de outros escravizados, todos trabalhadores, de cinco padarias distintas. O abolicionista providenciou ainda aos cativos fugidos cartas de alforria falsas para que pudessem trabalhar como libertos. Encarcerado novamente por mais três meses, seguiria após a liberdade com destino à cidade de São Paulo (1877). Mudando-se posteriormente para a Corte, onde foi novamente preso, dessa vez em decorrência de um delator, que recebeu 100 mil réis para informar à polícia seu paradeiro[34].

Os anos de crime tinham transformado João de Mattos em foragido e o colocado na lista de homens procurados pela justiça. Os crimes praticados pelo acusado levaram as autoridades a oferecer recompensa por sua captura[35]. O abolicionista era visto como uma ameaça à propriedade cativa. Ainda assim, Saldanha Marinho prontificou-se a defendê-lo e, diferente do caso anterior, o maçom obteve sucesso garantindo a liberdade do padeiro, num contexto de fermentação das fugas de escravizados, que enfurecia os senhores de escravos[36].

Como se vê, Saldanha Marinho atuou contra a escravidão em diversas frentes (imprensa, parlamento, partido republicano, Clube dos Advogados Contra a Escravidão e na maçonaria). Ele havia criado sua própria ordem em 1863 e a transformado no principal instrumento de divulgação das ideias republicanas e abolicionistas, estimulando a criação de lojas maçônicas e incorporando outras já existentes. Com isso, modificou a paisagem maçônica nacional.

---

devolvida para seu proprietário campineiro, até que conseguisse provar que ela havia entrado no país depois da lei de 1831. Gama conseguiu dar entrada ao processo de arbitramento de Generosa, assegurando à cativa seu retorno a Campinas e um curador que a representasse, o doutor Augusto Ribeiro. Contudo, após longa jornada a cativa acabaria retornando ao cativeiro. Ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. 2º Edição. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2008, p.152.

32 Histórias verdadeiramente epopeicas, assim como a de João Mattos, são mais comuns do que supomos. Podemos citar a narrativa de Vicente de Paula, mulato e figura popular que esteve entre as principais lideranças da Cabanada - revolta que começou como movimento de elite e depois radicalizou-se através de seus líderes populares. No levante ocorrido em Pernambuco e Alagoas, entre 1832 e 1835, seu líder Vicente de Paula percorreu diversos engenhos aliciando e ajudando na fuga de escravos, que na sequência os seguiam pelas matas e passaram a compor seu exército particular, denominados de “papa-méis”. Vicente de Paula chegou a fundar um povoado em torno de seus escravos. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832- 1835. In: **Revoltas, Motins e Revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. (Org) Monica Duarte Dantas. São Paulo: Alameda, 2001, p. 169-200.

33 MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº2, Jan/abril, 2004, p. 229-251, p.245.

34 Idem., p.246.

35 Ibidem., p.246.

36 Em 1886, João de Mattos criaria uma associação em defesa dos interesses dos padeiros, cujo lema era “Pão e Liberdade”. Ver: MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: **Revista do Rio de Janeiro**, nº2, Jan/abril, 2004, p. 229-251, p. 250.

Partidário do modelo republicano, do Estado laico, do fim da escravidão com a substituição da mão de obra servil pela imigrante europeia, como se viu até aqui, Saldanha Marinho tratou em certa medida de incorporar todas essas pautas no cotidiano dos debates da sua ordem maçônica. Ainda que essas pautas fossem em alguma medida paradoxais, como, por exemplo, o fato de o maçom defender o fim da escravidão e assegurar o direito dos libertos de participarem de sua ordem maçônica, mas, ser contrário ao aproveitamento da mão de obra dos libertos e ex-escravizados.

REFERÊNCIAS

Gazeta da Tarde, 14 de outubro de 1880.

O Ypiranga de 14 de maio de 1869.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Jornal Oficial da Maçonaria Brazileira. 2º ano. nº7-9. Julho a Setembro, 1873.

MARINHO, Joaquim Saldanha. **A monarchia ou a política do rei**. Rio de Janeiro: Typographia. De G. Leuzinger & Filhos, 1885.

ALONSO, Angela. ***Flores, votos e balas***: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade ilustrada e independência do Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, São Paulo, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacubinos": a Cabanada, 1832- 1835. In: **Revoltas, Motins e Revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. (Org) Monica Duarte Dantas. São Paulo: Alameda, 2001, p. 169-200.

MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: **Revista do Rio de Janeiro**, nº2, Jan/abril, 2004, p. 229-251.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**. 2ª Edição. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

MORAES, Evaristo. **A campanha abolicionista**: 1879-1888. 2ª Edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo**: a Maçonaria e o Partido Republicanos. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUELER, Alessandra. **Intelectuais negros, reformas sociais e educação no Rio de Janeiro (1870-1910)**. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História Social da Educação, Campo Diversidade, desigualdades sociais e educação, julho de 2011.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria, e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

CAPÍTULO 5

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/08/2021

Antônio Carlos Cabral de Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/1179946221450094

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/9850559710199004

Luiz Alberício de Araújo Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
http://lattes.cnpq.br/2185250215670336

RESUMO: Este trabalho busca contribuir para o resgate do conceito de Imperialismo através do estudo das continuidades e rupturas na participação americana para a concretização de dois eventos históricos no Brasil, o Golpe de 1964 e o Neogolpe de 2016. Esse escrito utiliza como procedimento metodológico a pesquisa documental que pode ser dividida em quatro categorias: textos acadêmicos; fontes jornalísticas; sítios eletrônicos e fonte audiovisual. Assim, discute-se a modificação da estratégia estadunidense de propagação do discurso anticomunista no país e a preparação de uma operação militar para derrubar um presidente democraticamente eleito, utilizado em 1964, para a adoção de táticas denominadas de "Guerra Híbrida" e "Lawfare", aplicada em 2016. Procura-se debater, também, aspectos semelhantes em ambas experiências, como a necessidade dos Estados Unidos em ter um governo brasileiro submisso aos seus interesses e o financiamento, no Brasil, de instituições e organizações para atender seus intuitos. Desse modo, esse trabalho procura demostrar a relevância e o caráter sub-reptício do imperialismo estadunidense para a democracia na América Latina e, em especial, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo; Golpe de 1964; Neogolpe de 2016.

IN UNCLE SAM'S HANDS: CONTINUITIES AND RUPTURES OF THE AMERICAN INVOLVEMENT IN THE BRAZIL COUPS OF 1964 AND 2016

ABSTRACT: This paper seeks to contribute to the recovery of the Imperialism concept through the study of the continuities and ruptures in the American involvement for the attainment of two historical events in Brazil, the Coup of 1964 and the Neo-coup of 2016. This article employs as methodological procedure the documentary research that can be divided into four categories: academic texts; journalistic sources; electronic sites and audiovisual source. Therefore, it discusses the change of the US strategy of spreading the anti-communist discourse in the country and the preparation of a military operation to overthrow a democratically elected president, employed in 1964, for the adoption of tactics called "Hybrid War" and "Lawfare", enforced in 2016. It also aims to discuss similar aspects in both experiences, such as United States need to have a Brazilian government submissive to

its interests and the finacial support, in Brazil, of institutions and organizations to serve US purposes. Consequently, this paper sought to demonstrate the relevance and the surreptitious nature of U.S. imperialism for democracy in Latin America and especially in Brazil.
KEYWORDS: Imperialism; Coup of 1964; Neo-Coup of 2016.

1 I INTRODUÇÃO

Os pressupostos defendidos por Atilio A. Boron no seu texto intitulado "A questão do Imperialismo" são cruciais para este trabalho, pois afirma-se a necessidade dos pesquisadores latino-americanos resgatarem o conceito de Imperialismo, principalmente em uma conjuntura marcada pela submissão de seus países aos ditames das potências estrangeiras. Sendo imperialismo, portanto, a subjugação de países capitalistas periféricos pelas potências estrangeiras. Tendo isso em vista, esse artigo tem como objetivo contribuir para a retomada do estudo dessa terminologia, a qual demonstra-se como essencial para compreensão da América Latina, através do estudo das continuidades e rupturas da participação americana em dois eventos históricos brasileiros, o Golpe de 1964 e o Neogolpe de 2016. Busca-se, assim, refletir se, apesar das diferenças existentes entre esses dois fatos históricos, é possível tecer proximidades entre a participação dos Estados Unidos nos dois.

Para dar continuidade, é preciso discutir alguns aspectos pertinentes acerca dos conceitos utilizados no trabalho. Os eventos tratados são denominados golpes já que, por definição, Golpe de Estado seria "a tomada de poder e a consequente queda do governante, a partir de uma brusca e violenta ruptura institucional" (MONTEIRO, 2018, p.63). Contudo, ainda segundo Monteiro, o evento de 2016 seria um tipo de Golpe de Estado um pouco divergente dos clássicos e passou a ser conhecido como Neogolpe. Esse evento se faz compreensível à luz da contribuição dos termos Guerra Híbrida, usado para entender a nova tática político-militar adotada pelos Estados Unidos para substituir governos não alinhados à sua política no pós-Guerra Fria, e lawfare, sendo esta última concebida como:

> o uso indevido do direito para se alcançar um fim no âmbito político. Trata-se de uma prática fraudulenta e perversa que leva o direito a ser utilizado como um mecanismo de exclusão de alguém do universo da cidadania e de sua transformação em um inimigo a ser caçado e deslegitimado (RODRIGUES, 2018, p. 83).

2 I O GOLPE DE 1964 NO BRASIL

De acordo com Hector Bruit, desde a formulação da Doutrina Monroe em 1823, é propagado o ideário de que o continente latino-americano pertencia aos norte-americanos. Esse fato contribuiu para a legitimação de um conjunto de interferências na política interna nas nações latino-americanas, por parte dos estadunidenses (BRUIT, 1986).

Além disso, vale explicitar, que no período da Guerra Fria, marcado pela rivalidade e disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia mundial, as práticas imperialistas americanas se aprofundaram. Na América Latina, isso já se mostrava nítido no final da década de 1940 quando foram criados o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), duas medidas que ofereciam um maior controle americano na região. (DOMINGOS, 2016).

Durante os anos 1960, esse conflito bipolar se aprofunda e ganha novas particularidades no continente latino-americano. Pode-se destacar, a eclosão de movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas protagonizados pelos países definidos como Terceiro Mundo, a vitória da Revolução Cubana em 1959 e sua guinada socialista nos anos seguintes. Esse último acontecimento, em especial, influenciou ainda mais a tentativa de controle dos EUA sobre outros países da América, já que Cuba estava se libertando das influências norte-americanas e se aproximando da URSS.

Diante do cenário conturbado da Guerra Fria, João Goulart assumiu a presidência do Brasil, em 1961. Sua posse não foi feita de forma tranquila, a começar pelas circunstâncias que levaram a ela. Em um curto período de tempo houve a renúncia de Quadros, a posse da presidência por Mazzili, a decisão de tornar o país uma república parlamentar, e o empossamento de Goulart (que era, anteriormente, vice-presidente). Só em 1962, um plebiscito põe de volta o presidencialismo e dá oportunidade de Jango iniciar, de fato, seus projetos para o país. Ele tinha intenção de aplicar o Plano Trienal, na busca de combater a inflação e retomar o crescimento econômico, bem como, pretendia implementar as Reformas de Base, as quais visavam reduzir o quadro de desigualdade social e, a partir disso, garantir o desenvolvimento do país.

A trajetória do governo Goulart não agradava a todos os setores. Suas medidas descontentavam grupos mais conservadores do Brasil, bem como ia de encontro aos interesses dos EUA de assegurar sua influência ideológica e econômica no país, tomando como exemplo a Política Externa Independente e a Lei 4.131/1962, também conhecida como "Lei da remessa de lucros", a qual estipulava restrições quanto a aplicação do capital estrangeiro e a remessa de valores para fora do país. Em discurso na sede da ONU, no ano de 1962, Goulart chegou a afirmar, a respeito de investimento estrangeiro, que as companhias estrangeiras não poderiam obter lucros excessivos que as enriqueçam depressa às custas do empobrecimento do país. Assim, entende-se melhor qual era a situação política da época que levou, em 1964, o governo dos Estados Unidos a alinhar-se com as forças interessadas na deposição de João Goulart.

Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelos EUA foi o lançamento, ainda em 1961 do programa Aliança para o Progresso. Sob o véu de ajuda convencional, o programa, ao enviar capital externo para países da América progredirem e combaterem a miséria existente no continente, tratava-se mais de uma forma de tentar manter o controle sobre esses países, ainda mais por ter perdido seu domínio em Cuba há apenas pouco

tempo. A Carta desse programa estabeleceu que:

> os países em desenvolvimento seriam ajudados com um capital externo de pelo menos 20 bilhões de dólares, principalmente de dinheiro público, durante um período de dez anos e, que os países menos desenvolvidos teriam prioridade nessa assistência. A carta estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento econômico a longo prazo, para medidas de ação imediata e a curto prazo, e para a assistência externa dos Estados Unidos em apoio aos programas nacionais de desenvolvimento (PARKER, 1977, p. 17).

No Brasil, a maior e mais populosa nação da América Latina, o sucesso do programa e da influência norte-americana deveriam ser mantidos a todo custo. Assim, foi enviado para o Brasil um personagem de extrema importância para a história nacional daquele momento, Lincoln Gordon, o embaixador americano no Brasil. Ele teria sido a "figura central das articulações do apoio governamental dos Estados Unidos à conspiração militar" (LARA, 2016, p.3) e atuou para que o país não se tornasse "hostil" aos interesses norte-americanos. No documentário "O dia que durou 21 anos", de 2013 dirigido por Camilo Tavares, têm-se, inclusive, uma conversa entre o presidente Kennedy e Gordon, no qual o embaixador afirma que o "fundamental é organizar as forças políticas e militares para reduzir o seu poder [de Goulart] e num caso extremo afastá-lo".

Iniciou-se, no país, uma verdadeira campanha de desestabilização do governo de Goulart, com intuito de reduzir o seu poder. Uma das formas de desestabilizar foi o financiamento ilegal de opositores, investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O arquivo público de Pernambuco disponibilizou a documentação, composta de mais de 15 volumes, da investigação da atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sobre o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, Fico comenta:

> O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy (2014, p. 77).

Essas mesmas organizações ainda revelam o papel da mídia, a qual sob pretexto de ameaça comunista, criava as condições para uma crise política anterior ao golpe. Foram produzidos conteúdos, evidenciados no documentário "O dia que durou 21 anos", para fazer com que as pessoas aceitassem o golpe. Em outras palavras, a intenção era manipular a opinião pública, o que se mostrou eficiente, haja vista que muitos civis apoiaram o golpe, a exemplo das manifestações da "Marcha da Família com Deus pela liberdade".

A campanha de desestabilização, segundo Fico, evoluiu para um possível golpe no final de 1963, quando o governo norte-americano se preocupou com como iria se portar diante da possibilidade de afastar Goulart da Presidência do Brasil. Dessa forma, foram elaboradas pelos americanos linhas de ação estratégica para cenários possíveis,

chamadas de Plano de Contingência e previu também a Operação Brother Sam, uma força-tarefa naval que apoiaria os golpistas em caso de conflitos. Alguns dos documentos que comprovaram a operação foram divulgados ainda em 1976 pelo Jornal do Brasil. Fico também comenta a participação de José Pinheiro de Ulhoa Cintra na operação, homem de confiança de Castelo Branco. O golpe acabou sendo rápido e não foi preciso que a operação "Brother Sam" continuasse, pois não houve confronto armado. No entanto, ela expressou a disposição intervencionista, no sentido militar, dos EUA sob o Brasil.

O golpe iniciou em 31 de março de 1964 com as tropas comandadas por Mourão Filho se deslocando de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o governo. Jango foi para Brasília e de lá, para o Rio Grande do Sul, sem autorizar uma resistência para enfrentar os golpistas. O Congresso, por sua vez, declarou a vaga a Presidência da República, enquanto João Goulart ainda se encontrava em território Brasileiro, e empossou Ranieri Mazzilli na madrugada do dia 2 de abril. Posteriormente, Jango partiu para o Uruguai.

Ainda na noite do dia 2, os Estados Unidos reconheceram o novo governo, preocupados em demonstrar que o acontecimento da derrubada do presidente Goulart foi um ato legal, um "açodamento que renderia críticas internas e da comunidade internacional" (FICO, 2008, p.109).

3 | O NEOGOLPE DE 2016 NO BRASIL

Antes de aprofundar na interferência americana no Neogolpe de 2016, deve-se ter em vista como aconteceram os eventos do golpe propriamente dito, sendo fundamental, primeiramente, reafirmar o entendimento de que o conceito de Golpe de Estado passou por alterações de significados no decorrer do tempo. Desse modo, deve-se compreender que os Golpes de Estado não se dão da mesma maneira do passado. Assimilado tal fato, pode-se definir que o que aconteceu em 2016 foi um Golpe de Estado de novo tipo, denominado por Leonardo Valente Monteiro como Neogolpe, marcado pela ausência da utilização de forças armadas e pela existência de uma aparente legalidade. Para compreendermos o Neogolpe no Brasil é necessário olharmos para a geopolítica internacional da época. É importante compreender que a crise agravou ainda mais o acirramento das disputas pela hegemonia global, em uma espécie de nova guerra fria, entre o bloco da OTAN, liderado por Estados Unidos e União Europeia, e do BRICS, tendo à frente do bloco China, Índia e Rússia.

Essa disputa além de econômica também é ideológica, pois o grupo ocidental representa a permanência das políticas neoliberais, ao passo que o grupo oriental apresenta-se como alternativa a tais práticas. É em meio a esse contexto de disputas que houve dois eventos importantes: a crise imobiliária dos EUA e a queda dos preços do petróleo. Ainda em 2008, aconteceu a "crise dos subprimes", que foi resultado das práticas financeiras de

especulação imobiliária dos Estados Unidos, responsáveis por sobrepujar à riqueza real de bens, levando à criação de uma bolha especulativa que estourou, provocando a quebra de bancos, falência de empresas e afetando muitos países, já que a maior parte da economia global está vinculada a este setor financeiro (MOTA, 2013). Além disso, o bloco da OTAN, a partir da Primavera Árabe, conseguiu abalar os governos de países que dificultavam o controle da região maior produtora de petróleo e assim botando em prática, junto a alguns países árabes, a queda dos preços do petróleo. Esse “dumping” afetou a economia russa, grande produtora de gás natural, fazendo cair o seu crescimento econômico, e também afetou a economia do Irã, já que metade de suas receitas vem do ramo petrolífero (vale lembrar que a China vinha se aproximando do Teerã, logo também foi prejudicada). Assim, percebe-se que a queda dos preços influenciou na queda do crescimento econômico da China e Rússia, além das economias alinhadas a esses países, e é aí que entra a América Latina.

Na década de 1990 começaram a se formar os movimentos que dariam início aos governos progressistas na América Latina, e embora todos tivessem uma orientação socialista eles divergiam muito entre si. O Brasil caminhava até 2002 seguindo uma agenda neoliberal, ou seja, exclusivista, mas a partir de 2003, com a ascensão de Lula e do PT, o Brasil passou a ter mais políticas inclusivas, de maior divisão das benesses produzidas, que gerou um aumento na igualdade e a ampliação de direitos, Esse bloco progressista manteve-se relativamente independente, flertando tanto com a OTAN como também com a China e a Rússia, dessa forma, estes governos representavam uma ameaça à hegemonia americana sobre o continente. Além desse fator, a interferência americana acontece para perpetuar a corrupção e pobreza nos países em que se interessa, pois em épocas de crise é necessário garantir a espoliação direta dos recursos naturais e das massas. Portanto, é mais fácil fazer isso em países não soberanos, onde os recursos possam ser escoados para países como os Estados Unidos.

Compreendido o contexto político da época faz-se necessário conhecer quais foram os agentes do golpe de 2016. Entre eles está a elite econômica nacional e sua aliança com a elite econômica internacional. Essa aliança surge para manter o projeto exclusivo semelhante ao projeto anterior ao governo Lula, beneficiando a elite nacional, e mantendo a principal liderança econômica latino-americana subalterna na divisão mundial do trabalho. Segundo Nobre (2018, p. 60) “A dominação dos EUA sobre a América Latina só é possível mediante o aval da elite econômica brasileira que – diferentemente da elite econômica de países do centro do sistema capitalista – não possui projeto de nação”.

Para entender a participação americana no golpe de 2016 é preciso entender também quais eram os objetivos americanos na América Latina, e especificamente no Brasil. Desde o período Lula (2003-2010) o Brasil tinha praticado uma série de medidas protecionistas com relação à exploração do petróleo, como a necessidade de uma cota mínima de equipamentos nacionais para a extração. Em 2006 a Petrobrás anunciou a descoberta de

óleo na camada do pré-sal, e já em setembro de 2008 ela começou a exploração. Porém, em abril de 2008 os Estados Unidos colocaram em operação a Quarta Frota, destinada a operar no Atlântico Sul, uma aparente coincidência, mas que foi desmentida por Edward Snowden ao anunciar que os Estados Unidos espionavam a Petrobrás, notícia divulgada pelo site G1 em 2013. Em 2010, Lula instituiu o sistema de partilha para a exploração do petróleo sub-sal, que possibilitava à Petrobras 30% da exploração no mínimo em qualquer operação no pré-sal, e ainda com o poder de veto.

Este sistema de partilha permaneceu durante o governo Dilma, que venceu as eleições de 2010. Em maio de 2013, o vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, chega ao Brasil para, entre suas pautas, aumentar a participação americana na partilha do pré-sal, porém a decisão do governo de Dilma foi de manter o sistema como estava. Poucos meses depois da visita de Biden, surgem manifestações em São Paulo referentes ao aumento da passagem de ônibus, com entre cinco mil a 20 mil manifestantes. Com pouco tempo, e de maneira aparentemente espontânea, estas manifestações se espalham para outras capitais e adotam outras reivindicações, como o discurso anti-petista, já contando com centenas de milhares de manifestantes. Vale destacar que as manifestações podem parecer espontâneas, mas como destaca Visentini (2014, p.140): "pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação (...) [não obstante sejam] resultado de uma vasta planificação" (apud SOUZA, 2018, p.44). Retomaremos depois o debate sobre o papel dos EUA nas manifestações. Mas, vale lembrar que a Petrobrás surgiu como uma empresa que garantiria a soberania nacional da exploração do combustível sobre empresas estrangeiras, portanto, o petróleo é um item estratégico para a soberania nacional. Extrair o óleo do pré-sal não seria fácil, e seria inviável extrair a elevados preços para que fosse vendido barato, então é essencial para o imperialismo manter a baixa dos preços de combustível. Vale lembrar também que após o golpe o governo de Michel Temer desfez todas as iniciativas feitas pelos governos Lula e Dilma na regulamentação da exploração do pré-sal, que pretendia ser um projeto de soberania energética, com vários royalties destinados para a educação pública.

Ao se analisar criticamente os governos de Lula e Dilma, consideramos a importância para dar continuidade aos projetos inclusivos, porém o governo do PT não conseguiu construir uma nova narrativa hegemônica, acomodando interesses das elites industrial e financeira. A estratégia do PT era de melhorar as condições materiais da sociedade, mas sem confrontar os valores históricos que fundamentam os fatores políticos e econômicos dominantes. Até 2013, as elites econômicas tinham um acordo político com o governo federal, e que lhe rendiam bons lucros, mas elas viram a oportunidade de romperem a aliança e buscarem um meio mais seguro de garantir suas rendas em meio ao cenário incerto das crises capitalistas. Para elas, seria melhor que o governo adotasse uma agenda exclusiva, portanto, se aliaram às elites estrangeiras para a derrubada do governo Dilma. Não é à toa que as manifestações que deram início aos movimentos que buscavam a derrubada

de Dilma foram articuladas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (NOBRE, 2013, p. 64). Mas para isso é também necessário uma fundamentação ideológica que unisse o povo para lutar contra seus próprios direitos. É nesse sentido que entra a uma parcela da mídia nacional que é especialista em desinformação e manipulação de fatos. Várias narrativas entraram em ação para desinformar, tornando menos desejável um projeto de governo de diminuição das desigualdades sociais. O discurso que se configurou foi o de que a corrupção impregnava todo o Estado, e que todos os problemas sociais decorriam disso, que acabou criminalizando a política, os políticos e o PT, deslegitimando as políticas públicas sociais. Dessa forma, o discurso anticorrupção ganha uma carga de destruição e diminuição do Estado, como também de suas políticas de busca por hegemonia.

O golpe de 2016 se assemelha a vários acontecimentos contemporâneos, denominados de revoluções coloridas, explicitados melhor por Souza:

> As revoluções coloridas são o componente civil da guerra híbrida que os EUA vêm fazendo para tentar dar sobrevida à sua hegemonia, que entrou em decisivo declínio em 2001 com a implementação do Projeto para um Novo Século Americano. Elas viabilizam a mudança de regime por meio de operações psicológicas materializadas em um conjunto de táticas e métodos de luta não violenta e são aplicadas em Estados não alinhados aos Estados Unidos (2018, p. 48).

Dessa maneira, as revoluções coloridas mantêm um padrão, que consistem em três características, “o processo, os objetivos e o envolvimento de atores estrangeiros.” (SOUZA, 2018, p.48). O processo é constituindo no apoio à formação de grupos articulados que defendam a democracia liberal, buscando incitar manifestações aparentemente espontâneas para erodir o governo atual, tendo como objetivos o neoliberalismo e alinhamento aos EUA, e com o incentivo de agências governamentais dos EUA e de ONGs ligadas a essas agências (SOUZA, 2018).

> [...] pode-se dizer que as manifestações contra o aumento real de vinte centavos funcionaram como o acontecimento que deu início a uma revolução colorida, liberando a energia acumulada pelas operações psicológicas promovidas por think tanks e ONGs como o Instituto Milênio, Instituto Liberal, Instituto Misses Brasil, Atlas Network, Estudantes Pela Liberdade, todos com estreita relação com lideranças, partidos e políticos que tiveram destacado papel no golpe de 2016 (SOUZA, 2018, p. 45)

Um ideário minimamente progressista nos países da América é perigoso para a hegemonia capitalista. Dessa forma, os Estados Unidos financiavam oposições ideológicas através de *think tanks*, intelectuais e mídia para que se criasse um ideário neoliberal. Várias associações e pessoas ligadas ao financiamento de ONGs ou ao governo dos Estados Unidos atuaram de alguma forma a promover a revolução colorida, tais como movimentos políticos de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Estudantes Pela Liberdade (EPL), que eram apoiados economicamente e com treinamento pela *Atlas Network,* ONG financiada pela USAID (acrônimo em inglês para Agência dos Estados Unidos para o

Desenvolvimento Internacional) e por empresas americanas (KANAAN, 2018).

Ainda destacamos a atuação do juiz Sérgio Moro, um dos vários juízes que receberam treinamento dos EUA, sendo responsável pela operação lava-jato e aplicação do *lawfare* contra o PT (KANAAN, 2018; SOUZA, 2018). Como bem explica no vídeo intitulado "acbrazil lessons" (2018), de modo a não deixar dúvidas do envolvimento dos EUA com a Lava-Jato, o Procurador-Geral Assistente em Exercício pelo Departamento de Justiça dos EUA – Divisão Criminal, Sr. Kenneth Blanco, os procuradores dos EUA e do Brasil tem uma estreita "confiança", compartilhando dados e utilizando-se de meios extraoficiais e não registrados em seu combate à corrupção em vários países, sendo responsáveis também pela perseguição a Lula. O Projeto Pontes, financiado pela embaixada americana, tinha como objetivo treinar juízes para a aplicação da lei no Brasil, sendo o juiz Sérgio Moro um dos que participaram do treinamento. A lei sendo usada como arma política de maneira antidemocrática foi decisiva para a diminuição da popularidade do PT, e como consequência houve abusos de vias antidemocráticas, parciais (haja vista o reconhecimento do STF em junho de 2021 sobre parcialidade de Moro na condenação de Lula) e golpistas, bem como a ascensão do fascismo no Brasil. Como prova do apoio dos Estados Unidos às práticas de lawfare, Moro foi homenageado pela Universidade de Notre Dame, revista Time e Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (SOUZA, 2010). Para corroborar mais ainda com as provas, Moro foi indicado e assumiu como Ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018 de clara ideologia fascista e que não esconde seu apoio aos Estados Unidos. As consequências políticas foram drásticas não apenas para a esquerda no Brasil, mas também para a democracia, "O golpe impôs uma série de medidas neoliberais, agenda que havia sido refutada pelas urnas" (SOUZA, 2018, p. 47).

Para se entender o retrocesso em políticas progressistas no período pós-golpe, basta analisarmos o relatório da OXFAN Brasil, uma ONG destinada a combater a desigualdade, que demonstra em seu relatório de 2018, intitulado "País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras", que as políticas liberais reacionárias começaram a surtir efeitos gerando mais desigualdades. Este relatório revela que pela primeira vez em 23 anos houve recuo na equiparação de renda entre homens e mulheres, afirma que o IBGE calcula que os rendimentos mensais do 1% mais rico são de 36,6 vezes a mais que os dos 50% mais pobres, e demonstra que pela primeira vez em 15 anos a renda dos 40% mais pobres foi desfavorável em comparação a renda média total. A geopolítica internacional também foi afetada pelo golpe. O grupo contra hegemônico do BRICS, ao qual o Brasil pertence, possui agora um membro que apoia a hegemonia estadunidense, caráter que continua presente com a agenda neoliberal. E países que eram historicamente parceiros do Brasil, devido também a questões ideológicas e pautas progressistas, tais como Venezuela e Uruguai, agora possuem divergências.

Nas palavras do próprio Korybko, autor e formulador do conceito de guerra híbrida, os EUA, através da Lava-Jato e instituições americanas, financiam políticas golpistas,

e o Brasil virou alvo dos EUA bem antes da descoberta do pré-sal, mas desde quando Lula foi eleito (LUCENA; LUCENA, 2018). É importante entender as práticas de atuação estadunidense nas manifestações de 2013, golpe e lawfare, para que se possam destacar os objetivos estrangeiros e de grupos reacionários que levaram a medidas antidemocráticas e a um governo com uma agenda neoliberal. O golpe fez com que o Brasil também se apresentasse como defensor da atual hegemonia e configurou as políticas e formas de se fazer e pensar as guerras híbridas.

Da mesma maneira que no passado, em que foram reproduzidos golpes militares na América Latina para impedir agendas políticas de integração econômica e inclusão, agora ocorrem novamente uma série de golpes no continente, mas com uma metodologia diferente, utilizando-se não mais das tradicionais quarteladas, mas de *fake news, lawfare* e mídia nacional. Para afetar a hegemonia, garantindo à elite nacional o lucro e aos agentes externos o Brasil como vassalo, era necessário que os recursos públicos fossem desmantelados e espoliados. As manifestações de 2013, que começaram com reivindicações bem gerais, de caráter progressista e sem lideranças específicas, logo começaram a adotar exigências influenciadas pela classe média, historicamente desvinculada à luta por justiça, tornando-se manifestações anticorrupção, e a partir de então, manifestações contra um partido só, o Partido dos Trabalhadores, a quem foi imposta a culpa de toda a corrupção, tanto a institucional quanto a privada. O cenário estava propício para a elite nacional, a elite estrangeira e os agentes estadunidenses aplicarem a guerra híbrida.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretende contribuir para a retomada do termo “Imperialismo” no estudo sobre a América Latina, em especial no debate sobre a participação dos Estados Unidos na política brasileira. Com base nisso, os conceitos abordados, como Golpe de Estado, Neogolpe e Guerras Híbridas, são essenciais para entender estes eventos históricos que procurou-se refletir. Ademais, com a conjuntura atual caracterizada pela ascensão de grupos autoritários e conservadores, entender os golpes é fundamental para se entender também como enfrentá-los, ou seja, conhecer as causas e consequências destes acontecimentos é relevante para entendermos também como se aplicam as Guerras Híbridas e buscarmos formas de reagir. Assim, buscou-se fazer uma comparação entre a influência norte-americana nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil.

Dessa forma, foi identificado que em 1964 ocorreu um Golpe de caráter militar, na qual houve a destituição o presidente João Goulart, marcado por uma campanha de desestabilização e conspiração por parte dos EUA, primeiro com financiamento de opositores e produção midiática, depois com o Plano de Contingência e Operação Brother Sam. Já o neogolpe de 2016 foi causado por uma guerra híbrida, com práticas de lawfare, destituindo a presidente Dilma Rousseff. Em ambos os golpes existiam discursos de defesa

da democracia, mas de sentidos diferentes, tal que em 1964 o discurso era anticomunista e em 2016, com o fim da guerra fria, passou a ser o de anticorrupção.

No entanto, embora hajam diferenças, é possível observar algumas semelhanças entre a participação estadunidense nos dois eventos. Entre as semelhanças podemos ressaltar a aliança de grupos brasileiros com agentes externos, o financiamento de instituições com intuito de desestabilizar um governo com interesses que contrariavam, mesmo que não totalmente, os anseios norte-americanos, sendo elas o IPES e o IBAD em 1964, e o MBL e EPL em 2016 via *Atlas Network*. Houve também o papel da mídia como manipuladora de opiniões e apoio de parte da população. Vale lembrar, que em ambos havia a preocupação em manter aparente legalidade. E nos dois eventos foram impostos no poder governos submissos aos americanos, numa tentativa dos EUA de manter a influência no país.

REFERÊNCIAS

ACBRAZIL lessons. [*S. l.*: *s. n.*], 2018. 1 vídeo (15 min). Publicado pelo canal f35mm filmes/fotos. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=tbPLM5onjLk&feature=youtu.be]. Acesso em: 14 out. 2020

ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/. Acesso em: 13 ago. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (Pernambuco). **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)**: IBAD e IPES. Recife, 2016. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes. Acesso em: 10 nov. 2020.

BORÓN, Atílio. A questão do imperialismo. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2006, 459-483.

BRUIT, Héctor Hernán. *O imperialismo*. Atual, 1986.

D'AGOSTINO, Rosanne. Plenária do STF reconhece decisão da Segunda Turma que declarou Moro parcial ao condenar Lula. **G1**, Brasília, 23 de jun. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>. Acesso em 04 de ago. de 2021.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Golpe de 64 e a Guerra Fria: Origens e Antecedentes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS, 13.,2016, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos*...Santa Cruz do Sul: Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1470405560_ARQUIVO_TextoAnpuhUNISC2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

FICO, Carlos. João Goulart e a "Operação Brother Sam". In: ______. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. 2, p. 67-113.

GLOBO Comunicação e Participações S.A. Entenda o caso de Edward Snowden que revelou espionagem dos EUA. *G1*. São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: http://glo.bo/19Rj2g6. Acesso em: 14 out. 2020.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do tio Sam: o projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 18., 2018, Niterói. *Anais eletrônicos*...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1530472505_ARQUIVO_KANAAN,GabrielLecznieski.OBrasilnamiradoTioSam%5BANPUHRJ%5D.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LARA, José Victor de. A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA REGIONAL DA ANPUH-PR, 15., 2016, Curitiba. *Anais eletrônicos...*Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. Agentes externos provocaram uma “guerra híbrida” no Brasil, diz escritor. **Brasil de Fato**, [*S. l.*], p. 1-8, 19 out. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/agentes-externos-provocaram-uma-guerra-hibrida-no-brasil-diz-escritor/. Acesso em: 14 out. 2020.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/11747. Acesso em: 13 out. 2020.

MOTA, Leonardo de Araújo e. Capitalismo Contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1(1), p. 51-64, 2013.

NOBRE, Carlos Eduardo. Ensaio sobre a geopolítica do golpe político-institucional brasileiro de 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 54-93, 2018.

O dia que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012. DVD, (77 min), NTSC-VHS, son., cor., leg.

OXFAN BRASIL. País estagnado: Um retrato das desigualdades brasileiras. *In*: OXFAN BRASIL. **OXFAN Brasil**. [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/?_ga=2.150539060.360556330.1598662224-817472247.1597337262. Acesso em: 14 out. 2020.

PARKER, Phyllis R. **1964:** o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960**. Rev. bras. polít. int**., Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2020.

RODRIGUES, E. B. Estado pós-democrático, lawfare e a decisão do TRF-4 contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: PRONER, C. et al. (org.). **Comentários a um acórdão anunciado:** o processo Lula no TRF4. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 79-84

SÁ CORREA, Marcos. 1964: visto, anotado e comentado pela casa branca. **Jornal do Brasil Especial**, Rio de Janeiro, p. 1-6, 19 dez. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=1964%20visto%20,%20anotado%20e%20comentado%20pela%20casa%20branca&pagfis=153055. Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, Mateus Menezes de. Revoluções Coloridas e o Golpe no Brasil em 2016. **Terra Livre**, São Paulo, ano 33, v. 2, n. 51, p. 16-53, 2018. Disponível em:https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/1519/1396. Acesso em: 13 out. 2020.

CAPÍTULO 6

O INDIVIDUAL E O SOCIAL: NELSON DE PAULA NETO E O CORONELISMO

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/09/2021

Rodrigo Guimarães Motta
Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/5632584195439565
ORCID: 0000-0002-5331-0294

Luciano Antonio Prates Junqueira
Doutor em Administração da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo – SP
http://lattes.cnpq.br/3186420006807999
ORCID: 0000-0003-1863-2463

RESUMO: Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa narrativa, realizada principalmente a partir de entrevistas e na qual a vida de Nelson de Paula Neto, figura política de destaque na cidade de Monte Azul, no norte de Minas Gerais, é narrada de maneira a destacar o ambiente político em que se inseria, tendo em vista sobretudo o Coronelismo, tal como definido por Victor Nunes Leal. Essa narrativa descreve como ele se opôs a essa prática política e quais foram os impactos desse confronto entre o indivíduo e os coronéis da região, efeitos esses que afetaram tanto o próprio modelo político do Coronelismo como também a vida de Nelson e as de sua família mais próxima, de sua mulher e de seus filhos. A partir deste estudo, portanto, é possível observar que o Coronelismo, ainda que decadente, se manteve como uma realidade nos rincões mais distantes do Brasil na segunda metade do século XX.
PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo; Monte Azul; pesquisa narrativa.

THE INDIVIDUAL AND THE SOCIAL: NELSON DE PAULA NETO AND THE CORONELISM

ABSTRACT: This article is based on a narrative research, elaborated primarily through interviews, where the life of Nelson de Paula Neto, a relevant political figure of Monte Azul, a city in the north of the state of Minas Gerais, is written order to show the political environment of the time, mainly the Coronelism, as defined by Victor Nunes Leal. The article presents how he interacted and opposed to it and how the impact of the struggle between the individual and the colonels changed the Coronelism itself and also the lives of Nelson and his family, wife and children. With this study it is possible to verify that the Coronelism, although had been losing political space, played a political role in Brazil in the second half of the twentieth century.
KEYWORDS: Coronelism; Monte Azul; narrative research.

1 I INTRODUÇÃO

Barbosa Lima Sobrinho, ao assinar o prefácio do livro “Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil”, de Victor Nunes Leal (2012), descreve

as origens dessa prática política que tanto impacto causou na condução dos negócios públicos no Brasil, em especial no século XIX e na primeira metade do século XX. Foi em 1831, com o estabelecimento da Guarda Nacional, que patentes de coronel foram concedidas a lideranças políticas regionais nos municípios do interior do Brasil para que respondessem pela segurança e pela defesa pátria em suas regiões. Com o tempo, essas patentes passaram a ser adquiridas, inclusive, pelos chefetes com o objetivo de adquirirem prestígio político. Mesmo com o fim do Império, a expressão "coronel" continuou sendo utilizada para denominá-los e como forma de tratamento para chamá-los.

Ainda que o Coronelismo tenha sido assim denominado, conforme a origem já descrita, vale ressaltar que essa estrutura do poder, na qual os líderes econômicos e políticos do interior do país tinham papel relevante na condução da causa pública, remete aos primórdios da colonização brasileira, como Gilberto Freyre (2006) apresenta em sua obra "Casa-grande e senzala" ao enfatizar o senhor de engenho nordestino, entre outros autores que relataram a evolução política do Brasil Colônia, passando pelo período imperial e chegando às primeiras décadas republicanas. O fenômeno do Coronelismo, dadas a sua abrangência geográfica e a sua durabilidade temporal, conforme exposto, teve diferenças e mutações ao longo de sua trajetória. Como descreve Euclides da Cunha (2009, p. 120) em "Os Sertões – campanha de Canudos":

> Ao contrário do estancieiro, o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas.

Pela importância política e econômica da prática no período que abrange desde a criação da guarda nacional até meados do século XX, muitos dos principais acadêmicos brasileiros, interessados em entender a realidade do Brasil, dedicaram artigos, dissertações, teses e livros ao Coronelismo. Além dos já mencionados, pode-se destacar Sérgio Buarque de Holanda (2008) com "Raízes do Brasil", Darcy Ribeiro (2008) com "O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil", e Raymundo Faoro (2014) com "Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro". Foi com a constituição das primeiras escolas de sociologia do Brasil – que coincidiu com a expansão das cidades e sua industrialização, que, por sua vez, acelerou a decadência do Coronelismo – que os estudos sociológicos passaram a se dedicar mais a outras frentes.

Ao longo do século XX, apesar da consolidação da República e da maior importância das cidades e das indústrias na economia brasileira terem gradativamente reduzido a importância dos coronéis, em uma perspectiva tanto política quanto econômica, sua influência ainda esteve presente, como este artigo pretende demonstrar à frente, até pelo menos a segunda metade do século XX – e não é impossível que existam rincões pelo Brasil dominados e dirigidos pelos últimos coronéis até o presente.

Entre tantos textos renomados, elegemos o livro de Victor Nunes Leal (2012) para

suportar a narrativa da vida de Nelson de Paula Neto – figura política de destaque na cidade de Monte Azul, tal como será retratado oportunamente. Além da afinidade de ideias, esse autor é, assim como o biografado, originário de Minas Gerais e dedicou sua interpretação do Coronelismo às relações do fenômeno com o município. Ademais, em pesquisa realizada na plataforma Google Acadêmico em setembro de 2021, o livro de Leal é o mais citado entre as publicações voltadas ao tema, reunindo 3.561 citações. O segundo texto mais citado, escrito por José Murilo de Carvalho (1997), "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual", soma 823 citações, atestando, portanto, a relevância da obra de Leal aos estudos acadêmicos sobre o Coronelismo.

Ao longo do livro, Leal apresenta como o poder público e suas representações legais interagiram com as decadentes estruturas coronelistas para assegurar o poder e a governabilidade nos municípios do Brasil nas primeiras décadas da República. Como certifica o autor, "o Coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terra" (LEAL, 2012, p. 44). Isso ocorreu porque, com o advento da República, passou a existir um regime representativo de ampla base, sendo que a população rural – na época majoritária no país – era muito dependente economicamente dos proprietários de terra, dos coronéis. Ao se estabelecer que a nova República teria um regime federativo, para que tanto o novo governo federal quanto o estadual, ainda que com um discurso modernizante, pudessem se eleger e ter capacidade mínima de governança, fazia-se necessária uma aliança do governo com os coronéis.

Essa aliança de conveniência só iria se enfraquecer de forma gradual e descompassada, com a maturidade eleitoral, o fortalecimento dos poderes constituídos, a expansão das cidades e da industrialização, as garantias aos trabalhadores, entre outros fatores que Leal percebeu como tendências e que efetivamente ocorreram ao longo do século XX. Considerado pelo autor como decadente desde o seu surgimento, o modelo não é poupado de críticas por ele:

> Não podemos negar que o Coronelismo corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres. (LEAL, 2012, p. 239-240).

Esta combinação de disputa pelo poder, transição entre modelos e formas de gestão da coisa pública e fraca atuação do poder público no âmbito dos municípios causou muita tensão e foi acompanhada por violência e sofrimento das populações rurais. Ainda que modelos mais inovadores tenham surgido para se oporem a essa situação, como a

própria concepção da cidade de Canudos, que, como demonstrado por Motta (2017), tinha uma organização eficiente do seu estado e diferente da elaborada pelo governo central (o que eventualmente acarretou sua destruição), muita violência ocorreu não apenas no confronto entre modelos, mas também dentro do próprio modelo do Coronelismo. Livros como "Herança de sangue: um faroeste brasileiro", de Ivan Sant'anna (2012), relatam o sofrimento envolvido na luta pelo poder dos coronéis em seus municípios.

Este artigo, portanto, a partir da história de Nelson de Paula Neto, relata uma vida sob a perspectiva de sua inserção no contexto do Coronelismo do norte de Minas Gerais, buscando destacar pontos de afinidade na biografia de Nelson com os conceitos elaborados por Leal (2012). Com isso se verificará o raciocínio desse autor e se demonstrará que o Coronelismo, como fenômeno social, ainda causou impactos sociais mesmo na segunda metade do século XX.

E, afinal, por que uma pesquisa narrativa para abordar o problema proposto? O estudo de Leal (2012), assim como os demais trabalhos que abordaram o Coronelismo, investigou a superestrutura do fenômeno e seus impactos de forma abrangente sobre a sociedade; contudo, não foram explorados os dramas individuais daqueles que viveram sob o jugo dos coronéis, nem como se deu a decadência deste modelo ao longo do século XX. Neste sentido, uma pesquisa narrativa não só enriquece a discussão, como também fornece um relato que pode servir para pesquisadores e cientistas sociais interessados em melhor compreender os ocorridos e dispostos a agir e propor ações naqueles rincões do Brasil onde o modelo coronelista não se extinguiu definitivamente.

Contextualizando-se finalmente o motivo da escolha da trajetória de Nelson de Paula Neto para ilustrar o estudo do Coronelismo, faz-se pertinente retratar, nesta introdução, o local onde sua vida transcorreu, isto é, a cidade de Monte Azul, no sertão norte mineiro. De acordo com Rodrigues (2006), onde hoje é o município de Montes Claros fez parte da capitania hereditária da Bahia e, mais tarde, da sesmaria da Casa da Ponte. O lugarejo, conhecido como Tremedal, situa-se no norte de Minas Gerais, próximo à divisa com a Bahia, e integrara outros municípios até que, em 1878, foi alçado à condição de município como Boa Vista do Tremedal. Em 1923, seu nome passou a ser apenas Tremedal e, enfim, em 1938, por sugestão do Coronel Levy Souza e Silva, passou a chamar-se Monte Azul, por estar localizada numa belíssima serra com essa tonalidade azulada no pôr do sol.

Durante boa parte de sua existência, Monte Azul teve todos os atributos de uma cidade governada por coronéis e foi regida pelas características preconizadas por Leal (2012). Além do mais famoso de seus mandatários, o já mencionado Levy Souza e Silva, outros comandaram a política local, como o Coronel Donato Gonçalves Dias, o Coronel Jonathas Carlos de Oliveira, o Coronel Moacir Antunes José Silva, entre outros. Durante mais de trinta anos, o Coronel Levy governou a cidade, atuando, como assevera Leal (2012), como um "preposto" do governo estadual, que o apoiou como chefe local e que, em troca, cedeu certos recursos para que ele promovesse limitadas benfeitorias no município,

cuja população, que vivia da economia rural e possuía parca instrução, era submissa aos seus mandos e desmandos.

Esses acordos envolviam também o uso da violência quando necessário. Inúmeras disputas ocorreram entre os referidos coronéis e outros mais que disputavam o comando de Monte Azul, ao passo que a violência era utilizada para subjugar e controlar qualquer tipo de oposição dos cidadãos aos coronéis.

Uma história famosa no folclore de Monte Azul é a de Arabel de Souza Gomes, temido líder local, que não apresentava a envergadura de um coronel, mas tinha posses e capacidade de agir – inclusive com violência quando preciso. Arabel foi preso em certa ocasião, pois ele próprio se entregou a pedido de Levy de Souza e Silva. Em um enigma até hoje não resolvido pela polícia, Arabel foi transferido da delegacia para a fazenda de Francisco Teles de Menezes. Três dias depois, ao "tomar conhecimento do fato", o coronel foi à referida fazenda e encontrou Arabel assassinado em uma cisterna, jogado de cabeça para baixo, com os olhos vazados, unhas arrancadas e castrado.

Além dessa, há muitas outras histórias sobre a violência empregada pelos coronéis de Monte Azul. O próprio célebre escritor mineiro Guimarães Rosa usou as lutas internas de Monte Azul como inspiração para as que romanceou em seus livros e que se tornaram clássicos (RODRIGUES, 2006), como "Grande Sertão Veredas" (ROSA, 2005). Infelizmente, uma das últimas dessas histórias, e não menos trágica que aquelas que a antecederam, se passou com Nelson de Paula Neto – e a mesma aura de mistério paira sobre os fatos que envolveram seu trágico fim.

Feitas estas considerações iniciais, portanto, o objetivo deste trabalho de pesquisa narrativa é analisar os impactos do confronto entre o Coronelismo (tal como descrito por Leal) de Monte Azul e Nelson, tanto no âmbito da política local, dominada pelos coronéis, como na sua estrutura familiar. Trata-se de uma relação de bi-implicação, na qual a estrutura sociopolítica interfere na agência individual e vice-versa, sem nenhuma das esferas sair desse confronto incólume, sendo idênticas ao que eram antes dos acontecimentos descritos.

2 | PROCEDIMENTOS

Este é um artigo de pesquisa narrativa, a qual, segundo Creswell (2014, p. 68), "começa com as experiências expressas nas histórias vividas e contadas pelos indivíduos". Uma pesquisa com esse perfil se baseia, segundo o mesmo autor, no levantamento de histórias de indivíduos, que podem ser coletadas por uma variedade de instrumentos, destacando-se as entrevistas entre essas ferramentas.

Feito isso, as histórias são organizadas de acordo com uma cronologia e analisadas de diferentes maneiras, com destaque para os seus pontos decisivos, que são enfatizados pelo autor durante sua redação. Por tratar de narrativas da vida de uma pessoa ou de

um grupo pequeno de indivíduos, elas estão necessariamente inseridas em contextos específicos. No caso deste artigo, que retrata a vida de um indivíduo em particular – Nelson de Paula Neto –, trata-se de uma pesquisa narrativa de "história de vida", que, de acordo com Denzin (1989), aborda a vida do indivíduo com ênfase em um episódio em especial, que pode estar dentro de um contexto coletivo.

Para tanto, os autores utilizaram o recurso das entrevistas, realizadas com a viúva de Nelson de Paula Neto, seus cinco filhos, com três parentes que acompanharam os acontecimentos descritos e com um amigo próximo que o conheceu e acompanhou durante sua jornada. Esta amostragem intencional foi selecionada a fim de relatar a trajetória do biografado de forma a inseri-lo nas lutas contra o Coronelismo vigente em Monte Azul e também de modo a ressaltar o drama que envolveu sua vida e a de sua família, causando impactos recorrentes até a atualidade. As dez entrevistas foram realizadas com um protocolo previamente estruturado, cuja elaboração foi baseada nas recomendações de Lakatos e Marconi (2005). O material coletado durante os depoimentos foi enriquecido com a leitura dos documentos e do arquivo pessoal de Nelson, o qual sua família colocou à disposição dos autores.

A ênfase deste artigo não é necessariamente explorar todas as nuances dos 33 anos de vida de Nelson, mas, sim, demonstrar, a partir dos conceitos do Coronelismo, tal como concebido por Leal (2012), quais foram os impactos dessa prática política na vida do biografado, como ela influenciou suas escolhas e como estas, por sua vez, trabalharam para modificar o próprio Coronelismo praticado no norte de Minas Gerais. O artigo se volta, ainda, a destacar o impacto das escolhas individuais de Nelson não só no macro ambiente político, econômico e social, mas também na trajetória de vida daqueles que foram mais diretamente influenciados – notadamente, sua família.

3 | RESULTADOS

Para realizar as entrevistas que permitiram a elaboração desta pesquisa narrativa, fez-se pertinente conhecer a região e a família de Nelson, que, além de prestar seus depoimentos, apresentou um amigo dele, também entrevistado. Cabe destacar que, durante as conversas, por diversas vezes os entrevistados demonstraram resistência a relatar determinados detalhes, como nomear protagonistas da tragédia que levou ao falecimento de Nelson de Paula Neto. Parte disso se dá em função das lembranças dolorosas, parte por muitos dos protagonistas desta tragédia norte-mineira estarem vivos e atuantes na política local, o que pode por si só constituir uma evidência de que o Coronelismo, mais decadente do que nunca, ainda tem um papel na política de Monte Azul, cidade do sertão onde se passa a maior parte desta história. Diante disso, a pedido dos entrevistados, determinados personagens desta pesquisa terão suas identidades resguardadas e serão retratados apenas pela inicial de seu nome.

Nelson de Paula Neto nasceu em 1942, sendo o filho caçula de uma tradicional família de Monte Azul. Seus pais, Aristides e Joana, tiveram oito filhos: Tida, Lia, Laurentina, Arcilia, Joel, João, Lourdes e Nelson. Ainda na infância dos oito irmãos, a interferência do Coronelismo era sentida e trazia impactos em sua educação. Um caso registrado pela família dizia respeito a Totó, irmão de Aristides e delegado de polícia em Monte Azul, que foi assassinado por um dos coronéis que aterrorizavam a cidade. Esse crime, que nunca foi totalmente esclarecido, demonstra a força dos coronéis junto ao governo estadual e ao poder judiciário, estes que apoiavam os coronéis em disputas locais contanto que eles conseguissem os votos necessários para a eleição dos governantes do estado, um dos pontos característicos do Coronelismo na teoria de Leal (2012).

Para evitar futuros derramamentos de sangue, naquele momento Aristides decidiu se mudar para São Paulo com a família. Anos depois, Joana retornou para lá com os filhos, enquanto Aristides passou alguns anos mais em São Paulo. Tal evento, traumático como o foi, pode ter despertado desde tenra idade em Nelson a rebeldia e o senso de oposição às injustiças e aos mandos e desmandos dos coronéis. O que demonstra também como a família de Nelson não era subserviente e compulsoriamente alinhada com esses coronéis... A vida de Nelson confirmaria essa característica.

Nelson continuou seus estudos em Monte Azul e chegou a morar e estudar em um seminário em Belo Horizonte. Na época, era prática comum das numerosas famílias do interior enviar um de seus filhos para se tornar padre ou para ao menos cursar o seminário e ter uma educação de melhor qualidade.

Uma vez formado, Nelson ingressou em uma tradicional empresa de Monte Azul, a Sociedade Oliveira e Figueiredo, que beneficiava e processava o algodão e o preparava para que fossem produzidos os fios. A prosperidade dessa empresa, de caráter comercial e industrial, revela indícios de que Monte Azul expandia sua economia, que aos poucos ia perdendo seu caráter exclusivamente rural para ter também indústrias e serviços mais bem desenvolvidos. Esse progresso para a cidade e para a região é mais um sinal de decadência do Coronelismo, que sobrevivia em função da ignorância e da dependência econômica da população que trabalhava com a agricultura.

Talvez essa formação profissional de Nelson, mais independente e progressista em relação ao modelo coronelista, tenha fortalecido sua visão de mundo moderna para a época e que iria, em mais de uma ocasião, se chocar com os coronéis monte-azulenses. Sua formação acadêmica e seu rumo profissional podem também servir como exemplos de pontos característicos da teoria de Leal (2012) sobre o Coronelismo: esse tipo de domínio prosperava principalmente em comunidades agrícolas habitadas por pessoas de pouca educação e entrava em decadência com o surgimento e a expansão da classe média com melhor formação acadêmica e com o advento da industrialização. Dentro desse contexto, Nelson participava de eventos transformadores da realidade em que ele havia crescido e estava inserido.

Com uma agenda por demais atarefada, Nelson comprava algodão na Bahia, vendia-o processado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e ainda administrava o escritório da empresa. Aos 24 anos, era um executivo bem-sucedido da nova economia que se construía no norte de Minas Gerais. Foi nessa época que Nelson assistiu a um concurso de beleza na cidade vizinha de Porteirinha, momento esse que iria mudar sua vida. Lá se encantou por uma das candidatas, Laura, filha de uma tradicional família monte-azulense, os Nunes Pereira e os Custódio Jorge.

Com 15 anos à época, Laura também provinha de uma família de oito irmãos e era estudante em um colégio interno de Porteirinha. Quando retornou a Monte Azul, encontrou Nelson na igreja. Ele enviou um bilhete a ela, por intermédio de seu irmão Ubaldo, perguntando se ela queria se casar com ele. Laura, encantada com aquele homem trabalhador, com quase dois metros de altura, magro e forte, mandou o irmão dizer que aceitava. À noite, Nelson foi até a casa de Laura acompanhado por Geraldo Figueiredo, proprietário da empresa na qual trabalhava. Os pais de Laura, relutantes no início pela diferença de idade e pela filha ainda estar estudando, terminaram por aceitar o casamento, que aconteceu no dia seguinte. Assim transcorria o ano de 1966 – Nelson viveria mais dez anos. A figura 1 apresenta uma imagem do casal.

Figura 1 – Foto de Nelson e Laura.

Fonte: Arquivo pessoal, [entre 1966 e 1976] .

O temperamento forte, independente e moderno para a época de Nelson causava forte impressão em Laura. Suas atitudes de confronto ao Coronelismo interferiam na sua

rotina familiar, como conta Laura:

> “O Coronel Levy Souza e Silva tinha um sobrinho, P. Esse sobrinho era uma ótima pessoa, mas, quando bebia, se alterava, montava em seu cavalo e saía por Monte Azul disparando tiros para o alto. Certa noite, estávamos indo para o cinema quando, à nossa frente, lá estava P., bêbado e dando tiros para o alto. As pessoas corriam desesperadas. Nelson não só não correu, como também, para meu desespero, ficou em pé encarando P. Fomos então para o cinema. Passados poucos minutos após o início do filme, Nelson disse que ia sair para comprar balas. Na verdade, ele foi atrás de P., tomou sua arma e a levou com ele. Assistiu o filme com a arma de P. na cintura. Mas ele não iria permitir que a população fosse aterrorizada ou que algo pior acontecesse enquanto ele estava se divertindo. Esse era o Nelson, destemido e corajoso como ninguém.”

Vale frisar que P. – alguém que, quando não bebia, era uma ótima pessoa – acabou assassinado em uma disputa por terras; hoje, seu filho é um dos principais políticos de Monte Azul. Essa história, apesar de não ser o foco do artigo, oferece mais uma demonstração da força do Coronelismo no norte de Minas. Por um lado, as divergências são resolvidas com o uso da violência sempre que os oponentes julgam necessário; por outro, as tradicionais famílias dos coronéis seguem detendo papel de destaque na política de Monte Azul, ainda que a cidade tenha se modernizado. Todo esse retrato evidencia que o Coronelismo sobreviveu enfraquecido durante a segunda metade do século XX, assim sobrevivendo até os dias atuais. Além disso, exemplos como esse demonstram um dos pontos que Leal (2012) destaca no Coronelismo, isto é, o uso de violência por parte dos coronéis e demais atores sociais em seu convívio social como forma de resolução de conflitos.

Retomando-se a história particular do biografado, a família de Nelson e Laura cresceu com a chegada dos cinco filhos: Fabrícia, em 1967; Soraya, em 1969; Wanderley, em 1970; Sintya, em 1973; e Joverley, em 1976; além de um bebê que não sobreviveu ao nascimento. Com muitos filhos, como era característico das famílias da região, Nelson teve de buscar empregos melhores para fazer frente às novas despesas. Quando um dos sócios da empresa em que trabalhava se elegeu prefeito de Monte Azul – eleição essa de um empresário ligado à indústria, caracterizando mais uma ruptura com o tradicional modelo coronelista –, convidou-o a assumir a secretaria municipal da educação. Nelson aceitou e passou a se envolver ainda mais com a política da região.

Pelas atitudes, pelo trabalho e pelas alianças políticas, Nelson se posicionava cada vez mais como uma força progressista relevante na cidade. O chefe da câmara municipal, J. D., solicitou e conseguiu com que Nelson fosse transferido para assessorá-lo, pois, apesar de ser um político de destaque, ele era analfabeto. Até hoje estão preservados documentos redigidos por Nelson durante os trabalhos da câmara, como pode ser observado na figura 2.

Discussão e votação da matéria dada para ordem do dia.

2ª PARTE

Estando presente 7 (sete) Vereadores o senhor Presidente declarou a primeira discussão e votação, do Projeto de Lei nº 1/73, abaixo transcrito resumidamente, havendo sido discutido, sem debates, tendo merecido a aprovação unânime. Inclui-se em ordem do dia para 2ª discussão e votação.

Projeto de Lei nº 1/73

"Autoriza o Prefeito a contratar operação de Crédito com o Banco do Nordeste do Brasil até o valor de Cr$ 516.000,00 e dá outras providências." Aprovado em 1ª discussão e votação por unanimidade.

— Apresentação de parecer da Comissão —

Foi apresentado a mesa e lido pelo Vereador-Secretário, o parecer abaixo descriminado:

Pela Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, que tendo em vista sua aprovação em 1ª discussão e votação, é de parecer que o referido Projeto seja discutido e aprovado como se acha redigido, em 2ª discussão e votação.

O senhor Presidente, concede aos senhores Vereadores a palavra, exigindo dos senhores Vereadores para que discursassem em torno da matéria. Achando presente à sala, o senhor Prefeito Municipal, o senhor Presidente convidou-o para tomar parte da mesa.

Estando a palavra franca, usou da mesma em primeiro lugar o Vereador Deocelino Custódio Jorge que, em suas palavras diz Monte Azul,

Figura 2 – Ata dos trabalhos da Câmara Municipal de Monte Azul redigida por Nelson de Paula Neto.

Fonte: Monte Azul, 1973.

As preferências políticas de Nelson, que durante toda a sua vida foram progressistas e se colocavam em oposição aos coronéis, ficaram ainda mais evidentes durante sua passagem pela prefeitura. Se é verdade que, quando solteiro, se filiou à UDN, partido que fazia oposição ao PSD na cidade (o qual abrigava os coronéis), foi nessa passagem pela prefeitura que participou da constituição de um grupo que ficou conhecido como os "Aroeiras". A aroeira, que é uma árvore resistente, de força extrema e resistente às piores tempestades e ventanias, não por acaso foi escolhida por esse grupo para nomear seu partido. Jovens, corajosos e de reconhecidas força física e estatura moral, os Aroeiras se propunham a se unir em torno da causa do combate ao Coronelismo. Debatiam política, enfrentavam e se opunham aos desmandos, e passaram a constituir uma força política informal de respeito em Monte Azul. Além de Nelson (conhecido como Nersão), faziam parte desse grupo Chicão, Wilson, Mézio, Nilo e D., este último entrevistado para o artigo. A união política se transformou em autêntica amizade e eles chegaram a formar um time de futebol, sendo Nelson o goleiro. Pela formação e pelo desenvolvimento das atividades dos

Aroeiras, percebe-se que o domínio dos coronéis e o desafio a essa supremacia se dava em âmbito municipal, como descreve Leal (2012). O foco dos Aroeiras sempre foi o avanço e o progresso da cidade de Monte Azul e, em sua visão, isso passava pelo enfrentamento do Coronelismo dominante.

Ao terminar seu período de trabalho na prefeitura, Nelson voltou à iniciativa privada e recebeu uma proposta de emprego na Volkswagen, em São Paulo. Chegou a trabalhar na empresa, mas Laura não queria se mudar em definitivo por acreditar que São Paulo era perigosa, então ele prestou concurso para um emprego na Rural Minas. Aprovado em primeiro lugar, mudou-se com a família para Jaíba, cidade próxima a Monte Azul. Após algum tempo nessa empresa, um novo concurso o levou à Usina da Barra. Mesmo residindo em outra cidade, mantinha laços com os Aroeiras e participava com frequência das reuniões políticas em Monte Azul. Sua coragem, lendária no norte de Minas, continuou intacta, como se percebe pelo episódio da onça que sua filha Sintya relata:

> "Um dia meu pai voltou do trabalho em uma caminhonete. Ele havia ido trabalhar no sertão, afastado da cidade. Logo após estacionar o carro, nos chamou para ver o que ele havia trazido. Saímos todos e dentro da caminhonete estava uma onça. Preta, uma pantera, enorme. Eles a haviam capturado e iriam levá-la para outro local de acordo com a orientação das autoridades competentes. Antes disso, porém, ele fez questão que nós, os filhos, víssemos o lindo animal."

Como Nelson, durante seu trabalho na prefeitura, tinha parte de sua remuneração para receber, consultou J., um advogado da região, sobre como deveria proceder. A prefeitura, na época sob o controle de políticos alinhados com os coronéis, retardava ao máximo o pagamento dos valores devidos. Certo dia, como nada se resolvia, Nelson decidiu ir a Monte Azul acompanhar pessoalmente o andamento do trabalho com J. Ao chegar na cidade, foi com seu irmão Joel a um bar da região e lá se encontravam J. e um dos irmãos de Laura, Luis, em um reservado, assim como D. estava presente. O ano era 1976 e Nelson tinha 33 anos.

O real motivo do que aconteceu a seguir até hoje não foi esclarecido – e talvez nunca venha a ser. Assim como o já relatado assassinato de Arabel, as tragédias que envolvem os coronéis são abafadas pela polícia e pelos políticos, que, se não cúmplices, não demonstram o rigor da lei esperado para tratar com a situação. Alguns dos entrevistados apontam que Nelson estava impaciente e havia feito uma cobrança incisiva por resultados para J. Ainda que isso possa ter sido verdade, os atos de J. foram desproporcionais ao que poderia se esperar de uma reação a uma cobrança profissional. Outra versão, mais plausível, sugere que os coronéis, incomodados com aquele gigante de coragem sem igual, que havia anos os confrontava no campo político, fizeram algum tipo de acordo político e financeiro com J. para que ele resolvesse a situação. Por ser advogado de Nelson, ao "resolver a situação", não estabeleceria vínculo nenhum de responsabilidade com os mandantes.

Naquele bar, ao encostar no balcão e pedir uma bebida, Nelson ficou de costas ao

reservado onde estava J., que levantou-se, aproximou-se de Nelson e atirou nele cinco vezes – pelas costas, à queima-roupa. Imediatamente J. fugiu correndo. Nelson, ferido à morte, não caiu. Joel, Luis e D. o acompanharam até o carro, onde ele se sentou. Como perdia muito sangue, decidiram levá-lo à casa de um conhecido, que morava próximo ao local. Segundo D.:

> “Nelson perdia muito sangue. Era incrível que alguém que perdesse tanto sangue ainda estivesse vivo. Mas este era ele, o mais forte dos fortes. Sua única preocupação era com sua esposa e com os filhos. Pedia que não avisássemos para eles, para não os alarmar, até que ele estivesse restabelecido. Ao chegarmos na casa, um rádio tocava a música ‘Pavão Misterioso’. Como não conseguimos estancar a hemorragia decidimos levá-lo até o hospital mais próximo, que ficava na vizinha Espinosa. Quando passamos pela linha do trem, Nersão faleceu. Não chegou ao hospital.”

O irmão de Laura, Luis, foi até Jaíba junto com o sempre amigo Geraldo Figueiredo e trouxeram a família de volta para Monte Azul. Fabrícia, com nove anos, era a filha mais velha; Soraya tinha sete; Wanderley, seis; Sintya não havia completado quatro; e Joverley tinha poucos meses de idade.

A chegada da família e o velório de Nelson mobilizaram toda a cidade. Não houve um morador sequer que não esteve presente para se despedir daquele jovem de tantas realizações. Como descreve Soraya:

> “Não consigo lembrar de nada relacionado ao meu pai. Em função da tragédia, bloqueei tudo da minha memória. Porém me lembro do velório. O caixão estava na sala da casa da minha avó Joana. A casa lotada, a rua lotada, de amigos e familiares, todos indignados com o ocorrido. Aquela situação toda me assustou demais, não consegui me aproximar do caixão para me despedir do meu pai.”

As consequências familiares marcaram as vidas de todos. Os filhos cresceram sem um pai presente ao seu lado, um pai com a força que tinha Nelson. Sem os rendimentos de seu trabalho, a família, que tinha um excelente padrão de vida para a época e a região, passou por dificuldades e pôde se restabelecer com dignidade pelo apoio de familiares e também por Laura, que, mesmo tendo ficado viúva aos 26 anos e nunca mais se casado, começou a trabalhar como professora, profissão que conciliou com a criação dos cinco filhos até se aposentar. Além disso, a preocupação em não criar os filhos em um ambiente onde eles pudessem ser estimulados a retribuir violência com violência e perpetuar essa guerra com o Coronelismo fez com que a família se mudasse para Montes Claros, a 300 quilômetros de Monte Azul.

Por todo o trauma que passaram, nenhum deles foi incentivado ou demonstrou interesse pela política. Com exceção de Sintya, que vive em São Paulo, todos têm suas famílias e seus negócios próprios na cidade de Montes Claros. Passaram a integrar a classe média urbana, que se desenvolveu ao longo do século XX no sertão norte-mineiro, tal como seu pai também o fez durante a sua vida. E foi essa classe média, segundo Leal (2012),

que, com mais cultura e poder aquisitivo, veio a tomar o poder por vias democráticas e substituir o modelo coronelista. Essa tomada de poder não se deu de uma vez só, em uma eleição apenas, mas, sim, foi um processo de décadas, com avanços e retrocessos em seu retrospecto, como é evidente pela tragédia que ocorreu com Nelson.

J., que fugiu para escapar ao flagrante, se apresentou à polícia. Julgado e condenado por sete votos a favor e zero contra a condenação, escapou duas vezes mais do presídio; na segunda vez, não foi mais recapturado. Com a prescrição do crime, retornou a Monte Azul e lá vive até hoje. Suas repetidas fugas, se não são provas conclusivas, podem se constituir em provas que o Coronelismo local pressionou o poder estadual e policial – característica essa apontada por Leal (2012) como essencial para a sobrevivência do modelo: a troca de favores dos coronéis com o governo estadual – a não insistir demais na resolução do caso e na punição do responsável, pois outras pessoas ainda mais poderosas poderiam estar envolvidas.

Paradoxalmente, o golpe com que o Coronelismo esperava derrubar seus opositores, personificados na figura de Nelson, se voltou contra os próprios coronéis. A oposição popular e o repúdio que o crime causou, se não encerraram os dias do Coronelismo na cidade, geraram grande apoio aos movimentos que se opunham aos coronéis, que nunca mais tiveram o mesmo comando sobre os monte-azulenses. Esse movimento popular, espontâneo e inflamado pela revolta causada pela violência extrema dos coronéis, se somado aos movimentos econômicos e sociais pelos quais o Brasil e o norte de Minas passaram nas décadas subsequentes, tratou-se de um marco e de um capítulo essencial para a chegada de um regime democrático e com certo grau de maturidade na região.

4 I CONCLUSÃO

Histórias podem contribuir para discussões sobre a estrutura histórico-social com dados e pontos de vista. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar os impactos do confronto entre o Coronelismo de Monte Azul e Nelson, tanto no âmbito da política local, dominada pelos coronéis, como na sua estrutura familiar.

A partir da história de Nelson de Paula Neto, encontram-se elementos que definem o Coronelismo, tais quais verificados por Leal (2012), como, por exemplo, seu caráter de fonte de poder municipal, que servia de sustentação para os governos estaduais, a necessidade para a preservação da falta de cultura e de recursos da classe mais humilde (dedicada principalmente à produção rural), o uso frequente da violência para se resolver disputas de poder, assim como a consistente decadência do modelo ao longo do século XX em função da industrialização, do surgimento da classe média e da maior cultura e do acesso à informação da população.

O que a história de Nelson retrata é o drama humano que envolveu essa superestrutura concebida por Leal. Ao enfocar um personagem real, que cresceu, viveu,

se opôs e, enfim, foi destruído pelo Coronelismo agonizante, o artigo se propõe a não apenas resgatar a história de um protagonista nesse combate pelo progresso do Brasil em seus rincões mais atrasados, mas também a demonstrar o impacto dessas forças nas vidas de quem estava lá. Afinal, a sociedade exerce influência sobre os atores sociais, mas a atuação deles impacta, de alguma forma, os rumos do processo social – e, por isso, o debate acadêmico pode estar mais atento às trajetórias de vida.

Cabe constatar que, ainda que o livro original de Leal tenha sido escrito na primeira metade do século passado (na década de 1940), por esta história ter ocorrido na segunda metade do século XX e seus desdobramentos chegarem aos dias presentes, é clara a força do modelo de poder coronelista que, apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade e na economia brasileira, segue encontrando espaço para existir nas regiões mais afastadas dos grandes centros, mesmo quando fazem parte de estados prósperos, como Minas Gerais.

Uma limitação de um estudo com essas características é que a história de vida pesquisada pode não necessariamente refletir a realidade do restante da população. Desta forma, para validar esta interpretação do papel do Coronelismo nas últimas décadas do século XX e do início do século XXI, fazem-se necessárias demais pesquisas narrativas, somadas a outras formas de estudo, qualitativas e também quantitativas, nas quais, por meio de ferramentas de pesquisa e bases de dados mais amplas, se possa apurar a dimensão ao longo do tempo e do atual Coronelismo, onde e como ele se encerrou, e onde ele ainda efetivamente ocorre no Brasil.

Futuras pesquisas podem demonstrar quais os impactos que essa prática acarretou à população a partir da segunda metade do século XX e o que segue acarretando à vida pública e privada brasileira. Apesar de não ser uma temática que figure entre as mais prestigiadas na academia nos dias de hoje, sua atualidade e relevância não podem ser descartadas. Há muito que se estudar para que se tenha a completa e real dimensão do fenômeno, assim como os acadêmicos e políticos do presente podem ser beneficiados com estes estudos para estabelecerem propostas e planos para encerrar definitivamente o Coronelismo onde ele ainda tenha algum tipo de influência.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. DOI: 10.1590/S0011-52581997000200003.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Pensa, 2014.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões** – campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

DENZIN, Norman K. **Interpretive biography**. Newbury Park: Sage, 1989.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** – formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** – o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTE AZUL (MG). Discussão e votação da matéria dada para ordem do dia [ata de trabalhos]. **Câmara Municipal de Monte Azul**, Monte Azul, 1973.

MOTTA, Rodrigo Guimarães. Antônio Conselheiro e João Abade: a teoria do estado e Canudos. **Revista Sodebras**, [*s. l.*]. v. 12, n. 133. p. 18-23, jan. 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Catarina da Conceição. **Trilhas de Riobaldo**: fricções identitárias entre o real e o imaginário. 113 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão veredas**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

SANT'ANNA, Ivan. **Herança de sangue**: um faroeste brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAPÍTULO 7

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO INTERÉTNICO: ENTRE PERMANÊNCIA E RUPTURA DO SISTEMA, VALORES E HUMANIDADE

Data de aceite: 01/11/2021

Tadeu dos Santos Kaingang
Doutorando. Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO: Este estudo busca respaldar a doença covid-19, articulando-a na dimensão teórica que envolve a história, arte e suas relações entre oralidade e imagem, por meio de referenciais teóricos relacionados às teorias da etnicidade, ao interculturalismo e com base na interpretação hermética sobre os sistemas de signos em espaços de singularidade em suas práticas coletivas e duas vertentes: a que traz intencionalidade eurocentrista, e também nos estereótipos que configuram na reprodução dos artistas: Johann Motriz Rugendas, Jean Baptiste Debret e Joaquim José de Miranda. Outrossim, nos mitos indígenas de origens dos relatos históricos na iconografia do Invisível e memória das narrativas imagéticas acerca da arte xamã, dos grupos étnicos específicos, tais como: povo Yanomami , por meio de Davi Kopenawa, o povo Desana do Alto Rio Negro tendo como líder Feliciano Pimentel Lana, os Jê do Sul tendo como artista Vãngri Kaingang e Carlos Almir Goj Je Gitoto, ambos do povo Kaingang do estado do Paraná. A pesquisa demonstra que a cultura não se reduz a língua, mas o meio pelo qual é composta a linguagem; esta que engloba além dos indivíduos, o meio ambiente que os cerca. Por conta da pandemia acometer cada vez mais pessoas dia após dia nos centros urbanos, a população da zona rural em especial a indígena, se sente vulnerável por conta da carência de informação e materiais referentes à higiene e prevenção da doença. É preciso refletir acerca da atual pandemia e o impacto causado nas comunidades indígenas. Mais do que isso, buscar soluções e/ou meios para evitar a contaminação nestes grupos étnicos, pois a doença em estudo pode levá-los à extinção.
PALAVRAS-CHAVE: COVID-19, Artista Xamã, Historiografia, Narrativa.

CORONAVIRUS PANDEMIC IN THE INTERNET CONTEXT: BETWEEN SYSTEM STAY AND RUPTURE, VALUES AND HUMANITY

ABSTRACT: This study seeks to support the covid-19 disease, articulating it in the theoretical dimension that involves history, art and its relations between orality and image, through theoretical references related to the theories of ethnicity, interculturalism and based on interpretation hermetic about the systems of signs in spaces of singularity in their collective practices and two aspects: the one that brings Eurocentric intentionality, and also in the stereotypes that configure in the reproduction of the artists: Johann Motriz Rugendas, Jean Baptiste Debret and Joaquim José de Miranda. Furthermore, in the indigenous myths of the origins of historical reports in the iconography of the Invisible and memory of the imagery narratives about shaman art, of specific ethnic groups, such as: Yanmoami people, through Davi Kopenawa, the Desana do Alto Rio Negro having as leader Feliciano

Pimentel Lana, the Jê do Sul having as artist Vãngri Kaingang and Carlos Almir Goj Je Gitoto, both of the Kaingang people of the state of Paraná. The research demonstrates that culture is not reduced to language, but the means by which language is composed; this which encompasses, besides those belonging, the environment that surrounds them. Due to the pandemic affecting more and more people day after day in urban centers, a rural population, especially indigenous people, feels vulnerable due to the lack of information and materials related to hygiene and disease prevention. It is necessary to reflect on the current pandemic and the impact reflected on indigenous communities. More than that, look for solutions and / or means to avoid contamination of ethnic groups, because the disease under study can religion them to extinction.
KEYWORDS: COVID-19, Shaman Artist, Historiography, Narrative.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a pandemia esta que se início de 17/03/2020 com isolamentos e os primeiros caso de infestação e sua escalada que repercutiu em muitos óbitos até achegada da vacina que marca a primeiras pessoas a ser vacinada em 17/01/2021 deste saldo serviu para destacar que os ser humano deve buscar pensar o modelo DES-envolvimento, para mais envolvimento, por que tivemos que isolarmos para percebemos que a humanidade deve cuidar da terra, o nosso lar. Somos 7,79 bilhões de pessoas em 2020, em total vulnerabilidade global por conta da Covid-19.

Este artigo foi pensado na sua primeira versão em **15/10/2020**, um momento de comoção mundial com a evolução do quadro pandêmico[1]. Conforme novas atualizações os números foram desenhados em novas paisagens históricas. E nele o mundo encantava-se com 45.476.000 infectados e 1.187.014 vieram aóbitos, no Brasil esse número foi de 5.191.000 infectados e somou em 160.000 mortos; dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) leitura realizada em 30/10/2020.

Em novas leitura realizada em 15/01/2021, temos no mundo 91.816.091, infectados com 1.986.871 óbitos, no Brasil chega a 8.326.150 infectados e somam em 207,160 mortos; dados da (OPAS, 2021).

Em outra leitura em 25/01/2021, os dados no mundo 99.056.917, infectados com 2.125,917 óbitos, no Brasil chega a 8.816,254 infectados e somam em 216,445 mortos; dados da (OPAS, 2021).

Para escabecearmos uma reflexão segunda informações de Marta Maria Azevedo, ex-presidente da Fundação A autora mostra uma projeção de 11 anos, a partir de censo de 2010, no Basil a população estima em 213,356 milhões de brasileiros, tendo em vista que os povos indígenas também cresceu consideravelmente à cerca de 1,3 milhão de indígenas, comparada que em 2010 este cenário estimava em 190.755.799 milhões de pessoas no Brasil, deste montante 0.4% povos indígenas 896.917 de indígenas no Brasil.

1 Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe eeh2020/1600532739_ARQUIVO_5388d793a48fac64ede80d2ea5509058.pdf acesso em 18/01/21

Mas se consideramos os 5.570 municípios da federação possamos analisar uma projeção dessa população se consideramos que sua construção pode vir a ser da autodeclaração indígenas para cada cidade do Brasil.

Essa população teria uma projeção muito maior que os dados estatísticos que considera apenas taxas de natalidade de indígena nascidos em zona urbana e da zona rural.

Deste montante étnico estamos testemunhados que a taxe de mortalidade alertou devida a pandemia que trouxe risco eminente a população que foi comprovada sua vulnerabilidade. A população indígena mais susceptível a contaminação os indígenas que estão na cidade e os que vivem espaço aldeados mais afastado dos centros urbanos.

Temos dados em escala global e brasileira e dos povos indígenas entre caso contaminados e os números de óbitos que buscamos repercutir as analise.

Os indígenas que pertencentes a grupos étnicos diversos já chegam a aproximadamente na escala dos **923** óbitos, são 45.161 casos confirmados releitura realizada em **25 /01/2021**, tendo em vista que esses dados continuam a mudar 46,677 infectados para **932** óbitos, em seu alcance é de 161 povos diversos, a maioria residindo em terras indígenas.

A pesquisa realizada em **26/02/2021**, os números continuam crescendo 112.553.181 de contaminados no mundo, e 2.497.46 que foram ceifadas suas vidas no mundo. No Brasil temos 10,390,461 infectados com baixa de 251,498 mortos e relação população indígenas 49,540 casos confirmados com **973** óbitos aumentado seu alcance para 162 grupos étnicos.

Atualizando dados em **19/07/2021** apesar de computáramos informações sobre a vacina, no mundo foram vacinados 3.656.657,370 pessoas, temos que considerar a contaminação não parou e estima que dos 190,526,225 contaminados e 4.091.672 morte e no Brasil. Infelizmente os números passaram para o dobro segundo a último levantamento. Estima que no momento temos 19.376.574 casos de contaminados e 542.214 mortes. Em relação as populações indígena a curva ainda é ascendente entre 57.025, casos de contaminados e **1.135** que viveram a óbitos em um alcance de 163 povos indígenas quase 10% da população indígena.

Aproximadamente 1.300.000 indígenas entre os que vivem em terras indígenas, e cidade, eles representam os 305 grupos étnicos em sua diversidade das 274 línguas indígenas existentes no país.

Neste cenário; o covid-19 continua alastrando, mesmo com uma pequena parcela da população vacinadas, que iniciou em 17 de janeiro de 2021.

A campanha de imunização da população indígenas e os servidores de linha de frente, o que parece ser uma alivio com achegada das vacinas nas terras indígenas. Mas que devemos ficar alerta pois uma variação do vírus tem deixado a população apreensiva nas comunidade indígenas; SARS-CoV-2, entre as demais variantes como de Manaus, do Rio de Janeiro e a classificada (Variant of Concern ou VOC, na sigla em inglês).

Este vírus tem sua mutação e se divide em diferentes grupos genéticos ou classificado internacionalmente, segundo informações do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, Organizações indígenas de base da APIB, frentes de enfrentamento à COVID-19, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal.

O número contaminação tem um crescimento vertiginoso e neste momento difícil no Brasil que vimos muitas mudanças no comando do ministério da saúde, que escancarara a fragilidade no combate a pandemia. O mundo recebe as denúncias sobre do governo omisso ao fazer espalhar o vírus em todo país. É escancarado sua estratégia em que este governo se mostrou ineficiente nas testagens em massa em todo o país. Sobre o contexto indígena, a disparidade significativa estarmos diante de mais um genocídio em curso.

Historicamente o etnocídio, que se desdobra no genocídio, diante da morbidade massiva utilizada nos aparatos de poder do Estado. Testemunhamos um cenário em que o Governo, nega como nega a ciência, e fica evidente sua frágil política sanitária ao cuidado com a vida humana no que se refere a população brasileira em especifico sobre diversidade étnica do país.

Envolvem refletirmos outros campos; observamos a cultural e da vida do indígena, em risco ao afetar a saúde isso também faz convalescer sua força, sua cultura e cosmovisão. Nitidamente vimos violação de direito humanos em suas maneiras de existir.

O que verifica que a pandemia mostra no país sua curva crescente os números de casos confirmados e a quantidade massivas que vem a óbitos em **19/07/2021.** Continua sendo os espaços urbanos maiores e da que os da zona rural sabendo que o aspecto da vulnerabilidade dos povos indígena e muito maior.

Propõe-se neste estudo uma análise dialógica em história e arte articulando oralidade e imagem, tendo como foco os seguintes povos indígenas: Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil habitantes, o povo Desena com 2.361 mil indígenas e o povo Kaingang, com população estimada em 37.470 mil indígenas, dos quais, 31.814 indivíduos vivem em terras indígenas no Sul do Brasil (IBGE, 2010).

DESENVOLVIMENTO

Para Carlos Miranda, no seu estudo em historiografia, *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*, traz uma compilação de informações a respeito das impressões dos viajantes acerca das trilhas dos “séculos XVI, XVII e XVIII, onde inúmeras doenças por exemplo: sífilis, varíola, tuberculose” marcaram o Brasil colônia, por conta do contato que os habitantes tiveram com franceses, holandeses e portugueses.

A demarcação de fronteiras naquele período que era movida à interesses econômicos pelos europeus o que levou a transformações que consistiram na civilidade da população sertaneja (MOTA, 1994 p 39-42).

O historiador pode traduzir em suas análises leituras de realidades que são ficções,

armadilhas, menos positivistas cheias de certezas e ambivalências e pode borrar a linha de certeza. Isso é romper com o excesso de coerência de discurso histórico, ou seja, repetir o silêncio por que a história é circulação das tensões entre as partes. Thompson (1998) orienta que não é possível alcançar a totalidade. Por isso descartou elementos discrepantes de sua analises.

Na imagem que constrói narrativas por exemplo do colonizador que instala suas estruturas do estrangeiro que pede licença ao adentrar na casa alheia como na pintura de Meireles.

Figura 1: Vitor Meirelles. Primeira missa. 1860. Pintura óleo sobre tela, 268 x 356 cm.

A iconografia retratada por Victor Meirelles tem como base a carta de Caminha que descreve como teria sido a primeira missa no Brasil. Sua obra traz uma narrativa imagética retratando a paisagem e o primeiro contato dos indígenas com o cristianismo por meio do olhar do artista.

Pesavento (2008) diz que a imagem se constrói a partir da recriação do real. A representação tem o real como referente em diálogo. Segundo Hatorg (2014), ela se consiste nisso como método indiciário.

O livro de Hans Staden (1595) traz desenhos e sua impressão de como o europeu enxergava os nativos. Sobre as enfermidades que abatiam os indígenas é importante salientar que os jesuítas o processo de cura na visão dos jesuítas se baseava em seguir os dogmas da igreja. As cerimônias de cura dos indígenas eram tidas como ofensas à Igreja, pois feria o que eles enxergavam como sagrado.

A doutrina da guerra justa gera inúmeras revoltas indígenas, concomitantemente é criado o governo-geral em 1548, que atendia às necessidades da Coroa portuguesa que tinha como objetivo colocar sob o seu controle as decisões políticas e administrativas tomadas no Brasil. Surgiu ainda nesse período a lei de 20 de março de 1570 de Sebastião I que declarou todos os índios livres, com exceção dos sujeitos à “Guerra Justa”.

Waerachtige Historie eñ beschrijvinge eens Landts in America ghelegen / wiens inwoon ders Wilt / Naect / seer godtloos / ende wreede Menschen eeters zijn.

Beschreven door Hans Staden van Homborch uit lant te Hessen / die welcke selver in persone het lant America besocht heeft.

Nu nieuws uit den Hoochduytschen overghesett.

Ghedruckt t'Amstelredam / door Cornelis Claesz / op t'Water by d'Oude Brugge int Schrijf-boeck. Anno 1595.

Figura 2: Hans Staden. História Verídica E Descrição De Uma Terra De Selvagens, Nus E Cruéis Comedores De Seres Humanos. 1595.

A relação de contato no início entre o colonizador e os indígenas era visto como uma atitude amistosa, entretanto, o indígena percebeu com o decorrer do tempo que essa relação trazia consigo doenças físicas, o que acabou gerando desconfiança e conflitos.

Entre os conflitos entre brancos e indígena, surgem as doenças infecciosas: como o sarampo, a varíola e a gripe; o que acaba resultando em milhares de mortes do povo indígena daquele período, esse processo de contágio continua nos dias de hoje escalonado agora por conta da Covid-19.

relatado em documentos historiográficos os impactos causados na população indígena acerca de práticas exóticas na confecção de adornos cerimonias, estes cunhados durante embates muito violentos. Na região norte do país - durante o processo de colonização – os nativos criavam projetos artísticos usando uma linguagem artística e estética baseada na conexão com a espiritualidade, enquanto na região sul ocorria o processo urbanizatório pautado na exploração indígena. Neste sentido, foi criado um discurso ajustado em interesses políticos e econômicos perpetuando o poder do colonizador sobre o colonizado e o desmatamento da fauna. Atualmente esse discurso predomina, pois, estradas e hidrelétricas são construídos para desmatar florestas e muitos indígenas são vítimas de epidemias de malária anualmente.

De acordo com Miranda (2017) os relatos de Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) trazem o motivo do colonizador enxergar o indígena com preconceito. Em seu estudo, o naturalista faz um relato esclarecedor sobre as nefastas consequências do afastamento dos índios do seu habitat:

> Os brasis mostram-se logo incomodados e aborrecidos por tudo que os afetem de modo contrário à sua vida anterior; em breve definham em consequências

> de profunda melancolia e desespero em que se acham; perdem o apetite e a agilidade dos membros; caem num abatimento geral, e quase sempre, acabam vítimas [de] diarreias coliquativas... Poucas semanas bastam para reduzir o índio mais robusto a um esqueleto, levando-o fatalmente à morte, se não voltar pela própria vontade, pelo auxílio dos companheiros [...] a sua primitiva liberdade nas matas (MIRANDA, 2017, p. 177).

Segundo Michael Pollak (1992, p.2), a memória é um fenômeno “construído coletivamente” de interpretações nas imagens que são texto visuais e a evocação destes. Os estudos de Paul Veyne (1983) servem de iconografia, onde temos traduções que abordam a vulnerabilidade dos nativos, registrando o impacto das doenças nos povos indígenas, a linguagem da narrativa é direta e mostra imageticamente a representação dos sintomas da infecção de algumas doenças (VIDAL, 1992, p. 292).

Para Joana Overing, a função da arte para os aborígenes tem como objetivo representar as suas práticas coletivas (OVERING, 1991, p. 159) o historiador constrói, dessa forma, uma ponte para o diálogo estético envolvendo a historiografia. De acordo com Berta o processo artístico envolve uma transitoriedade de significados:

> (...) arte poética porque, além da expressão plástica, literária ou musical, entranha um significado social e lírico. Nesse sentido, índios e camadas humildes da população, desdenhados desde sempre devido ao débil desenvolvimento técnico e econômico, passam a ser admirados por suas manifestações artísticas. No caso das populações indígenas, sendo a parcela mais frágil da sociedade nacional, o mais urgente é fortalecer o éthos tribal para que possam sobreviver fisicamente. Para isso é vital salvaguardar seus direitos e suas expressões culturais, dentre as quais a arte (BERTA, 2013, p. 173).

Bauman (2007), ao nos revelar que vivemos socialmente tempos “líquidos”, também enfatiza a questão da sociedade ser organizada em rede, a partir da contradição e da complementaridade entre conexão e desconexão no tecido social:

> A sociedade é cada vez mais vista e tratada como uma “rede” em vez de uma “estrutura” (para não falar em totalidade sólida): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito e de permutações possíveis (BAUMAN, 2007, p. 9).

O contato que se deu entre nativo e colonizador sempre foi marcado por eventos epidêmicos que surgiram com vinda dos europeus. O contato com a varíola em 1563, é citado em documentos sobre a historiografia da saúde e arcabouços teóricos, o fato dos indígenas obterem diversas doenças atualmente é reflexo histórico da forma desumana como estes eram tratados e por conta dos materiais que eram oferecidos em forma de pagamento, os quais eram escambos contaminados.

O povo indígena é visto pela sociedade de forma romantizada, além disso, abriu-se um abismo de esquecimento, uma grande perca da identidade do povo indígena, por conta dos emblemas e espaços que antes eram pertencentes a estes, por consequência este povo passou a vestir uma nova pele. Para os Kaingang que continua sendo um povo

com uma grande ancestralidade abarcada; algumas de suas práticas precisaram ser interrompidas como o caso do *Kikikoi* "culto aos mortos".

A conexão com o mundo dos não viventes está relacionada à permanência da tradição deste povo, ao criar essa ruptura com essa lembrança a sociedade consequentemente perde a sua cultura. Albuquerque Junior complementa que:

> Não podemos, no entanto, dispensar esse diálogo entre passado e presente. Ele é a base da vida, da narrativa e da constituição de memória. Sem ele, sepultaríamos qualquer reflexão sobre a história. A memória fortalece a relação entre as experiências e as sensibilidades construídas [...] Opondo às generalizações, questiona-se sobre o tempo, a história e a escrita, meditando acerca de um tempo presente sem ancoragens: Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33)

Vale salientar que as instituições se apropriam dos conhecimentos étnicos destes indivíduos, esvaziando a possibilidade de afirmação da identidade étnico-cultural, perdendo dessa forma o sentimento de pertença de cada indivíduo a seu grupo. (BARTH, 1998, p. 191). Os significados culturais, dessa forma, são alterados (SAHLINS, 1990, p. 174). Eles existem nas fronteiras da singularidade que visa promover os aspectos das relações de trocas, "tentação do universal generalizante" (GLISSANT, 1997b, p. 130-131).

QUEM SÃO OS YANOMAMI DE DAVI KAPENAWA

Os Yanomami são os aborígenes que vivem das fronteiras pertencentes aos macro-jê do Brasil com a Venezuela, com uma população de cerca de 25,7 mil habitantes distribuídos entre 228 comunidades adaptadas, uma população crescente segundo dados do IBGE (2010).

A arte entre eles permite o diálogo entre os membros envolvendo narrativas históricas, além de, relações interétnicas sobre os Nanë. Para este povo toda "forma de agressão letal" está ligada à "forma de depredação" que desperta o espirito maléfico (xuukri), este que libera epidemias de doenças como: cirrose, diabetes, desnutrição.

As primeiras doenças datadas em registro nos habitantes da tribo são: sarampo, rubéola e escarlatina em 1958, estas que foram datadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e pela Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL) em um documento do período de 30/05/1959.

Em 1970 houve a expansão da fronteira extrativista e da fronteira missionária no território Yanomami. Em 1973 deu-se início a abertura da BR-210, e por conta disso, tratores, escavadeiras, niveladoras e caminhões devastaram a mata, gerando dessa forma conflito entre os *Nepë* (militar). O exército apoiava a ação, mas não há dados disto nos

registros da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Manaus (Farage, 1999, p. 6).

Em 1975, o projeto Radam, que teve amplo papel na divulgação de jazidas minerais no território Yanomami gerou auto índice de contágio de esta que foi trazida pelos garimpeiros durante o final dos anos 80 (CINTIA, 2015, p. 95).

A falta de precaução no sentido endêmico fez proliferar a transmissão de doenças a sucessivas epidemias de gripes, de sarampo e outras doenças que chegaram a porcentagens alarmantes de 11%. Esse número baseia-se em um levantamento da FUNAI de 1977.

Para Davi Kapenawa a cura está na natureza, e para eliminar o *xawarari* (epidemia), é preciso apagar seu rastro que são de outra gente, mas é difícil tirá-lo pois não pertence à floresta. Os *xapiris* (espíritos) precisam se fortalecer com as plantas da floresta de cura depois deve-se banhar na água para curar-se da febre. A imagem abaixo é uma obra de Davi onde ele reafirma na pintura sua mensagem utilizando a linguagem universal da arte para que suas palavras no texto visual sejam legíveis.

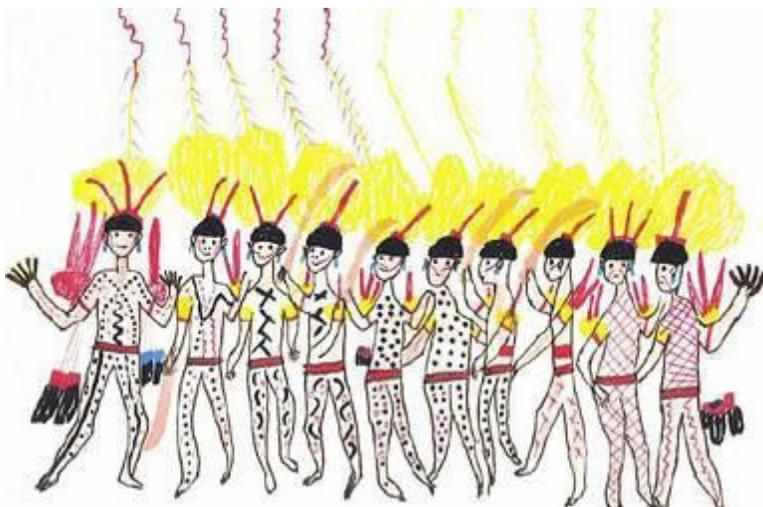



Figura 3: Desenhos de Davi Kopenawa (Coleção B. Albert).

POVO DESSANA

Desana, ou Umukomahsã é uma comunidade indígena que habita a região do Alto Rio Negro no Amazonas. São aproximadamente mil pessoas, distribuídas em 50 comunidades espalhadas pelos rios Tiquié e Papuri liderados pelo artista xamã Feliciano Pimentel Lana,(im memoria vítima do covid-19 12/05/2020)

São sedentários ribeirinhos, que vivem essencialmente da horticultura da mandioca amarga utilizando-a no sistema de coivara e pesca, complementado pela caça e pela coleta de frutas e insetos, esses dois povos apresentam certas diferenças no plano sociocultural

assim como na maneira de conceber a doença e seu tratamento.

Segundo Lana (1995) na obra *Antes O Mundo Não Existia, Mitologia* dos antigos Desana-Kêhíripõrã.

> No princípio o mundo não existia. As trevas cobriam tudo. Enquanto não havia nada, apareceu uma mulher por si mesma. Isso aconteceu no meio das trevas. Ela apareceu sustentandose sobre o seu banco de quartzo branco. Enquanto estava aparecendo, ela cobriu-se com seus enfeites e fez como um quarto. Esse quarto chama-se Bhtãboho taribu, o "Quarto de Quartzo Branco". Ela se chamava Yebá Buró, a "Avó do Munqo" ou, também "Avó da Terra" (LANA, 1995, p.19).

Figura 4: Sentada no seu banco cerimonial e fumando um cigarro na forquilha porta-cigarros, Yebá Bliró, faz surgir da fumaça um novo ser, o Bmlikosurãpanami. Criador da luz, das camadas do universo e da humanidade.

O presente estudo apresenta uma comparação das ilustrações do mito de origem do universo, elaboradas por Feliciano e seu filho Luis Lana.

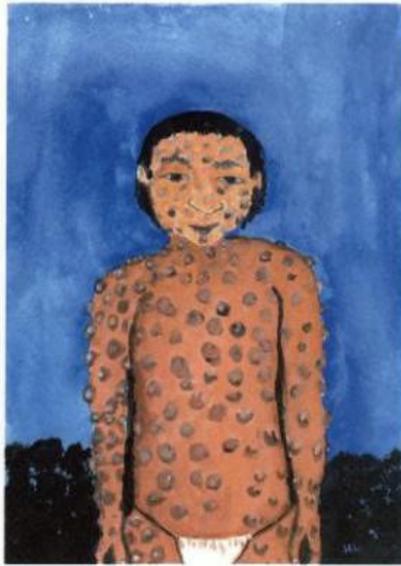



Figura 5: Feliciano Lana. Doente com varíola. 1998. Pintura em guache. Coleção D. Buchillet.

O destino do espírito do pajé (y.e) era diferente daquele do *kumu*. O pajé era um homem que dominava a doença com o seu poder. O *kumu*, porém, era um sacerdote que administrava as cerimônias com seu poder. A origem do poder do pajé está na Wihõwi'i, isto é, na Maloca de Paricá. Por isso, quando morria um pajé, o kumu mandava o seu espírito para essa maloca. Esta maloca é de pajelança, por isso o pajé voltava com o seu espírito para ela.

De acordo com os estudos pautados na etnografia de Berta Ribeiro (2013) o povo Desêna possui poética e oralidade aplicada ao texto visual que tem trajetórias distintas. Para Pesavento (2008) as "Narrativas, imagens e práticas sociais" são aspectos da natureza, e estas se a assuntos do universo mítico-ritual do clã Desana-Kehiriporã.

Francois Hartog (1999) salienta que, o método seria da descrição dos processos narrativos enquanto o relato estaria associado a prática etnográfica. Para o indígena ser artista é algo que está atrelado ao modo como este enxerga algo que está fora de seu próprio contexto. Lana (1995) define os artistas indígenas como: indivíduos pertencentes a determinado universo cultural e histórico. E como tais devem ser entendidos e apreciados. Isso não significa que sua arte seja "hermética e imiscível".

Para Antonio Carlos Diegues em *O Mito Moderno Da Natureza Intocada*, a diversidade cultural envolve uma relação de aproximação entre recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e a linguagem sobre a humanidade-natureza (DIEGUES, 1994, p. 8).

Os Desana denominam a palavra doença como *umuko pũrîrî* (dor do universo em uma tradução literal), e distinguem-nas em duas classes: *dipari maharã doreri* (literalmente

"doenças dos moradores das cabeceiras dos rios") e *pea masá behari* ("doenças da gente do fogo" em tradução adaptada).

Figura 6: Feliciano Lana. Doente com sarampo. 1998. Pintura em guache. Coleção D. Buchillet.

POVO KAINGANG

A narrativas históricas acerca da trajetória dos povos das Américas descrevem que a sociedade foi construída em um processo civilizatório o qual todos nós estivemos envolvidos (ELIAS, 1990, p. 73). De acordo com Sergio Batista da Silva (2001), os antepassados dos Kaingang surgiram a cerca de três mil anos A.C., eles sistematizaram o seu conhecimento de animais, plantas, minerais que se localizavam nesse território para usufruir destes. Eles atribuíram um sentido ao cosmos (Lévi-Strauss, 1989; Silva, 2001; Tommasino, 1995). A partir do modelo etnológico sabe-se que os Kaingang — diferente da condição dos Kayapó e dos Bororo que moram em aldeias circulares e semicirculares — são pertencentes às metades kame e kanhru que não vivem especialmente separados nas terras indígenas.

As línguas usadas por esse povo naquele período era o dialeto Timbira que são os canelas (*Krinkatis, Pukobyê, Kranjê, Gavíão E Krahô*) e o dialeto da língua Kayapó (*Kubenkranken, Kubenkañoti, Mekroñoti, Kokraimoro, Gorotire, Xikrin* e *Txukahamãe*). Este idioma surgiu em um período entre 1 ou 2 mil anos atrás (Urban, 1992, p. 90).

Figura 7: José de Miranda. Conquista dos Campos de Guarapuava. Século

Figura 8: Ellitoh. O bom (manso) e mau (arredios). 1980.

Jaime Stockmann (2001) em *Colonização e integração kaingang na sociedade paranaense* apresenta José Bonifácio como defensor da integração do índio à sociedade durante o Brasil Colônia.

> José Bonifácio foi um dos principais defensores da integração do índio à sociedade nacional no início do século XIX, preconizando o método da domesticação para que pudessem ser felizes. Esse método de domesticação, segundo a percepção da época, era necessário porque os índios eram considerados agressivos, vagabundos, selvagens e não tinham os princípios religiosos para lhes refrear os ímpetos. José Bonifácio via nessa integração uma ação negativa se não respeitasse os modos de vida dos índios e se o colonizador não mudasse os seus métodos de civilização (STOCKMANN, 2001 *apud* MATHIAS, 1979, p. 41).

Figura 9: José de Miranda. Kaingang do século XVIII. 1772. Aquarela.

A dispersão do povo macro-jê que desceram as planícies abertas e de campos denominadas: Coroado, Coronado, Gualacho e Caagua, definiram a partir do século XVIII os grupos Kaingang.

A resistência deste povo demonstra o índio como um sujeito construtor de sua história, alguém que se contrapõe aos ideais de avanço do colonizador, como consequência um ser ativo no processo dos principais acontecimentos do Paraná Provincial. As relações de aliança e aceitação entre os brancos para com este povo sempre se mostraram como tentativas frustradas, por conta da penetração portuguesa em território Kaingang em 1812. O ano de 1843 é marcado como o período de conflito mais intenso, pois representa uma época de forte resistência do discurso dos nativos, o que culminava em ações de combate (MOTA, 1994, p. 93-182-183).

O aspecto xamânico dos Kaingang busca o tratamento das relações transitórias da espiritualidade envolvendo a visão de mundo dos kujà, abarcando tradição e religião por meio do contato interétnico (Crépeau, 1997; Almeida, 2004; Rosa, 2014). Segundo este povo, as minas que nascem em territórios indígenas têm poder de cura, é dito que esta água é sagrada, além disso, definem a relação clânica entre os Kames e Kairus (SANTOS, 1970).

Crépeau (1997) definem em suas pesquisas que para os Kaingang o xamanismo e tudo que o envolve: os rituais, os kujàs, a concepção para os kaingang de sociedade x natureza x sobre natureza, as curas e os mundos de acordo com sonhos *vẽnh péti* é o alicerce de sua vida.

Figura 10: Obra de Luciana Vãngri Kaingang.

OS REMÉDIOS KAINGANG

Carlos Almir Gojje Goitoto é Kaingang e aborda sobre a importância de se resgatar e registrar os conhecimentos relativos à medicina tradicional Kaingang, vẽnh kagta – 'remédios do mato'. Silva (2001) traz um relato de Francisco Arokÿ dos Santos acerca disso.

> O sonho, ou a visão, como é denominada pelos *Kaingang*, é a manifestação do *iangrë*: A minha visão, que deu pra mim, foi assim, ó: quando eu táva lá no patrão, trabalhando lá uma semana. Me deu aquela visão, sonho, né? Táva Nossa Senhora junto, com aqueles homens de vestido branco, né? Que era em cima de uma água, com onda. Estavam aquelas pessoas unidas, ajuntadas em cima daquela água. Esse sonho sempre, né? Sempre aparece pra mim. Agora, de vez em quando, me aparece pra mim, essas pessoas no sonho. Elas usam esses cadernos, livros, assim, e lêem pra mim, no sonho. Eles contam pra mim que é oração boa.
>
> Conforme Albino ***Mïng iãfá.*** Na visão de Albino, seu *iangrõ* (forma masculina para *iangrë*) aparece inicialmente, de longe, como um ***kõmbê*** (veado macho). Quando ele se aproxima para conversar, se transforma em Nossa Senhora, provavelmente para ele (Albino) não se assustar (SILVA, 2001, p. 126).

O discurso que conceitua saúde para os Kaingang destaca que o processo de dispersão do povo e a ruptura de cercamento simbólico, propostas de aldeamentos, ou seja, ficar limitado a um determinado espaço geográfico corrobora para a não propagação de doenças.

No contato com os colonizadores sofreram com a mortalidade provocada pelas doenças transmitidas pelos europeus. Dados apontam (Mota, 1994) que as doenças provocaram mais mortes que os conflitos de terras nestes 520 anos de contato.

Pareyson (1997. p. 32) afirma que a arte "(...) é um fazer que, enquanto faz, inventa

o por fazer e o modo de fazer (...)”, portanto, não seria admissível saber previamente o que será feito, antes da produção concretizar-se.

> Percebe-se que o estabelecimento de um modelo hermético contradiz a especificidade da arte enquanto campo de pesquisa, ou seja, a pesquisa em arte, detentora de processos de invenção, descobrimento, produção e criação, ao criar algo que não existia, reivindica para si novos parâmetros de avaliação (FERREIRA, 2004, p.15).

Sair dos padrões rígidos, criar algo novo segundo Viana (2010) e romper os modelos imaginários de preconceitos sacralizados historicamente é necessário para o surgimento de novas ideias.

> (...) a poética diz respeito à obra por fazer e a crítica à obra feita: a primeira tem a tarefa de regular a produção da arte, e a crítica de avaliar a obra de arte. (...) A poética é um programa de arte, declarado num manifesto, numa retórica ou mesmo implícito no próprio exercício da atividade artística; ela traduz em termos normativos e operativos um determinado gosto, que, por sua vez, é toda a espiritualidade de uma pessoa ou de uma época projetada no campo da arte (PAREYSON, 2001, p.10-11).

CONSIDERAÇÕES

As análises acerca das doenças e respectivas concepções de cura evidencia mais semelhanças do que diferenças entre as produções culturais Yanomami, Desana e Kaingang, pautadas exclusivamente no tema da alteridade, elemento fundamental nas relações políticas de diversos grupos indígenas.

Na história da arte colonial Quijano (1990), aborda que a produção cultural indígena deve é inserida de maneira efetiva, aprofundando as reflexões sobre as aproximações e distanciamentos pertinentes a sistemas culturais distintos.

> Se trata de la perspectiva cognitiva producida en el largo tiempo del conjunto del mundo eurocentrado del capitalismo colonial/moderno, y que naturaliza la experiencia de las gentes en este patrón de poder. Esto es, la hace percibir como natural, en consecuencia, como dada, no susceptible de ser cuestionada (QUIJANO, 1990, p 287).

De acordo com esse apontamento, a doença é um evento tipicamente relacional, ou seja, o produto de interações conflitivas travadas entre pessoas oriundas de diversos planos da existência, humana ou não-humana.

Para os indígenas a narrativa do invisível aponta na oralidade o conhecimento histórico dos povos do norte e do sul do Brasil, criando uma ponte interétnica de relação de saberes dos povos: Yanomami, Desana e Kaingang. Sendo assim, as visões do mundo estereotipada e euro centrista dos artistas ocidentais e suas interpretações do invisível, criam a partir de suas construções narrativas dois modelos de sociedade.

A atual pandemia trouxe muita dor para nossa nação, é preciso refletirmos acerca da

vulnerabilidade que os indígenas sofrem, povo este que se encontra em grande condição de risco.

Sendo assim, devemos desenvolver uma historiografia que quebre as barreiras negativas presentes nas fronteiras interétnicas existentes para o surgimento de um cenário que valorize a arte e saúde do povo indígena.

REFERÊNCIAS

ALBERT, B. **O ouro canibal e a queda do céu:** uma crítica xamânica da economia política da natureza. Brasília: UnB, 1995. (Série Antropológica, 174).

ALBUQUERQUE, J.; DURVAL, M. **História: a arte de inventar o passado:** ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CRÉPEAU, Robert R. **Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil meridional**. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831997000200009>

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

FARAGE, Nádia. **Laudo Antropológico requisitado pela justiça Federal** – Seção Roraima, 1999.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Trad. Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LANA, F. A. (Umusi Pãrokumu); LANA, L. G. (Tõrãmu Kehíri). **Antes o mundo não existia**: mitologia dos antigos Desana-Kehíripõrã. São João Batista: Unirt; São Gabriel da Cachoeira: Foirn, 1995. (Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 1)

STOCKMANN, Jaime. **Colonização e integração kaingang na sociedade paranaense**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2011/geografia_artigos/7art_colonizacao_kaigang_pr.pdf>

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia:** limites e espaços da cura. – 3ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017.

MOTTA, L.T. **A guerra dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1969-1924). Maringá: ed. da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 1994.

NORBERT, Elias. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

OVERING, J. **A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa.** Revista de Antropologia, nº 34, 1991.

PETER, Burke. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**, **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992.

QUIJANO, A. **Estética de la utopía**. Hueso Húmero. Lima, 1990.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na cultura brasileira.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

ROSA, R. R. G. **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul:** manifestações da religiosidade indígena. São Paulo: ANPUH, 2014.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, Silvio C. dos. **A integração do índio na sociedade regional**: a função dos povos indígenas. Florianópolis: UFSC, 1970.

SANTOS, Tadeu dos. **Arte, identidade e transformações na cestaria Kaingang da Terra Indígena Ivaí, no contexto de fricção interétnica**. (dissertação de mestrado) UEM- Maringá 2018, p. 237. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5347>.

SILVA, Sergio Baptista. Da - **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para A compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS da FFLCH da USP, São Paulo, 2001.

TOMMASINO, KIMYIE. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

VIDAL, Lux Boelitz. **Grafismo Indígenas:** Estudos de Antropologia Estética. 1992.

CAPÍTULO 8

REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVIZADOS E LIVRES NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/08/2021

Israel Aquino
PPG em História / UFRGS
Porto Alegre – RS
https://orcid.org/0000-0001-5123-5377

RESUMO: Este trabalho tem como objeto o estudo da formação de redes de sociabilidade através da instituição do compadrio católico. Busca-se investigar a utilização deste expediente como estratégia de atuação e reprodução social pelos diferentes estratos que compunham uma comunidade rural situada no Rio Grande de São Pedro, durante a segunda metade do século XVIII. Como *corpus* principal, trabalhamos com um banco de dados construído a partir da transcrição do primeiro livro de batismos de escravizados e livres da freguesia de Viamão, segunda paróquia fundada naquela Capitania, no ano de 1747. De um total de 559 registros de batismos, selecionamos as cerimônias que contaram com a participação de indivíduos escravizados, chegando a um *corpus* final constituído por 142 registros. A partir da análise das relações contraídas entre pais e padrinhos nestas cerimônias – e realizando o cruzamento com outras fontes, como os róis de confessados da freguesia – buscamos analisar a construção de relações de interdependência entre os diferentes estratos que conviviam naquela comunidade, com especial interesse em investigar como se deu a participação da população escravizada naquelas tramas sociais constituídas a partir do rito do batismo. Como metodologia de análise, empregamos aportes da História Social, articulados às ferramentas da *Social Network Analysis*.

PALAVRAS-CHAVE: Compadrio; Escravidão; Hierarquias sociais; Análise de Redes Sociais.

SOCIAL NETWORKS AND INTERDEPENDENCE RELATIONS BETWEEN SLAVES AND FREE PEOPLE IN SOUTH OF PORTUGUESE AMERICA

ABSTRACT: This work has as object the study of the formation of sociability networks through the institution of the catholic ritual kinship. It intends to investigate the use of this expedient as a strategy of action and social reproduction by the different social classes that made up a rural community located in Rio Grande of São Pedro, during the second half of the 18th century. Our main corpus was a database built from the transcription of the first book of baptisms of the eslaves and free people in the parish of Viamão, the second parish founded in that Captaincy, in the year 1747. From a total of 559 baptism records, we selected the ceremonies that had the participation of slaves, reaching a final corpus consisting of 142 records. Starting from the analysis of the relationships contracted between parents and godparents in these ceremonies - and crossing with other sources, such as the confessed lists of the parish - we seek to analyze the construction of interdependent relationships between the different social classes that lived in that community, with special interest in

investigating how the participation of the slave population happened in those social networks constituted from the rite of baptism. As a methodology, we used contributions from Social History, articulated with Social Network Analysis tools.
KEYWORDS: Ritual Kinship; Slavery; Social Hierarchies; Social Network Analysis.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade forjada nos domínios portugueses durante o período do Antigo Regime estava baseada na construção de alianças familiares e clientelistas, tendo como esteio uma noção de "bem comum" que atravessava as relações constituídas por seus agentes. Neste cenário, a instituição do compadrio católico se inseria dentro de um universo mais amplo de práticas costumeiras, constituídas pela regularidade das sociabilidades locais que, ao mesmo tempo, agregavam e estratificavam aquele corpo social. Neste trabalho, propomos o estudo da apropriação do compadrio realizada pela população escravizada da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Viamão, de forma a compreender não apenas os usos e significados que este expediente assumia para aqueles atores, mas também como sua atuação contribuía para a configuração das redes de sociabilidade locais.

Partindo de um recorte que reuniu 142 registros de batismo de crianças cujos pais eram homens e mulheres negros e escravizados, buscamos analisar como eram formadas suas redes relacionais e de que forma a apropriação do compadrio afetou suas possibilidades de inserção social. Como metodologia, empregamos as ferramentas da *Social Network Analysis*, aqui compreendida como uma análise metódica de redes representadas graficamente, e tomadas enquanto representações das estruturas de relacionamento que aqueles agentes estabeleciam entre si (AQUINO & KUHN, 2018, p. 57).

Nossos resultados permitem apontar que as relações construídas por aquelas gentes sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia que permitiu a construção de um conjunto de alianças verticais, contribuindo para a associação entre diferentes camadas sociais e criando, assim, compromissos e expectativas que vinculavam aqueles escravizados às suas casas e à comunidade onde estavam inseridos, mas que ao mesmo tempo poderiam contribuir para que os indivíduos em situação de cativeiro tivessem acesso a proteção e condições de trabalho menos penosas. Assim, passamos a analisar as relações construídas por aquelas gentes nas páginas a seguir.

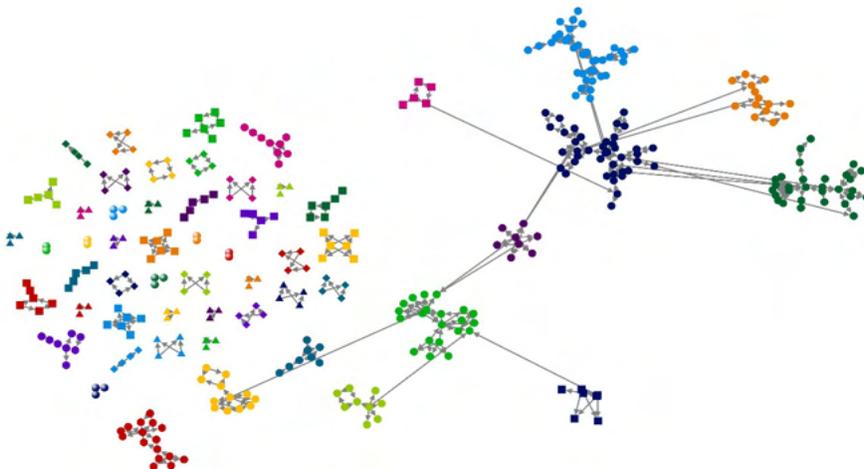
2 | A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NOS REGISTROS DE BATISMO DE VIAMÃO

Quando consideramos o primeiro livro de batismos daquela freguesia, o número de cerimônias onde os pais eram homens ou mulheres escravizados chega a 142, o que corresponde a cerca de 25% dos registros no período (1747-1759). É possível afirmar, contudo, considerando a bibliografia existente e os róis de confessados para o período, que a população cativa de Viamão superava este percentual, devendo ter chegado a cerca

de dois quintos do contingente local nos anos de 1750, conforme aponta Kuhn (2006). Porque, então, ela parece estar sub-representada nos registros? Primeiramente, porque a possibilidade de constituir uma família, seja em moldes 'legítimos' ou 'naturais', para usar expressões da época, não era uma oportunidade que estava igualmente colocada para todos os cativos. Além disso, sabemos que parte dos registros de batismo da freguesia, especificamente os livros utilizados para a população escravizada a partir de 1760, se perdeu com o passar do tempo, o que contribui para essa sub-representação.

Também não identificamos número significativo de escravos adultos sendo batizados em Viamão. Para a população negra, isso pode sugerir que estes recebiam o sacramento antes de sua chegada ao local, pois os indivíduos oriundos do tráfico atlântico poderiam receber o sacramento do batismo no porto de chegada ao Brasil (caso não o recebessem em seu porto de origem). Pesa também o fato deste ter sido um período de expansão populacional da freguesia, que recebia muitas levas migratórias. É possível que as famílias que se deslocavam para cá já trouxessem seus escravos batizados de sua região de origem, fosse esta Laguna, Rio Grande ou Sacramento.

A partir dos assentos de batismo, é possível saber que os indivíduos escravizados que tiveram seus filhos batizados ao longo da década de 1750 representavam um total de 60 unidades produtivas (fogos), conforme podemos depreender do cruzamento entre nosso banco de dados e os róis de confessados disponíveis. Assim, a média de escravizados que compareceram à pia seria de 2 a 3 indivíduos por fogo - pouco mais de um casal por família, o que dá uma pista a respeito de uma das características já apontadas por Kuhn (2006) a respeito dessa comunidade: a posse de escravos em pequena escala. Apesar disso, a distribuição dos registros é desigual, havendo um predomínio de escravos de famílias mais destacadas, como os Pinto Bandeira, cujos cativos participaram em 16 cerimônias, mais de 10% do total.

O grafo relacional que representa estas relações, reproduzido abaixo, permite identificar que apesar da dispersão das relações engendradas por esse estrato social, havia alguma possibilidade de inserção em uma rede mais ampla de relações. A existência de componentes maiores e mais conectados na imagem sugere, também, que pelo menos uma parte dos cativos da região estava integrado às dinâmicas sociais da comunidade, o que, como se verá, se dava através da criação de laços com indivíduos de outros estratos sociais, notadamente indivíduos livres.

Grafo 1: Redes cativas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Em relação aos agentes participantes dessa rede, temos o seguinte quadro: entre os genitores que eram negros e cativos, temos 35 homens e 65 mulheres. Tivemos, ainda, oito negros forros que tiveram filhos com mulheres escravizadas, além de três indígenas (‘*de nação Tape*’) e cinco homens presumidos livres, cujos registros não fazem menção a cor ou condição social, sendo tampouco possível identificar isto em outras fontes. As mulheres forras que tiveram filhos com homens cativos foram três, mesmo número de mulheres ameríndias nesta situação. O número de batismos onde o pai não é citado foi de 42, aproximadamente 30% do total. Esses números são apresentados de forma mais clara na tabela a seguir:

	Mãe escravizada	Mãe forra	Mãe indígena	Mãe livre	N.I.	TOTAL
Pai escravizado	71	4	2	0	0	77
Pai forro	14	0	0	0	0	14
Pai indígena	4	0	0	0	0	4
Pai livre	6	0	0	0	0	6
N.I.	40	0	1	0	0	41
TOTAL	135	4	3	0	0	142

Tabela 1: Condição social dos pais cativos e seus parceiros

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

O quadro demonstra a existência de uniões mistas, especialmente no caso onde mulheres escravizadas tinham filhos com homens de outra condição social - forros ou livres,

por exemplo. Esse número, inclusive, poderia ser mais expressivo caso houvesse pistas de quem foram os pais das crianças nos 40 registros em que a paternidade não foi declarada. Para os 71 registros onde pai e mãe foram apontados como escravos, em 100% dos casos as uniões se deram dentro da mesma escravaria, dando-nos outra pista das possibilidades colocadas para a população escrava da região. Uma união que extrapolasse as fronteiras da 'casa', ao que parece, não era uma alternativa para estes homens e mulheres. Já nos casos onde houve uma união entre um escravizado ou escravizada e um indígena, estes últimos em sua maioria foram apontados como sendo de 'nação livre', havendo apenas um caso de uma índia alforriada pelo mesmo senhor que era proprietário de seu nubente - o que, na verdade, pode ser outra pista para a condição dos demais, provavelmente peões ou agregados nas terras desses senhores.

Pensando a mesma distribuição para o outro polo envolvido nestas relações, os padrinhos, temos a seguinte distribuição: 22 escravos negros aparecem batizando 28 crianças; por sua vez, tivemos 20 negras escravizadas convidadas a batizar um total de 31 crianças. Temos, ainda, três padrinhos que são designados como pardos (possivelmente livres), um escravo que se tornou forro entre um batismo e outro, um indígena (também citado como forro) e 94 homens livres. Apenas oito crianças não tiveram padrinho. Tivemos, ainda, 76 madrinhas livres, uma forra, duas indígenas e 18 batismos sem madrinha. O quadro abaixo mostra essa distribuição:

	Madrinha escrava	Madrinha forra	Madrinha indígena	Madrinha livre	N.I.	TOTAL
Padrinho escravo	24	1	1	1	1	28
Padrinho forro	0	1	0	0	0	1
Padrinho indígena	1	0	0	0	0	1
Padrinho livre	5	0	1	89	10	105
N.I.	0	0	0	2	5	7
TOTAL	30	2	2	92	16	142

Tabela 2: Condição social dos padrinhos e madrinhas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

De modo geral, havia um número elevado de pessoas livres batizando os filhos e filhas de escravos em Viamão, conforme se depreende da tabela acima, sendo que, para a maioria deles, os registros não apontam outros designativos. Entre os padrinhos, apenas cinco recebem algum qualificativo nos registros (um 'crioulo', um 'índio' e três 'pardos'). Já para as madrinhas, temos apenas duas 'índias' e uma 'mulata'. Portanto, se pudermos confiar nos registros analisados, é possível afirmar que em pelo menos 68% dos casos, a escolha de padrinhos para os filhos dos escravos recaiu sobre pessoas livres – e talvez brancas – podendo chegar a 75%, se desconsiderarmos as ocasiões em que ninguém

ocupou o posto.

Por outro lado, das 35 cerimônias em que um dos pais e pelo menos um dos padrinhos era cativo, ocorreram 24 situações em que os pais e os padrinhos eram de escravarias diferentes, o que corresponde a 69% deste recorte. Portanto, mesmo frente às limitações existentes, ao menos o compadrio entre cativos ainda poderia cumprir um papel de articulação social para além das fronteiras da 'casa' - restando-nos perguntar se estas 'escolhas' partiam dos próprios cativos, ou se poderiam ser parte das estratégias de seus senhores. Outro aspecto que poderia ser destacado é a ausência de padrinhos 'preferenciais' nestes registros: não havia nenhum protetor que se destacasse entre a população escrava, nenhum homem, cativo ou livre, que tenha batizado mais do que quatro ou cinco crianças no período (para as madrinhas, menos).

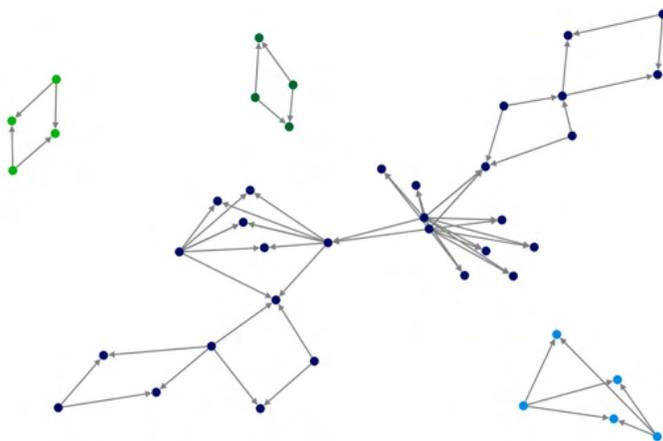
Diferentes autores que estudaram o compadrio já apontaram o uso deste como forma de acesso a proteção, favorecimento, ascensão social, entre outros. Esta situação está expressa em termos como 'alianças para cima' ou 'alianças verticais', e subjacente à própria ideia de padrinhos e madrinhas preferenciais. Os estudos do compadrio para a população escrava demonstram que para este estrato social este poderia igualmente cumprir o mesmo objetivo, através da escolha de padrinhos forros ou livres - quanto mais alta a posição do padrinho na escala social, melhor.

Notamos que a participação do estrato livre nos batismos dos filhos e filhas de escravos da Viamão setecentista foi significativa, sendo bastante elevada em relação aos outros estratos daquela comunidade. Essa diferença, contudo, não chega a ser uma surpresa, quando analisamos a historiografia sobre o tema. No clássico estudo de Gudeman e Schwartz (1988, p. 49) podemos ver que os autores encontraram uma taxa elevada de participação de padrinhos livres para a Bahia, no século XVIII. Já para a região das Minas Gerais, paróquia de São João del Rei, em período muito próximo do nosso (1751-1760) Brügger (2007) encontrou um percentual de homens livres batizando filhos de escravos da ordem de 63,4%, enquanto as mulheres livres foram 49,5%.

A partir desses elementos, gostaríamos de lançar um olhar mais próximo para as relações desses cativos, a partir de um recorte que reuniu os registros ocorridos dentro de uma das escravarias das mais importantes na década de 1750, pertencente ao sesmeiro Francisco Pinto Bandeira, totalizando 16 batismos envolvendo famílias escravas deste grupo. A escolha dessa escravaria não é fortuita: ela nos permite avançar na compreensão de como a instituição do compadrio era utilizada por essa 'casa' ao extrapolar o conceito de família celular, posto que, conforme aponta a bibliografia, este não seria o mais apropriado para explicar as relações sociais e familiares no período. Pesa, também, o fato de que este grupo concentrou um número maior de batismos, ao passo que os escravos de outros proprietários tiveram uma participação bem mais discreta nos registros. Passemos, então, a análise dessa rede de relações.

3 | A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVOS E LIVRES (RE)PRODUZIDA ATRAVÉS DO COMPADRIO CATÓLICO

A representação gráfica das relações construídas pelos escravos da família Pinto Bandeira, que pode ser visualizada no grafo da página seguinte, nos permite observar uma tendência nas relações de compadrio destes estratos ditos subalternos, que é a disposição à fragmentação dos vínculos, uma particularização e isolamento das relações que emerge à medida que diminuímos a escala de análise. O grafo demonstra que, para alguns casais de escravizados que tiveram mais filhos no período dos registros, foi possível acessar uma rede mais ampla de compadres, constituindo relações com agentes de diferentes estratos sociais. Outros casais, porém, só tiveram um ou dois filhos, ficando isolados das redes de compadres de seus companheiros - também porque não eram requisitados a apadrinhar os filhos deles. A própria possibilidade de formar uma família e gerar filhos, como vimos, poderia estar relacionada às posições ocupadas por estes indivíduos e às oportunidades a que tinham acesso. Por isso cabe olhar de forma mais detalhada para as relações representadas nesta rede.

O grafo abaixo é composto por quatro componentes (conjuntos de pontos), sendo que três deles representam as relações de compadrio de casais isolados. Nesses casos, é possível perceber que esses casais criaram alianças de compadrio com indivíduos que não batizaram filhos de outros membros do grupo, formando redes com menor alcance, aparentemente. O outro componente do grafo reúne um número maior de agentes e representam relações de mais de um casal, por contarem com padrinhos que batizaram filhos de diferentes famílias, ou com pais que tiveram seus filhos apadrinhados, mas que atuaram também como padrinhos de outras crianças. Para alguns desses agentes, portanto, o compadrio representava uma possibilidade de maior trânsito, tanto entre seus pares como junto a indivíduos de outros estratos sociais.

Grafo 2: Redes de compadrio dos cativos da estância dos Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Considerando os registros analisados para a formulação desta rede, à partida podemos notar uma diferença importante entre esses grupos: a condição social diversa das pessoas que ocupam a posição de padrinhos e madrinhas. Temos sete registros onde pais e padrinhos eram escravos; um onde os padrinhos eram forros; e oito registros onde os padrinhos das crianças foram pessoas livres, ou assim se presume. Portanto, em 44% dos casos tivemos cativos contraindo relações de compadrio entre si, percentual acima da média identificada para a freguesia.

A tabela 3 apresenta as relações constituídas entre pais e padrinhos nesta escravaria, reconstituídas a partir dos registros de batismo estudados.

Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno (E)	Teresa Tapanhuna (E)
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno (E)	Teresa (E)
Antônio	Maria Tapanhuna	Domingos Bamba (E)	Grácia (E)
Antônio Tapanhuno	Isabel	João (E)	Maria (E)
Bartolomeu Sanches	Antônia Tapanhuna	Antônio de Souza Pereira	Maria J.de Oliveira
João Baracu	Grácia Benguela	Felipe	Grácia
João Baracu	Gracia Benguela	Antônio (Forro)	Maria Pais
João	Rita	Manoel Dias	Antônia
Manoel de Souza	Ana	Francisco de Souza e Távora	Eufrásia de Ribeiro
Manoel	Josefa	Antônio (E)	Maria (E)
Manoel	Josefa	Casemiro Pinto Bandeira	Mariana
Manoel	Josefa	Luís Rodrigues (E)	Maria Rodrigues (E)
Manoel	Josefa	Francisco (E)	Maria (E)
Manoel	Josefa	Ventura	Rosa
Martinho Garcia	Ana Maria	Rafael Pinto Bandeira	NI
Martinho Garcia	Ana Maria	Estevão da Silva Conde	Maria da Encarnação

Tabela 3: Relações de compadrio da escravaria dos Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Situação que chama atenção nestes registros é a taxa de legitimidade das crianças nascidas nesta estância. Todos os registros apontam o nome do pai da criança, havendo um único caso de filho natural, resultando em uma taxa de legitimidade de 94% na escravaria dos Pinto Bandeira, bastante superior à média das famílias cativas da freguesia. Assim, vão surgindo indícios de como se organizavam essas famílias escravas, as oportunidades

a que tinham acesso e como o compadrio era utilizado por elas.

Olhando mais de perto para esses registros, podemos encontrar outros indícios de como se organizavam estas relações. No primeiro desses registros, o batizado da pequena Anastácia, datado de 23 de junho de 1748, o casal Manoel e Josefa contraiu relações de parentesco espiritual com Antônio e Maria, ambos negros e também escravos do mesmo senhor. Já o registro seguinte ocorre dois anos depois, quando ocorre o batizado de outro filho do casal, Vitorino. Já nesta ocasião os compadres possuíam uma 'qualidade' diferente: eram ambos livres, sendo um deles a mulata Mariana (de quem não temos outras informações) e o outro um homem branco chamado Casemiro Pinto Bandeira, que acreditamos fosse um agregado da família.

Depois disso, a situação do casal melhora, por assim dizer. Já em 1752, quando do batizado de sua filha Marta, a mulher é citada no registro como Josefa Pinta, assim como seu esposo é citado como Manoel da Silva Pinto. Além disso, o casal volta a contrair relações com padrinhos livres no batizado do filho Damázio, em 1756. Essa mudança na forma como os dois são nomeados nos dá uma pista de como sua situação evoluiu no cativeiro: a adoção de apelidos (sobrenomes) por escravos é frequentemente apontada como uma forma de ascensão e diferenciação social. Em especial, como parece ser o caso em questão, quando o nome adotado fazia referência à família senhorial (no caso, o sobrenome Pinto e sua variação feminina, Pinta). Esta situação já havia sido notada por Márcio Blanco (2012), que ao estudar esta escravaria, refere à possibilidade deste casal ter experimentado certa ascensão social:

> A adoção de um dos sobrenomes de seu senhor serve como pista de que o referido casal estivesse - aos olhos do mundo livre pelo menos – numa categoria superior aos demais cativos, que em geral permaneciam a vida toda designados apenas com prenome. (BLANCO, 2012, p. 162)

Conforme também apontou Blanco (Idem, p. 163), este casal apresentava outro sinal social distintivo: no rol de 1758, Manoel aparecia arrolado dentro das terras de Francisco Pinto Bandeira na condição de "lavrador", condição esta que não foi atribuída a nenhum outro escravo no rol daquele ano. "*Este complemento nominal deve indicar que Manuel tinha roça própria, fazendo ele e sua família figurarem no rol daquelas [famílias escravas] detentoras de maiores recursos materiais e prestígio* (...)" (Idem).

Donald Ramos, em sua investigação sobre o compadrio em Vila Rica (MG), já mencionava como a adoção de um sobrenome poderia corresponder a uma diferenciação social construída nos moldes do Antigo Regime: nos registros por ele analisados, os cativos que adotavam o sobrenome dos seus senhores costumavam ser convidados com mais frequência para apadrinhar crianças nascidas dentro das escravarias locais, tornando-se padrinhos preferenciais entre seus pares (RAMOS, 2004, p. 56). Isso, por si, é um indicativo do prestígio de que gozavam esses homens e mulheres, o que lhes permitia um exercício de diferenciação, embora limitado pelo próprio cativeiro. Carlos Engemann (2006) reforça

esta impressão, ao conjecturar o tipo de raciocínio subjacente a esta prática colonial:

> Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma "herança" tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho. (ENGEMANN, 2006, 170)

Se analisarmos esses elementos à luz dos demais registros, é possível encontrar indícios de sua validade. Os casais João Baracu e Gracia Benguela, Antônio Tapanhuno e Isabel, e Antônio e Maria (todos escravos dos Pinto Bandeira), além de não adotarem o uso de sobrenomes, constroem seus laços sociais dentro do universo do cativeiro, contraindo relações de compadrio com outros escravos do grupo senhorial e de escravarias vizinhas. Formam, assim, uma rede de relações limitada, onde não foi possível vencer a barreira da servidão, posto que este expediente estivesse ao alcance de alguns deles apenas. Por seu turno, o casal Martinho Correia Garcia e Ana Maria logram, nos batizados de seus dois filhos, atar relações com pessoas livres e de estrato social superior, entre os quais Rafael Pinto Bandeira, filho mais velho de Francisco Pinto Bandeira, seu senhor, rompendo, assim, uma fronteira que, de certo modo, os separava do mundo exterior.

Essa diferenciação na forma como se constituíam as relações sociais no interior daquela casa, portanto, nos dão um vislumbre de um exercício de estratificação no qual participavam cativos, seus senhores e familiares, integrando aquela hierarquia costumeira marcada por lealdades e por uma relação de interdependência que imbricava esses atores em uma intrincada trama. Somadas a outras práticas sociais, as hierarquias que iam sendo construídas informavam a cada um sobre o seu lugar no mundo.

A adoção dessas práticas na construção das relações rituais, contudo, deve ser matizada com outros fatores que afetavam a organização do compadrio naquela sociedade. Marcio Blanco (2012), ao estudar o compadrio escravo em Viamão em período similar ao nosso, atenta para o fato de que a preponderância do estrato livre ou cativo nas escolhas dos compadres foi afetada também por outros fatores, tais como o tamanho das escravarias ou a condição de naturalidade ou legitimidade dos nascimentos. De fato, quando observamos o conjunto dos registros estudados aqui, notamos que o número de escravos que contraíam relações espirituais com seus iguais aumentava em escravarias maiores, o que pode ser um indicativo de que os cativos dos pequenos plantéis da região poderiam recorrer a padrinhos e madrinhas livres por não terem como opção companheiros de cativeiro dentro da mesma casa. Esta perspectiva, contudo, deve ser encarada com cuidado, especialmente quando lembramos que mais de dois terços dos escravos que se compadraram entre si pertenciam a proprietários distintos, ou seja, essa possibilidade estava colocada. Parece-nos que, nestes casos, deveriam pesar outros aspectos que afetavam as relações sociais e diferenciavam aqueles homens e mulheres.

Outro aspecto notado por Blanco diz respeito à preferência demonstrada por mães solteiras e casais mistos por padrinhos livres, quando comparados a casais compostos por dois escravos (Blanco, 2012, p. 175). Note-se, em primeiro lugar, que a maioria das crianças que não tiveram o nome do pai registrado nasceu em pequenas escravarias, o que nos remete a questão do parágrafo anterior. Mas, mais que isso, nos parece que nestes casos pode ter pesado a busca por proteção quando da escolha destas mães, tanto para si quanto para seus rebentos, posto que estas já se encontrassem em uma posição de maior vulnerabilidade por não terem a oportunidade de constituir um núcleo familiar. Por outro lado, nos casos das uniões entre um escravizado e companheiro(a) forro ou livre (que correspondeu a 17% dos batismos analisados aqui) há que se considerar que a própria condição jurídica de liberdade de um dos pais reforçava a procura de padrinhos de condição semelhante.

Outro aspecto a se considerar é a inserção dessas relações sociais no espaço, de modo que um padrinho ou madrinha poderia ser encontrado na vizinhança (ou mesmo dentro da casa, como vimos), não implicando necessariamente em uma estratégia elaborada, conforme já apontado em estudos como o de Bruna Sirtori e Tiago Gil (2012, p. 13). Esta é uma consideração importante a ser levada em conta, se quisermos evitar que a análise destas relações se torne por demais esquemática. Para Viamão, conforme já havia sido apontado por Márcio Blanco (2012, p. 183-184), identificamos, a partir dos róis de confessados, que os pais e padrinhos possuíam moradia próxima em 36 ocasiões (26,6% do total de relações), o mesmo ocorrendo em 43 oportunidades com as madrinhas (34,1% do total). Reforçava-se, desta forma, outro laço social importante, o da vizinhança. Todavia, convém destacar que a construção de relações de compadrio com indivíduos que não eram vizinhos imediatos (considerando a informação disponível nos róis) continua representando a maioria dos casos.

Blanco aponta, ainda, que para além da questão da proximidade, poderia pesar a questão do trabalho: a lide conjunta e cotidiana na terra poderia ser uma boa oportunidade para a construção de laços entre escravos e livres pobres, o que poderia levar a constituição posterior de um laço de compadrio; ou poderia ocorrer o inverso, sendo a relação espiritual utilizada para arregimentar braços para o trabalho da roça (BLANCO, 2012, p. 186). Essa é uma possibilidade que poderia ser explorada, mas para a qual precisaríamos agregar outras fontes, que nos permitissem construir uma ideia mais clara da distribuição e ocupação da força de trabalho naquela freguesia. Contudo, a partir das relações analisadas, nos parece seguro apontar que o compadrio, dentro outras relações, cumpriu também o papel de cimentar as sociabilidades locais, além de oferecer, em algum grau, novas possibilidades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações analisadas neste estudo possibilitam perceber a existência de certa

‘circulação do dom’ na freguesia de Viamão, servindo o rito do batismo como uma ponte que aproximava agentes que ocupavam posições sociais distintas. Nessa perspectiva, a dádiva representada no ato cerimonial se constituía enquanto um símbolo na instituição dos vínculos sociais, de modo que a própria dinâmica de estabelecimento e transformação das redes locais passava a fundamentar o modo de circulação desses dons no interior daquela comunidade. Aliada ao conceito de equidade, essa concepção nos permite compreender como as relações então engendradas por aqueles agentes eram atravessadas por forças que, ao mesmo tempo em que estratificavam àquela sociedade, contribuíam para a criação de laços de interdependência que, ao fim e ao cabo, possibilitavam a própria conservação daquele corpo social.

As redes conformadas por negros e negras escravizados foram marcadas por uma forte presença de padrinhos livres. Em alguns casos, isso parece ter contribuído para a melhoria das condições de vida dessas pessoas – ainda que discretamente, e dentro dos limites que se poderiam esperar daquela sociedade e de sua condição de cativeiro. Em poucos casos, para além da própria relação de compadrio firmada à beira da pia batismal, pudemos identificar indícios de diferenciação social destas gentes entre seus pares, seja através da adoção de um sobrenome, ou da posse de uma roça própria.

No caso dos escravos, mesmo quando o compadrio se dava exclusivamente entre cativos, foi possível perceber que em dois terços dos casos pais e padrinhos pertenciam a escravarias distintas, sugerindo, assim, certa margem para a construção de redes de sociabilidade dentro esse estrato, além de apontar para uma “circulação do dom” nesta comunidade – ou, talvez, essas relações indiquem uma articulação realizada a partir “de cima”, ou seja, por iniciativa dos senhorios que comandavam cada uma das famílias extensas onde aqueles escravizados estavam inseridos. Situação oposta foi identificada, por exemplo, quando analisamos as uniões maritais entre escravos, fossem estas legítimas ou não: neste caso, as uniões se deram sempre dentro do mesmo grupo, o que indica possibilidades bastante limitadas para aquela população no que dizia respeito à constituição de um núcleo conjugal.

REFERÊNCIAS

AHCMPA. **Livro 1º de Batismos de Viamão**. 1747-1759.

AHCMPA. **Translado dos Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão**. Anos de 1751, 1756, 1757 e 1758.

AQUINO, Israel da Silva; KUHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). **Revista Maracanan**, n. 19, p. 56-78, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/33118>. Acesso em 27/07/2021.

BLANCO, Marcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/71949>. Acesso em 27/07/2021.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos. Rio de Janeiro: UFRJ - PPG em História Social (Tese de Doutorado), 2006.

GUDEMAN, Stephen F.; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**. Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: O lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, n. 31, p. 41-68, janeiro 2004. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b594b59827e91950d7597/1462458700057/03_Ramos%2C+Donald.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, 2011. Disponível em:<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/sirtori%20bruna%20e%20gil%20tiago%20luis.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

CAPÍTULO 9

UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DO DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO: ALCIDES CRUZ

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 06/08/2021

Luís Fernando Massonetto
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
https://orcid.org/0000-0002-0250-5614

Guilherme Ricken
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
https://orcid.org/0000-0002-4940-4941

RESUMO: O presente artigo tem por escopo apresentar os aspectos da obra do jurista Alcides Cruz (1867-1916) acerca da disciplina urbanística. O problema de pesquisa recai sobre a identificação dos mecanismos jurídicos empregados pelo autor para justificar a ampliação da atividade estatal no meio urbano. A hipótese testada é que eles repousavam nos conceitos de "intervenção" e de "polícia", moldados para que pudessem validar a expansão do poder do Estado para instituir e aplicar a disciplina urbanística. Assim, empregou-se a metodologia da história dos conceitos para investigar, a partir da obra "Noções de Direito Administrativo Brasileiro", de 1910, o alcance e significado de "intervenção" e "polícia". Com isso, busca-se preencher uma lacuna na história do direito urbanístico brasileiro, ainda presa às narrativas superficiais dos manuais da disciplina.
PALAVRAS-CHAVE: Direito urbanístico; história do direito; intervenção; polícia; Alcides Cruz.

A CHAPTER IN THE HISTORY OF BRAZILIAN URBAN LAW: ALCIDES CRUZ

ABSTRACT: The aim of this article to present aspects of the work of Alcides Cruz (1867-1916) on urban discipline. The research problem lies in the identification of the legal techniques used by the author to justify an expansion of state activity in the urban space. The tested hypothesis is that these techniques were linked to the concepts of "intervention" and "police", shaped so that they could validate the expansion of the State's power to impose and apply the urban discipline. Thus, we applied the methodology of conceptual history to the book "Noções de Direito Administrativo Brasileiro", from 1910, investigating the scope and meaning of "intervention" and "police". Our point was to fill a gap in the history of Brazilian urban law, still attached to the superficial narratives of the discipline manuals.
KEYWORDS: Urban law; legal history; intervention; police; Alcides Cruz.

1 I INTRODUÇÃO

O direito urbanístico brasileiro ainda tem sua história por ser contada. Jovem ramo do direito público, cuja consolidação científica, resultado de uma reflexão intelectual própria, se deu no Brasil, com razoável grau de consenso, na década de 1970 do século XX1, o direito urbanístico aparenta esconder nuances muito

1 SUNDFELD, 2014, p. 48-49; BRUNO FILHO, 2015. p. 41; MEIRELLES, 2014, p. 536.

mais complexas do que usualmente nos é apresentado.

Uma parcela da culpa por relevantes aspectos históricos da disciplina urbanística no Brasil ainda não terem vindo à luz repousa na tradição manualística do direito nacional, segundo a qual a análise da dogmática jurídica deve ser antecedida por uma "abordagem histórica" – o conhecido "escorço histórico". Nessa forma literária, o autor invariavelmente apresenta uma linha do tempo em que um passado muito remoto rapidamente se conecta ao presente, tendo como vínculo entre eles a "evolução" do instituto jurídico ou disciplina estudado. É uma história linear, que demonstra um caminho "inevitável" rumo ao progresso2.

Não é de se estranhar, portanto, que mesmo obras de reputados autores encontrem regras de direito urbanístico e de "planejamento urbano" já "no velho Direito Luso-Brasileiro"3 - i.e., nas Ordenações do Reino e nas cartas régias de criação de capitanias no século XVIII. Assim, categorias jurídicas típicas dos séculos XX e XXI são transplantadas, de forma acrítica e a-histórica, para um passado que lhes é contrastante e no qual sequer estavam presentes as condições materiais para sua concepção.

Mas outra parcela de responsabilidade recai, sem dúvidas, sobre os historiadores do direito, que, por muito tempo, negligenciaram recortes temporais do passado nacional que fazem falta para a compreensão da história da disciplina urbanística. Um deles é, precisamente, o período da Primeira República, cuja cultura jurídica ainda tem muito a revelar sobre a história do direito brasileiro, não se configurando como uma "mera transição entre duas épocas mais interessantes"4, conforme alertado por pesquisas mais sérias da área.

Assim, o presente trabalho se volta às primeiras décadas da experiência republicana brasileira para investigar a obra do jurista Alcides Cruz e sua contribuição à história da disciplina urbanística. O problema de pesquisa recai sobre a identificação dos mecanismos jurídicos empregados pelo autor para justificar a ampliação da atividade estatal no meio urbano. A hipótese testada é que eles repousavam nos conceitos de "intervenção" e de "polícia", moldados para que pudessem validar a expansão do poder do Estado para instituir e aplicar a disciplina urbanística.

A fonte primária consultada foi o livro "Noções de Direito Administrativo Brasileiro", publicado por Alcides Cruz em 1910. Sua escolha se deve ao fato de tratar-se da principal obra jurídica do autor, em um momento histórico em que as normas urbanísticas ainda não conformavam um ramo próprio da ciência jurídica – o futuro direito urbanístico –, pois estavam vinculadas sobretudo ao direito administrativo.

A metodologia utilizada é a da história dos conceitos, nos moldes propostos por Koselleck. Se a definição, manutenção ou imposição de posições políticas e sociais decorre, também, de batalhas semânticas em torno das definições conceituais, significa dizer que

---

2 Para uma crítica a essa forma de apresentar a história dos institutos jurídicos, vide, e.g., FONSECA, 2012, p. 9-12; e FONSECA, 2010, p. 61-66. Sobre as descontinuidades e rupturas na história, vide HESPANHA, 2005, p. 41-43.
3 SILVA, 2012, p. 51.
4 CORREA, 2013, p. 9.

os conceitos não servem apenas à apreensão da realidade, mas apontam para o futuro, com o intuito de construí-lo5. Desse modo, a análise dos conceitos de "intervenção" e de "polícia" demonstra não necessariamente a realidade vivenciada pela disciplina urbanística na Primeira República, mas o processo de construção e justificação da atuação do Estado nesse domínio.

2 I INTERVENÇÃO: UM CONCEITO PARA A INTERVENÇÃO ESTATAL

Em suas "Noções de Direito Administrativo Brasileiro", Alcides Cruz apresenta sua concepção acerca do Estado e das potencialidades que esse ente encerraria. Para ele, um duplo elemento marcava as definições oferecidas pelos juristas modernos: a coletividade e o poder dominador que emergiria de seu seio. Dessa forma, para Cruz, "[o] Estado tambem não é nem um organismo vivo, como outr'ora se pretendeu, nem uma pessoa juridica. É, sim, uma organização social"6.

A noção do Estado enquanto organismo social permite que o Cruz justifique uma atuação do poder público adequada às contingências sociais e econômicas de sua época. Isso porque, ao afastar simultaneamente as ideias de Estado como organismo vivo ou pessoa jurídica, automaticamente ficariam excluídas as concepções de que a atividade estatal seria puramente espontânea ou exclusivamente jurídica7. Assim, o Estado ganharia maior liberdade de ação.

Dessa forma, Cruz reconhecia ao Estado o poder para desempenhar "uma missão social assás complexa, fazendo-o ingerir-se em tudo quanto o exigem as necessidades da época (...)"8. Tal missão não se restringia às tarefas clássicas de imposição da ordem no plano interno e de defesa contra inimigos externos. Os novos encargos eram sobretudo econômicos, pois, quanto ao Estado, "já não é licito considerá-lo como devendo ficar alheio á producção da riqueza, e á tudo aquillo outr'ora encarado como proprio da iniciativa e das explorações particulares"9.

A despeito dessa permissão teórica para a atuação estatal no plano econômico, inclusive como um imperativo da época, Cruz ainda relacionava "intervenção" a "ingerência". Ele cria que o poder público poderia desenvolver sua ação social "no sentido de promover o melhoramento das condições economicas, moraes e intellectuaes"10. Não obstante, classifica como "ingerencia do Estado no dominio da producção, da circulação e do consumo da riqueza"11 o estímulo aos serviços agrícolas, o auxílio à criação de bancos, o estímulo à colonização e a resolução dos conflitos criados pelo antagonismo entre o

5KOSELLECK, 2006, p. 102.
6 CRUZ, 1910, p. 2.
7 CORREA, 2013, p. 58.
8 CRUZ, 1910, p. 3.
9 CRUZ, 1910, p. 3.
10 CRUZ, 1910, p. 10.
11 CRUZ, 1910, p. 10.

capital e o trabalho, por exemplo.

No entanto, Cruz reconhecia que, em sua época, eram “tão numerosos os objectos que reclamam a ingerencia da actividade governamental sob os dous aspectos, o juridico e o social, simultaneamente”12, que as franjas da ciência da administração não estavam rigorosamente delimitadas. Por isso, sua autonomização em relação ao direito administrativo ainda não era definitiva.

Uma distinção relevante na obra de Alcides Cruz, conectada às possibilidades de atuação estatal, diz respeito às concepções de governo e Administração. Para ele, a despeito da similitude dos dois conceitos no direito positivo, o governo seria “o poder director que actua como representante da collectividade, exercendo uma função de iniciativa, inspiradora e orientadora da ação do Estado”13. Dessa função nasceriam, em seu raciocínio, e.g., as leis, os tratados diplomáticos e as declarações de guerra.

Já a Administração constituiria outra forma de atividade do Estado, concreta e material, mas subordinada e dependente do impulso dado pelo governo. Cruz a conceitua como “o conjuncto de serviços publicos que tem por objecto attender as necessidades e os interesses colectivos do Estado”14. Dessa forma, a Administração é identificada com os serviços públicos, de maneira que Cruz reconhece a essencialidade do fornecimento de utilidades essenciais pelo poder público – que, na cidade, se refletem no saneamento, na iluminação, no abastecimento de água, dentre outras sem as quais a vida urbana se tornaria insuportável.

A característica que tornaria governo e Administração discerníveis seria o caráter de “atividade” desta, afastando-a da pura ação reguladora. Essa divisão proposta por Cruz, que não era essencialmente nova, dissociava o político do administrativo, despolitizando a esfera executiva e a prestação dos serviços públicos15.

Inclusive, Cruz reconhecia uma nova orientação que vinha sendo dada à expansão das atividades municipais: a municipalização dos serviços públicos, entendida como a produção direta da municipalidade em uma determinada esfera da economia, a preços inferiores do que os que se poderiam obter de um particular no regime de livre concorrência16.

Para ele, o acelerado desenvolvimento da vida urbana havia originado problemas de difícil, porém urgente resolução. Para tanto, a resposta encontrada fora justamente a ampliação das competências locais, com a assunção da exploração e do exercício direto de vários serviços públicos, dentre os quais menciona a iluminação pública, o transporte urbano por meio de carris e o abastecimento de água17.

E a criação de serviços públicos municipais, e.g., de iluminação, água ou gás,

12 CRUZ, 1910, p. 12.
13 CRUZ, 1910, p. 3.
14 CRUZ, 1910, p. 4-5.
15 CORREA, 2013, p. 59.
16 CRUZ, 1910, p. 112.
17 CRUZ, 1910, p. 112.

não implicava em seu fornecimento apenas nas ruas ou em outros espaços públicos da cidade. À Administração competiria, também, prover tais utilidades para o uso privado dos moradores da urbe, em concorrência com os fornecedores particulares. Citando julgados de cortes norte-americanas, o autor menciona que “o dever da municipalidade é não só o de illuminar as suas ruas, como tambem o de proporcionar aos habitantes os meios de obterem luz a sua custa”18.

Lembremos que Cruz reconhecia que ao Estado, naquela quadra histórica, estavam acometidas funções de intervenção tanto no campo econômico quanto no social. Manter-se de prontidão para, quando necessário, agir de forma enérgica, de nada adiantaria caso as escolhas administrativas pudessem ser continuamente revisitadas fora do campo da Administração.

Isso não significativa que, em sua concepção, o Estado devesse atuar alheio ao direito. Pelo contrário: a legitimidade de sua autoridade coerciva só poderia ser aferida quando em obediência ao ordenamento jurídico19. Não obstante, à Administração deveria ser garantido um amplo espectro de ação, posto que conatural à sua característica de “atividade”.

Nesse sentido, é interessante perceber que o período de exercício da atividade docente por Alcides Cruz – e, por consequência, de elaboração de sua obra – coincidiu com a execução das reformas urbanas na capital da República, empreendidas a partir de 1902. Nelas foi possível testar justamente o alcance da independência da Administração em suas funções interventivas no meio urbano.

Com efeito, nessa época o prefeito Pereira Passos implementou um amplo projeto de melhoramentos urbanos, cuja meta era transformar a cidade-sede do Distrito Federal numa metrópole moderna, economicamente eficiente e – não menos importante – higiênica.

O “bota-abaixo” do prefeito, como ficou conhecido o processo, foi parcialmente justificado pela necessidade de erradicar doenças que, de longa data, assolavam a cidade, como a cólera e a varíola. Dessa forma, as providências urbanísticas incluíram a demolição dos anti-higiênicos cortiços, o alargamento de ruas e a construção de avenidas, de modo a melhorar a circulação do ar – e evitar os temidos miasmas20.

Nesse cenário, de acordo com Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904, que reorganizava os serviços administrativos de higiene da União, as autoridades administrativas possuíam o poder de declarar a interdição de prédios que não dispusessem de condições sanitárias aceitáveis, podendo, até mesmo, culminar em sua demolição.

Ainda que houvesse um juízo específico para os feitos de saúde pública (art. 1º, § 11), nem ele nem qualquer outra autoridade judiciária poderia rever atos administrativos exercidos *ratione imperii* (§ 20).

18 CRUZ, 1910, p. 113.
19 CRUZ, 1910, p. 2.
20 CANTISANO, 2015, p. 231.

Aliás, tal restrição se encontrava presente desde a lei de reorganização do Distrito Federal, a Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902, que, no artigo 16, vedava aos magistrados modificar ou revogar atos do governo do Distrito Federal emanados ratione imperii.

Com isso, o prefeito da capital da República possuía o caminho livre para exercer seus planos de reforma urbana, em princípio sem correr os riscos de enfrentar a oposição popular pela via do Poder Judiciário.

A *ratione imperii* não fora pensada como uma questão política, mas técnica. Juízes federais e municipais, mesmo os dos feitos sanitários, não seriam capazes de avaliar seu conteúdo, posto que não eram dotados dos conhecimentos técnicos dos médicos e dos engenheiros21.

Assim, desde o final do século XIX, preocupações sanitárias levaram a propostas em prol do fortalecimento do intervencionismo estatal. Defendia-se que a utilidade da administração sanitária seria diretamente proporcional ao poder do qual ela dispunha. Entre as elites técnicas que atuavam nos processos de remodelação urbana, advogava-se que o progresso civilizacional, liderado por países como a Inglaterra e os Estados Unidos, dependia da concessão progressiva de poder e autonomia aos agentes sanitários22.

3 | POLÍCIA: UM REGIME PARA A DISCIPLINA URBANÍSTICA

Polícia, segundo Alcides Cruz, é "a actividade administrativa, que por meios coercivos, tem por fim prevenir a manutenção da ordem publica interna, e prover a defesa contra os perigos"23. Sua função básica seria limitar a liberdade individual, antecipando-se às possíveis perturbações da ordem. Isso porque, na compreensão do autor, o livre exercício das ações individuais poderia ocasionar perigos sociais, devendo ele, destarte, ser balizado no interesse da comunhão social24.

Dessa forma, Alcides Cruz traduz sua ideia de polícia "no princípio da defesa da pessoa fisica, garantida pelo Estado, em commum beneficio de todos"25. E tal defesa somente poderia ser assegurada com fundamento na prevenção e na vigilância, anteriormente, portanto, ao cometimento do dano. Intervir após a consumação do delito seria atribuição própria do Poder Judiciário, mas insuficiente para a manutenção da tranquilidade pública26.

O processo coativo que o regime de polícia empregaria para assegurar a ordem pública era exercido em três dimensões. A primeira delas consistia na imposição de limites à liberdade individual através de normas (regulamentos ou posturas) ou de injunções da autoridade administrativa. A segunda era a criação, organização, regulamentação e direção

---

21 CANTISANO, 2018, p. 116-117.
22 CANTISANO, 2018, p. 117-118.
23 CRUZ, 1910, p. 136.
24 CRUZ, 1910, p. 136-137.
25 CRUZ, 1910, p. 137.
26 CRUZ, 1910, p. 137.

dos serviços públicos. A terceira dimensão correspondia ao recurso empregado quando os métodos anteriores não eram observados voluntariamente: o uso da força pública27.

A manutenção da ordem e a precaução contra os perigos abrangiam as mais diversas atividades, todas elas sob o escopo da polícia administrativa. Sua natureza eminentemente urbana era flagrante, não sendo possível a Cruz esquecê-la ou escondê-la em seus exemplos.

Os braços pelos quais a polícia administrativa exercia sua autoridade alcançavam os mais diversos setores da vida urbana: "os bons costumes, a industria, o commercio, a salubridade publica, etc"28. Sua extensão era compatível com o desejo declarado de salvaguardar a incolumidade pública, dada a abrangência dos interesses postos como essenciais à sociedade.

É interessante comparar as temáticas associadas à polícia administrativa com aquelas vinculadas por Cruz ao regime de direito. Para ele, submeter-se-iam ao regime de direito o exercício das liberdades de pensamento, de reunião, de imprensa, de associação e de religião, conforme disciplinado pela legislação penal. Também a polícia industrial ia se identificando cada vez mais com o regime de direito, por conta de seu disciplinamento via legislação operária29.

No entanto, era no âmbito da polícia administrativa, por sua vez, que se inseriam a salubridade pública e a autorização do Estado para intervir em matéria de higiene coletiva, duas questões prementes no processo de urbanização brasileiro.

As normas atreladas ao regime de polícia seriam veiculadas sobretudo por medidas regulamentares emanadas pelo município, mas também contariam com as polícias especiais, criadas pelo poder público estadual – v.g., polícia sanitária, polícia dos costumes, polícia rural, polícia de caça, pesca, florestas e minas, polícia comercial e industrial e polícia ferroviária e de navegação30.

Por intermédio da polícia sanitária, desdobramento da polícia administrativa, o poder público poderia vetar, e.g., o aluguel de prédios onde fosse constatada a presença de moléstias contagiosas, até que o serviço de higiene pública desinfectasse o local. Além disso, as municipalidades poderiam dispor, através de suas posturas, acerca de tudo o que pudesse alterar e corromper a salubridade atmosférica, competindo-lhe regular, assim, desde os serviços de saneamento até a localização espacial das indústrias, passando pelas regras de sepultamento – a serem realizados em cemitérios especificamente delimitados, salvo no caso de pessoas ilustres31.

Como se percebe, Cruz dava à polícia sanitária uma ampla extensão, potencializando-a de forma a quase tudo abarcar – do urbanismo às atividades econômicas, a salubridade

27 CRUZ, 1910, p. 138-139.
28 CRUZ, 1910, p. 141.
29 CRUZ, 1910, p. 141; 149.
30 CRUZ, 1910, p. 149-159.
31 CRUZ, 1910, p. 152.

pública constituía o elo que justificava a atuação estatal. Nas palavras do próprio autor, "[a] policia sanitaria tende a expandir a sua acção, ganhando assignalada ascendencia sobre muitos ramos da actividade policial"32.

A constatação de um caso de doença infecciosa pelas autoridades sanitárias justificava o pleno uso da polícia para intervir na propriedade privada e nos corpos dos cidadãos. Prédios, móveis e moradores deveriam ser compulsoriamente desinfectados. Enquanto o edifício não o fosse, ele não poderia ser alugado, pouco importando os prejuízos econômicos suportados pelo proprietário33.

Para Cruz, a salubridade coletiva constituiria um dos motivos que justificariam expropriações por utilidade pública. Caso comum de expropriação, portanto, seria "o saneamento urbano, que exige a abertura de novas ruas, a de avenidas, a rectificação do traçado das já existentes, o prolongamento dellas, a drenagem do solo, etc"34. Não obstante, a utilidade pública justificadora da expropriação não poderia ser definida taxativamente, sendo, portanto, impraticável enumerar todas as situações aptas a lhe dar ensejo35.

Em situações assim, os cidadãos estariam sujeitos a atos administrativos unilaterais, para os quais seria bastante a vontade da autoridade pública. Pertenceriam a essa categoria de atos, e.g., "as injuncções da municipalidade obrigando qualquer municipe ao conserto no predio de sua propriedade que ameaça desabar; ou quando a higiene publica intima o proprietario de um terreno a atulhar ou dessecar o pantanal existente nele"36. As demandas da vida urbana, dentre as quais a salubridade pública, justificavam a mitigação da vontade do particular frente aos poderes da Administração.

É notável que Cruz buscasse a fundamentação de algumas manifestações da polícia na Lei de 1º de Outubro de 1828, elaborada mais de oitenta anos antes da publicação de seu livro, ainda num momento de parca urbanização no Brasil. Para ele, e.g., era ali que estava a sustentação jurídica para que os municípios pudessem atuar na economia para disciplinar as fábricas que corrompessem a salubridade atmosférica e para estabelecer a localização de currais e matadouros.

Inclusive, com fundamento na Lei de 1828, a intervenção estatal sobre as atividades econômicas, na forma da polícia, era aceita com grande amplitude por Cruz. Com vistas à manutenção da salubridade pública, as manifestações da polícia sanitária iam desde a conferência dos produtos postos à venda até o que mais tarde convencionou-se denominar de "zoneamento urbano", de modo a proteger a população de atividades supostamente perniciosas à coletividade

Mas não apenas isso: para Cruz, o disciplinamento estatal do direito de construir

---

32 CRUZ, 1910, p. 149.
33 CRUZ, 1910, p. 152.
34 CRUZ, 1910, p. 193.
35 CRUZ, 1910, p. 192.
36 CRUZ, 1910, p. 24.

(polícia das edificações) também estaria calcado na Lei de 1828, como forma de assegurar a salubridade dos prédios. Eram imposições da Lei "as que estabelecem as condições de altura que devem ter as repartições internas dos predios, o tamanho das janellas e a largura das portas, obrigação de todos os predios terem serviço de remoção de materias fecaes, etc"37.

Então, as possibilidades de atuação urbanística que aparecem em múltiplas passagens da obra de Alcides Cruz começam justamente pelo delineamento das atribuições conferidas aos municípios, baseadas na Lei de 1° de Outubro de 1828. Dessa forma, a municipalidade, por suas posturas, deveria prover o "alinhamento, abertura, limpeza, illuminação e desempachamento de ruas e praças; (...) calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques e quaesquer outras construcções em beneficio commun dos habitantes"38, inclusive "para decoro e arranjamento das povoações"39, bem como "promover a elegancia e a regularidade externa dos edificios e ruas das povoações"40.

Dessa forma, foi justamente a partir dos comentários de Cruz a respeito do poder de polícia que a intervenção no meio urbano recebeu maior visibilidade na obra. Ao iniciar sua exposição acerca da ação administrativa do Estado, o autor enumerou seis ramos de atuação, a partir dos quais se desdobrariam outros. O segundo deles – e a ordem de apresentação parece indicar o uso de uma escala decrescente de importância – é "o policial, como assegurador da ordem publica, dos bons costumes e da salubridade publica"41. A maleabilidade do conceito de "polícia", aliada à amplitude do conceito de "salubridade pública", oportunizava a expansão dos meios pelos quais o Estado estaria legitimado a intervir na construção e conformação do espaço urbano.

4 | CONCLUSÕES

A obra de Alcides Cruz nos permite avaliar o quanto os problemas urbanos brasileiros do início do século XX estavam, pouco a pouco, se transformando em problemas jurídicos. O incremento populacional e a expansão econômica, que traziam consigo preocupações referentes à circulação de pessoas e bens nas cidades, assim como o receio popular diante de moléstias e doenças contagiosas, conduziram à busca por técnicas jurídicas que amparassem uma atuação estatal que lhes fizesse frente.

O que se via na Primeira República, sobretudo a partir da experiência da reformulação urbana da capital federal, era que a intervenção estatal no meio urbano, materializada no planejamento e no saneamento, requereu um vocabulário jurídico que privilegiava conceitos abertos, como "necessidade pública", "utilidade pública" e "bem comum". Sua função era justificar a legalidade da intervenção do Estado sobre as liberdades, propriedades, casas e

37 CRUZ, 1910, p. 152.
38 CRUZ, 1910, p. 110.
39 CRUZ, 1910, p. 110.
40 CRUZ, 1910, p. 111.
41 CRUZ, 1910, p. 121.

corpos das pessoas. Nesse contexto, conceitos como o de *ratione imperii* desempenhavam o papel de blindar as decisões administrativas do controle judicial.

Dessa forma, a prática urbanística que vinha ocorrendo na capital da República não destoava da concepção de "intervenção" que Alcides Cruz vinha elaborando em sua atividade acadêmica. Uma intervenção estatal que promovesse o melhoramento social e econômico da população, bem como estivesse atenta às necessidades de circulação e reprodução do capital, acoplava a teoria à prática do urbanismo brasileiro no início do século XX.

Além disso, Cruz se valeu do conceito de "polícia", de origens pré-republicanas, para acomodar diversas atividades afeitas do Estado. Assim, era no campo da polícia administrativa, no qual "[s]ão tão numerosas as actividades" que, mesmo elencando-as, "ainda assim póde ser contestado o haver-se dito tudo"[42], estaria incluída a garantia da tranquilidade e da comodidade de circulação nas ruas e praças. A abrangência do poder estatal legitimaria atividades urbanísticas que alcançassem, então, o estado material das vias públicas (arruamento, alinhamento de ruas e mesmo a demolição de edifícios), a circulação (trânsito de veículos e zoneamento urbano) e a tranquilidade (vedação de manifestações ruidosas, especialmente com o uso de fogos, possíveis causadores de uma grande aflição urbana à época – o incêndio).

Dessa forma, no âmbito dos escritos de Alcides Cruz, a disciplina da atividade urbanística ainda era matéria afeita à polícia. Fosse através da ordenação normativa da realidade ou da própria produção do território, era sob a lógica do regime de polícia, inclusive através da invocação da Lei de 1828, que o autor trabalhava os aspectos jurídicos vinculados à urbanização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Formação da teoria do direito administrativo no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

BRUNO FILHO, Fernando Guilherme. **Princípios de direito urbanístico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2015.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Contradições republicanas: resistência jurídica na modernização do Rio de Janeiro. In: FLORES, Alfredo de Jesus (Org.). **Temas de História do Direito**: A Construção do Brasil Republicano e o Direito Público (1889-1945). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015. p. 229-248.

CANTISANO, Pedro Jimenez. **Rio de Janeiro on Trial**: Law and Urban Reform in Modern Brazil. 2018. 324 f. Tese (Doutorado). University of Michigan, Michigan, 2018.

CRUZ, Alcides. **Noções de direito administrativo brasileiro**. Porto Alegre: Officinas tipograficas a vapor de Germano Gundlach & Comp., 1910.

42 CRUZ, 1910, p. 144.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O deserto e o vulcão – reflexões e avaliações sobre a História do Direito no Brasil. **Forum historiae iuris**, Zurique, 2012. Disponível em: <https://forhistiur.de/legacy/debatte/nuovomondo/pdf%20files/1206fonseca.pdf>. Acesso em: 09/10/2019.

GUANDALINI JÚNIOR, Walter. **Gênese do direito administrativo brasileiro**: formação, conteúdo e função da ciência do direito administrativo durante a construção do Estado no Brasil Imperial. 2011. 240 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Cultura jurídica européia**: síntese de um milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Alcides Cruz**: perfil parlamentar. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Contraponto, 2006.

LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de direito administrativo**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari. O Estatuto da Cidade e suas diretrizes gerais (art. 2º). In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coords.). **Estatuto da Cidade** (Comentários à Lei Federal nº 10.257/2001). 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 47-62.

ZATELLI, Gustavo. **Poder de polícia e construção jurídica do Estado**: uma análise das obras de direito administrativo da Primeira República. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Direito, Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CAPÍTULO 10

VOZES D'ÁFRICA: A VOZ DA RESISTÊNCIA DE CASTRO ALVES AO *SLAM*

Data de aceite: 01/11/2021
Data de submissão: 05/08/2021

Vitória Maria Sá da Silveira
Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH
Anápolis – GO
http://lattes.cnpq.br/7980634315873835

Débora Cristina Santos e Silva
Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH
Anápolis – GO
http://lattes.cnpq.br/8161644325166070

RESUMO: Este trabalho apresenta estudos sobre as relações entre as obras pós-coloniais do escritor Castro Alves e a poesia do *slam* da atualidade, na perspectiva da crítica pós-colonial. Busca demonstrar como a literatura consegue dialogar tão bem com os problemas socioculturais, em uma linha histórica extensa, mas constantemente presente e necessária. Os principais objetivos desse trabalho estão em discutir o papel da poesia de rua, comparando-a à poesia abolicionista de Castro Alves; discutir questões relativas às problemáticas étnico-raciais presentes na poesia de resistência das periferias, a exemplo do *slam*; e, por fim, analisar a inserção dos estudos poéticos em escolas públicas, a fim de revitalizar a poesia de rua e os novos meios de letramento. Para isso, fontes bibliográficas e documentais foram utilizadas na pesquisa, fazendo uma abordagem comparativista, de viés teórico pós-colonialista, entre os poemas com temas abolicionistas e o *slam*. Os resultados direcionam-se à disseminação e enriquecimento do uso da poesia na rede pública de educação para aumento do letramento estético-crítico na escola, a fim de que os alunos se reconheçam como possíveis escritores. Apresenta-se, portanto, como as ideias apontadas podem ser tão eficientes e necessárias com os métodos de engajamento literário, estando presente historicamente e socialmente nas poéticas abolicionistas e de resistência de periferias. Com isso, infere-se, consequentemente, o fato de que, além da literatura ser uma forte arma contra a opressão, favorece também novos meios de liberdade, transmissão de cultura, conhecimento e disseminação da memória histórica do país.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Pós-colonial. Poesia. Resistência. Castro Alves. *Slam.*

VOICES FROM AFRICA: THE VOICE OF RESISTANCE FROM CASTRO ALVES TO SLAM

ABSTRACT: This work presents studies on the relationship between the postcolonial works of the writer Castro Alves and the poetry of today's slam, from the perspective of postcolonial criticism. It seeks to demonstrate how literature manages to engage sociocultural problems so well in an extensive historical line, but constantly present and necessary. The main objectives of this work are to discuss the role of street poetry, comparing it to Castro Alves' abolitionist poetry; discuss issues related to ethnic-racial issues present in the poetry of resistance from the outskirts, such as the slam; and, finally, to analyze the insertion of poetic studies in public schools, in order to

revitalize street poetry and the new means of literacy. For this, bibliographical and documental sources were used in the research, making a comparative approach, with a post-colonial theoretical bias, between poems with abolitionist themes and the slam. The results are aimed at disseminating and enriching the use of poetry in the public education system to increase aesthetic-critical literacy at school, so that students can recognize themselves as possible writers. Therefore, it is presented how the above ideas can be so efficient and necessary with the methods of literary engagement, being present historically and socially the abolitionist poetics and resistance of the peripheries. This brings together the fact that, in addition to literature being a strong weapon against oppression, it also favors new means of freedom, transmission of culture, knowledge and dissemination of the country's historical memory.
KEYWORDS: Postcolonial Criticism. Poetry. Resistance. Castro Alves. Slam.

1 I INTRODUÇÃO

A praça! A praça é do povo
Como o céu é do condor
É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor
(CASTRO ALVES)

Com o passar dos anos, nas mudanças decorrentes das décadas, poetas nascem e morrem – alguns ainda muito jovens. Há obras que surgem e se apagam no tempo, esquecidas em prateleiras empoeiradas e envelhecidas. Mas, com firme certeza, algo que sempre irá durar, independente do tempo, é o poder que a literatura, a poesia e a voz possuem ao serem exclamadas pelo povo.

Quando há o grito de liberdade, seja em versos de um eu-lírico calejado ou de uma pessoa no meio da praça, que conta histórias e luta por seus direitos, há tempos postos de lado, o significado do clamor se torna nítido e ressoante: é a voz da resistência que dirigi-se ao público.

Dessa forma, esta pesquisa visa estabelecer uma relação entre a literatura de Castro Alves e a poesia contemporânea do *Slam*, com o foco de demonstrar a importância da arte como instrumento de conscientização para a vida humana e mediação em diversas questões sociais. Este artigo apresenta resultados de investigações, discussões e reflexões teóricas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa ARGUS (Estudos de Cultura, Linguagem e Comportamento), da Universidade Estadual de Goiás, e como pesquisa fomentada pelo CNPq.

Dessa forma, no que tange o assunto a ser discutido no estudo, Antônio Frederico de Castro Alves foi um poeta baiano que, em seus breves 24 anos de vida, marcou para sempre a história da literatura brasileira. Mesmo tão jovem, carregava em seu peito uma intensa paixão pelo país e pela liberdade, capaz de declamar e usar da voz para lutar pelo que achava certo, sem se submeter aos modelos de uma sociedade conservadora.

Escreveu poemas de amores intensosos, os quais, como afirma Tolmanno (1975, p.

242), “o conflito interior que, originando forte contradição psicológica, dobra o escritor sobre a si mesmo, é projetado por ele no eu do mundo”. Seus escritos românticos basearam-se, de forma intríseca, em sua vivência e suas experiências, desvelando-nos a verdadeira essência de seu ser, que foi capaz de ser disciplinada e lapidada na forma da palavra.

Poeta do amor, da nacionalidade e da liberdade, foi também o poeta dos escravos. Produziu mais de trinta obras que tinham como princípio a luta pela abolição da escravidão; dentre elas estão *A Canção do Africano* (1863), *O povo ao Poder* (1863), *A Criança* (1865), *A Cruz da Estrada* (1865) e *A Visão dos Mortos* (1865). Em 1868, publicou *Vozes da* África e *Navio Negreiro*, dois dos mais importantes poemas sobre o assunto. Em nosso artigo, do primeiro poema serão expostos alguns trechos para uma análise mais detalhada, em função do trabalho em sala de aula.

Da Bahia boêmia de Castro Alves, um salto é dado para o Brasil moderno de hoje, junto com seus novos modos de poesia. Com o passar do tempo, linguagens foram mudadas, a literatura se modelou conforme o público e inusitadas formas de interpretar o mundo vieram a ser configuradas. Porém, um aspecto nunca se alterou: a luta pela liberdade e pelo direito de ser ouvido. Essa batalha continua e resiste até os tempos atuais, e o *Slam* dá voz a milhares de pessoas que clamam por seus direitos e histórias de vida.

Nos anos de 1986, em um bar chamado Green Mill Jazz Clube, situado no norte de Chicago, Estados Unidos, o *Slam poetry* fazia sua primeira aparição. Teve como precursor um operário da construção civil, chamado Mark Kelly Smith e, a partir disso, essa forma popular de poetizar ganhou grande espaço pelo mundo inteiro.

No Brasil, o impacto foi tão gigantesco que várias pessoas passaram a participar das performances de rua, competições foram criadas e grupos de *slammers* surgiram, como o ZAP – Zona Autônoma da Palavra –, inaugurado em 2008, no município de São Paulo. Porém, por se tratar de uma batalha de poesia falada, há um conjunto de regras a serem seguidas, normalmente cinco, mas que podem variar, dependendo o local. Daniela Silva de Freitas explica:

> [...] apesar de variarem de lugar para lugar, tendem a permanecer relativamente as mesmas: os competidores têm três minutos para apresentar sua poesia autoral e inédita naquele slam, sem o auxílio de adereços de cena ou acompanhamento musical. As poesias são julgadas pelo público e pelos jurados imediatamente após sua leitura/recitação/acontecimento, em uma escala de zero a dez. O júri é constituído por pessoas escolhidas aleatoriamente na plateia. Das notas dos cinco jurados, a maior e a menor são descartadas, compondo uma nota final que varia entre zero e trinta pontos. O poeta geralmente passa por três rodadas, tendo que apresentar três poesias vencedoras antes de se tornar o campeão da noite. (FREITAS, 2020, p. 25)

Mesmo com essas regras, é possível abranger várias questões políticas, sociais, de gênero e outros temas. Assim, grandes nomes do *Slam* também apareceram em nossa pesquisa, como os de Roberta Estrela D’Alva, Lucas Koka e Luz Ribeiro. Esses poetas podem exemplificar a veracidade e a vivacidade que seus escritos possuem, ao serem

declamados e ouvidos pelo povo.

Tendo como base esse contexto, nosso estudo buscou estabelecer uma relação comparativa entre a poesia combativa romântica de Castro Alves e a poesia de rua nos dias atuais, tendo as duas o mesmo objetivo: explorar a força que as palavras têm em potencializar a luta por causas sociais.

Mesmo que esses dois gêneros textuais estejam separados pelo tempo, pela escolha de linguagem, performance e outros aspectos retóricos, ainda possuem essa força e esse direito da palavra, uma vez que, como afirma Homi Bhabha (1998, p. 21):

> [...] o direito de se expressar a partir da periferia, do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência, da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade, que presidem sobre as vidas dos que estão na minoria.

Além de Bhabha, outros dois autores foram utilizados como base teórica para a crítica pós-colonialista em nosso trabalho, sendo eles a crítica literária indiana Gayatri C. Spivak (1992, 1996) e o pesquisador palestino Edward Said (1992). Eles defendem e justificam o porquê dessa literatura de resistência ser tão importante e essencial em qualquer que seja a época ou a motivação de seus escritos.

Se há uma maneira do povo, dos jovens e dos estudantes terem voz para que sejam escutadas \histórias, declamações e pareceres, então deixemos a praça para o povo porque, como já dizia o poeta dos escravos: “A praça! A praça é do povo/Como o céu é do condor” (ALVES, 1864). Que o clamor, os gritos e os brados ressoem na mesma intensidade em que o condor contorna o vasto céu, arrastando em seu voo a certeza inteligível de liberdade.

2 | ENTRE O ABUTRE E O CONDOR

Quando se pensa em trabalhar Castro Alves na sala de aula, uma breve explicação de sua biografia é interessante. Isso porque vários dos acontecimentos em seus curtos anos de vida, além de terem lhe servido de inspiração, dão-lhe a autoridade para falar de temas tão polêmicos para sua época. Em 14 de março de 1847, nascia o poeta dos escravos, na fazenda Cabaceiras, hoje, cidade de Castro Alves.

Logo após seu nascimento, o pequeno Antônio foi confiado a uma “‘mãe preta’, a mulata Leopoldina” (CALMON, 1935, p. 29), pela qual foi criando afeto e carinho e uma ternura instintiva pelos escravos. Nisso, Ribeiro Neto complementa:

> A mucama Leopoldina foi, no entender de todos os biógrafos de Castro Alves, quem primeiro lhe embalou o espírito com as lendas da escravidão, quem o ensinou desde menino a escutar as batidas do próprio coração vibrando na revolta de ver tratados como cães famintos, retalhados a chicote, os homens que pertenciam à mesma raça da negra que lhe deu o peito e lhe emprestou à imaginação paisagens geográficas e humanas que nunca sonharia. Dessa negra humilde, Castro Alves recebeu o leite que lhe daria a força vital, e, nas

> histórias e cantigas que lhe ouviu, a caudal luminosa da inspiração poética de Os Escravos (NETO, 1972, p. 10)

A mãe de leite morre durante as férias colegiais do garoto e, poucos anos depois, em 1859, falece sua mãe biológica pelo mal da tuberculose. A esse respeito, Calmon (1935, p. 19) acrescenta: “destinado a sonhar como o Dr. Alves, a queimar-se em idílio como a tia Pórcia, a ser arrogante e insolente como o avô Castro, e a morrer como Clélia...”, já que, no dia 6 de julho de 1871, em Salvador, Bahia, morria o poeta também de tuberculose.

Aos 13 anos iniciava sua jornada como poeta, concernindo o verbo “libertar” como o mais comum na sua lira, e até presenteando seu professor com um poema, que foi agraciado e elogiado por tão nato talento. Anos depois, na Faculdade de Direito de Recife, recita o poema *O Século* (1865), em um salão nobre e com várias pessoas presentes. Lá, estudiosos da faculdade reconhecem seu potencial, e um lugar na Academia e na sociedade lhe é garantido, assim como sua visceral vontade de usar a escrita como meio de luta social. “Foi, então, neste ano de 65, que, sem sombra de dúvidas, Castro Alves se demonstrou firme no pensamento de ser anjo de guarda dos negros cativos, combatendo por eles durante toda a vida, com o seu talento.” (SILVA, 2012, p. 25)

Seus escritos ganharam tanta notoriedade no decorrer de sua vida que outros poetas de renome já o admiravam e comentavam sobre sua insurgência poética no meio de uma sociedade conservadora. Com 21 anos de idade, Castro Alves vai à casa de José de Alencar, que lê seu texto *O Gonzaga* (1867), e se admira por tamanha grandeza que o jovem Antônio colocava em seus poemas.

Escreve, então, uma carta de recomendação para o exímio Machado de Assis, afirmando nela que “é boa e grande fortuna conhecer um poeta; [...], com uma carta que vale um diploma, com uma recomendação que é uma sagração [...] Abre os olhos em pleno Capitólio. Os seus primeiros cantos obtêm o aplauso de um mestre” (ALENCAR, 1869). E isso fazia, finalmente, com que todo o Brasil conhecesse o poeta da liberdade.

Foi nesse ano também que lançou o poema *Vozes d’África*, onde o clamor tomava espaços entre as palavras para declamar sobre o esquecimento amargo do continente. O texto, feito para os escravos, questiona o sofrido destino do povo africano, colocando o continente do qual vieram como o eu-lírico que narra e grita por suas desgraças ao terem seus filhos arrebatados e tirados de seu solo para viverem uma vida de miséria e escravidão. É uma prosopopéia que implora a Deus por justiça e respostas para todo o mal que lhe aconteceu:

> **VOZES D’ÁFRICA**
>
> Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?
> Em que mundo, em qu’estrela tu t’escondes
> Embuçado nos céus?
> Há dois mil anos te mandei meu grito
> Que embalde desde então corre o infinito

Ondes estás, Senhor Deus?

[...]

O cavalo estafado do Beduíno

Sob a vergasta tomba o ressupino

E morre no areal.

Minha garupa sangra, a dor poreja,

Quando o chicote simoun dardeja

O teu braço eternal.

Minhas irmãs são belas, são ditosas...

Dorme a Ásia nas sombras voluptuosas

Dos haréns do Sultão.

Ou no dorso dos brancos elefantes

Embala-se coberta de brilhantes

Nas plagas do Hindustão.

Por tenda tem os cimos do Himalaia...

Gnages amoroso beija a praia

Coberta de corais...

A brisa de Misora o céu inflma; E ela dorme nos demplos] – do Pagodes colossais...

A Europa é sempre Europa, a gloriosa!...

A mulher deslumbrante e caprichosa,

Rainha e cortesã.

Artista – corta o mármore de Carrara;

Poetisa – tange os hinos de Ferrara,

No glorioso afã!

[...]

Mas eu, Senhor!... Eu triste abandonada

Em meio das areias esgarrada,

Perdida marcho em vão!

Se choro... bebe o pranto a areia ardente;

Talvez... p'ra que meu pranto, ó Deus clemente!

Não descubras no chão...

[...]

Hoje em meu sangue a América se nutre

Condor que transformara-se em abutre,

Ave da escravidão,

Ela juntou-se às mais... irmã traidora

Qual de José os vis irmãos a outrora
Venderam seu irmão

Basta, Senhor! De teu potente braço
Role através dos astros e do espaço
Perdão p'ra os crimes meus!
Há dois mil anos eu soluçi um grito...
Escuta o brado meu lá no infinito,
Meu Deus! Senhor, meu Deus!!...

São Paulo, 11 de junho de 1868.

Analisando os trechos acima, têm-se os gritos do Continente organizados em formato de versos. O eu-lírico começa clamando a Deus, questionando suas dores e injustiças e pedindo socorro incessantemente. Menciona suas "irmãs", os continentes ao seu redor (Ásia e Europa) que, ao contrário de sua realidade de abandono, tristeza e ardor, possuem riquezas, nobreza, artes reconhecidas e uma vida sem sofrimento e miséria, aumentando seu desamparo por tamanha injustiça.

Menciona, então, a América, continente que nutre e suga de sua liberdade: "Hoje, em meu sangue a América se nutre/ Condor que transformara-se em abutre,/ Ave da escravidão", fazendo, assim, do continente já esquecido, um escravo da dor, da servidão e da miséria. Termina o poema com mais um pedido, mais um grito, para que seja perdoado por seus crimes. Que sua voz, já ressoando há mais de dois mil anos, seja escutada por Deus, e que um basta seja dado a sua aflição.

Nesse poema, fica clara a ligação feita com a escravidão no Brasil e a relação entre o colonizador e o colonizado. Mesmo sendo uma literatura que carrega tamanha sensibilidade e pretende trazer emoção ao leitor, também é "crucial para ligação de uma gama de diferenças e discriminações que informa as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural" (BHABHA, 1992, p.179).

Problematizar essas discriminações por meio da poesia oferece uma chance de voz, de fala, de ser ouvido. A personificação do continente mostra a marginalização, a violência e a dor acometida aos povos africanos, e é uma dor que perdura até os tempos atuais; não dá para esquecer de feridas tão viscerais assim apenas com o passar do tempo, e a poesia surge para nos lembrar disso, que o abutre e o condor às vezes voam no mesmo céu.

3 | *SLAM*: A BATIDA, A PALAVRA, A VOZ

No contexto da poesia engajada, ao questionarmos se existem poéticas abolicionistas nos tempos atuais, uma resposta rápida e concisa poderia ser apresentada, sendo esta o *Slam.* Se Castro Alves abordou o tema da escravidão tão bem em seus escritos poéticos e marcantes, a *slam poetry*, poesia falada mais importante da atualidade, segundo a *slammer*

Estrela D’Alva (2011), ocupa grande espaço entre as ruas, praças e os cidadãos que usam a voz não só para abordar problemas raciais, como também sociais, de gênero e outros.

Nesse âmbito, existem algumas implicações políticas das regras do slam que se constituem em contraste com o modelo de poesia tradicional. No seu texto *Slam Resistência: poesia, cidadania e insurgência*, a pesquisadora Daniela Silva assinala:

> Na *slam poetry*, a poesia deixa o ambiente acadêmico, abandona os circuitos tradicionais de curadoria e produção de sentido, flerta com a canção popular e torna-se uma prática coletiva e, como tal, se estabelece no limite entre o oral, o escrito e o visual, fazendo da performance um elemento central. (FREITAS, 2020, p. 3)

Isso reafirma que, nesse modo de arte, não há segmentações ou exclusividades. Todos podem e devem participar para também compartilhar experiências e desenvolver a habilidade oral e escrita. Um exemplo de *slam* que trabalha o tema racial e foi muito bem recebido entre o público é o de Lucas Koka. Estes versos renderam o primeiro lugar na batalha de *slam* da noite em que participou:

BOA NOITE “PA” GERAL

Era uma vez...
Não! Pára! Que isso aqui não é conto de fada!
E a história que vai ser relatada é só realidade
Conta as memórias de uma vida pacata
que esmagou a maldade
1996, quatro horas da manhã
dilatação de quatro dedos
mas não tinha parteiros
A saúde onde eu moro
me dá nos nervos.
Nome da mãe?
Andréia
Preta
Nesse mundo é treta
Quando madura
via que a vida era dura
Parecia que Deus olhava e dizia
- Poucas “ideia”
Prazer! Sou sim o desgraçado
como o engravatado tinha me falado
É, mas ele ficou impressionado
porque além de negro drama, sou negro estudado
[ou!] E eu sei
[ou! Caralho!]
E eu sei que tenho muito a estudar,

Porém na academia da hiprocrisia
a matéria que eu não entendia eles querem tirar
[ou!]
Mas um dia
um dia eu chego na universidade
Eles não tão ligado que a vida serviu de faculdade
Tinha apenas três matérias: miséria, escravatura e] – infelicidade
Pois é, Brasil, eu nunca tive um “boot” de mil
mas no sistema eu vou tentar dar uma bota
porque eu quero ver, meu bem,
quando no ENEM eu tirar 1000
eles falarem que foi cota.
[ou! Tchum-tchatcha-tchumtchum-tcha! Tchum-tchatcah-tchumthumtchum-tcha!]

(SLAM RESISTÊNCIA, 2016)

Na apresentação, além de Lucas declamar sobre os problemas sociais e raciais que enfrenta, ele relê e atualiza o “Negro Drama”, do Racionais MC’s (2002), contando sobre a miséria e a dificuldade que ele e sua mãe tiveram durante a vida. É interessante notar essa exclamação em sua poesia, pois, como pondera Gayatri Spivaki, em sua obra *Pode o Subalterno falar?* (2010), os oprimidos podem e devem falar por si mesmos. Isso os reintroduz como sujeitos na sociedade e aludem o desejo e o poder que transmitem em sua voz para um povo que, após ser tão abandonado e danificado, encontra meios de se reerguer na sociedade.

Sua forma de ressurgir é a poética, é a fala e a performance produzida no meio de pessoas que, mesmo não as conhecendo, compartilha suas vivências e as introduz em seu mundo e experiências, muitas vezes acolhidas com empatia e compreensão. O *slam* é mais uma forma de concluir o quanto a vida pode ser incompreensível, absurda, mas ao mesmo tempo visceral e intensa. É mais uma forma de findar a compreensão de que a vida é um soco no estômago. (LISPECTOR, 1998)

Outro exemplo que pode ser apresentado é o texto de Luz Ribeiro, poeta, produtora cultural e escritora de livros já publicados no Brasil. Ganhou também campeonatos nacionais de poesia como a FLUPP BNDES (2015) e SLAM BR (2016) e vice-campeã na *COUPÉ DU MONDE DE POÉSIE* (FRA-2017). Participa do coletivo “Slam das Minas”, que tem como objetivo principal declamar sobre gênero e feminismo no *Slam*:

JE NE PARLE PAS BIEN
excuse moi, pardon me...

je ne parle pas bien français
je ne parle pas bien anglais non plus

je ne parle pasbien
je ne parle pasbien
je ne parle pasbien
je ne parle pasbien
…
eu tenho uma língua solta
que não me deixa esquecer
que cada palavra minha
é resquício da colonização

cada verbo que aprendi a conjugar
foi ensinado com a missão
de me afastar de quem veio antes

nossas escolas não nos ensinam
a dar voos, subentendem que nós retintos
ainda temos grilhões nos pés

esse meu português truncado
faz soar em meus ouvidos
o lançar dos chicotes
em costas de couros pretos
nos terreiros de umbanda
evocam liberdade e entidade
com esse idioma que tentou nos prender

cada sílaba separada
me faz lembrar de como fomos e somos segregados

nos encostaram nas margens
devido a uma falsa abolição
que nos transformou em bordas
me...
je ne parle pasbien
je ne parle pasbien

tiraram de nós o acesso
a ascensão

e eis que na beira da beira, ressurgimos
reinvenção

nossa revolução surge e urge
das nossas bocas das falas aprendidas
que são ensinadas
e muitas não compreendidas
salva, a cada gíria

je ne parle pasbien
temos funk e blues
de baltimore a Heliópolis
com todo respeito edith piaf
não é você quem toca no meu set list
eu tenho dançado ao som de "coller la petite"

je ne parle pasbien
o que era pra ser arma de colonizador
está virando revide de ex-colonizado
estamos aprendendo as suas línguas
e descolonizando os pensamentos
estamos reescrevendo o futuro da história

não me peçam para falar bem
parece que je ne parle pasbien
je ne parle pasbien
je ne parle pasbien, rien
eu não falo bem de nada
que vocês me ensinaram

(REVISTA LITERÁRIA PIXÉ, 2019)

Luz Ribeiro, ao iniciar o poema falando em francês, carrega uma carga irônica em relação à linguística e a ideia de supremacia europeia. Isso por conta dos europeus e até mesmos os povos de outros continentes concluírem que as outras línguas não falam "corretamente" como a deles. Essa alusão pode ser melhor explicada pelo professor Edward Said (1990, p. 19) ao ressaltar

> [...] uma noção coletiva que determina os europeus em comparação com os não-europeus e, de fato, pode ser argumentado que o principal componente da cultura européia é precisamente tornar essa cultura hegemônica tanto na Europa quanto fora dela: a ideia da identidade européia como sendo superior em comparação com todos os povos culturais não-europeus.

Há também a crítica voltada para a própria escola e para a sociedade brasileira, que cobram dos falantes uma linguagem proposta conforme a norma padrão. Pedem que falem "certo" a língua que deveria ser uma extensão do locutor e reflexo de sua identidade e cultura, visto que cada gíria, neologismos e frases criadas explicitam sua vitalidade

linguística.

A *slammer* faz também uma analogia interessante quando alude à escola ser como as correntes nos pés dos escravos, em que cada pronúncia errada serve de “flagelo” nas costas, e que cada separação silábica indica a segregação das pessoas, ao tentar impor regras tão rígidas para um povo tão diverso.

Ao analisar as produções de *Slam*, comparando-os com a poesia de Castro Alves, fica visível que ambas conseguem problematizar causas socias e questões de etnia e colonialismo decorrente , e que trabalhá-los em sala de aula pode trazer grandes benefícios aos estudantes, tanto no processo de conscientização política e cidadã, quanto para a expansão do universo literário e das formas de expressão, sobretudo da poesia oral.

Mas, o mais importante dessas produções ainda está na representativade e na resistência. São escritos que ressoam os sentires de povos marginalizados, deixados à beiras e precipícios, mortos e esquecidos como resquício da colonização. Ao ler Castro Alves, o poeta branco que defendia os escravos, tem-se um primeiro impulso, uma certa indignação, uma maneira ainda nebulosa de se manifestar à causa racial. Mas ao ouvir o *slam*, tem-se o grito daquele que carregaem si mesmo a história da morte, do preconceito.

E entre esses escritos desenvolvidos, uma característica sempre irá perdurar: a espera. Escrever é um ato de esperança, pelo qual se espera que alguém leia, alguém sinta, alguém previna. É o que a literatura é capaz de fazer. É o que a voz é capaz de fazer.

4 I CONCLUSÃO

De todo o conteúdo discutido nessa pesquisa, é nítida a capacidade transformadora da poesia no meio estudantil. Por vezes, alguns alunos podem ter dificuldades em textos clássicos, como os de Castro Alves. Assim, propor um caminho de aproximação, com uma linguagem mais fácil e quotidiana para eles, como a do *Slam*, pode ser uma boa maneira de inseri-los no mundo da literatura e aprimorar suas habilidades de escrita e oralidade.

Também instigam os estudantes a refletirem sobre discussões raciais, de gênero, classes e outras que são essenciais para sua formação. Os *slams* usados como exemplos no artigo são apenas um prenúncio da imensa carga de conteúdo que essa poesia falada pode abordar.

Existem *slams* direcionados também a: 1) surdos - chamados “Slam do Corpo”, para crianças que, desde cedo, poderão vivenciar uma riquíssima experiência cultural; 2) cantoria nordestina, revivendo produções populares, até mesmo cordéis, explorando a oralidade tradicional da região; 3)métodos de terapia, slam como quesito psicológico, já que é uma arte que tange na expressividade e, de certa forma, alivia emoções, pensamentos e ideias que há tanto tempo podem ter ficado presas na mente.

Essas experiências, tanto da poesia contemporânea quanto da clássica, aqui citadas, possuem a prerrogativa de fomentar e lapidar a capacidade cognitiva e interpretativa

do aluno, em questão do mundo e de si mesmo. Acrescenta também novos meios de abordagens de conteúdo entre os gestores de ensino e professores de redes educacionais, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e criação. Essa é a forma em que a voz, desde o poeta dos escravos, continuou a ressoar nos tempos atuais. É a voz do povo, de Castro Alves e, acima de tudo, da liberdade, expressa na voz das ruas do Slam.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Uma recomendação que é uma sagração.* Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1869, em: https://correioims.com.br/carta/uma-recomendacao-que-e-uma-sagracao/ Acesso em: 21 ago. 2020.

BHABHA, Homi K. A questão do "ouro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo; SAID, Edward. Orientalismo revisto. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pós-modernismo e política***.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura***.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. CALMON, Pedro. **Vidas e amores de Castro Alves**. Rio de Janeiro: Editora A noite, 1935.

D'ALVA, Roberta Estrela. **Um microfone na mão e uma ideia na cabeça** – o poetry slam entra em cena*.* São Paulo: PUC, p. 119-126, 2011.

FREITAS, Daniela Silva de. **Slam resistência***:* poesia, cidadania e insurgência. Brasília: Estudo de literatura brasileira contemporânea, 2020.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela***.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RIBEIRO,Luz. Je ne parle pasbien. **Revista Literária Pixé**, 2019, em: https://www.revistapixe.com.br/luz-ribeiro. Acesso em: 21 de ago. 2020.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SILVA, Sara Daniela Moreira de. **Castro Alves na cultura brasileira***.* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

SLAM RESISTÊNCIA (2016b). Lucas Penteado Kóka, símbolo das ocupações de secundaristas em SP e o grande vencedor do Slam Resistência – edição de dezembro/2016. Fanpage Slam Resistência no facebook, São Paulo, em: https://www.facebook.com/slamresistencia/videos/1204045536344830/. Acesso em: 21 ago. 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura, (UEPG), Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG); Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria EAD (FABRAS); Especialista em Gestão Educacional (IBRA)) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA). Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da UEPG, Professora Orientadora de TCC da UFRN, Professora assistente da FASU - E-mail: p.denise.p@gmail.com

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: janainapes@gmai.com

ÍNDICE REMISSIVO

I

M

N

P

R

S

T

U

V

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021